

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGPQ
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO - CNPQ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

DIEGO GADELHA DE ALMEIDA

**INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: A INSERÇÃO DE
SOBRAL (CE) NA DIVISÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO CALÇADISTA**

**FORTALEZA
2009**

DIEGO GADELHA DE ALMEIDA

INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: A INSERÇÃO DE SOBRAL (CE) NA DIVISÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO CALÇADISTA

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG da Universidade Estadual do Ceará – UECE na área de concentração análise geoambiental integrada e ordenação do território nas regiões semi-áridas e litorâneas, para fins de obtenção do título de mestre.

**Orientador: Dr. José Meneleu Neto
Co-orientadora: Dr.^a Virgínia Cavalcante de Holanda**

**FORTALEZA
2009**

A447 Almeida, Diego Gadelha de
Indústria e reestruturação sócio-espacial: a inserção de Sobral (CE) na divisão espacial do trabalho/Diego Gadelha de Almeida. – Fortaleza, 2009.
161f.; il.
Orientador: Prof. Dr. José Meneleu Neto
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia.
1. Indústria Calçadista. 2. Reestruturação produtiva. 3. Espaço. 4. Sobral. 5. Trabalho. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia.

CDD: 304.2

DIEGO GADELHA DE ALMEIDA

INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL: A INSERÇÃO DE SOBRAL (CE) NA DIVISÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO CALÇADISTA

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG da Universidade Estadual do Ceará – UECE na área de concentração análise geoambiental integrada e ordenação do território nas regiões semi-áridas e litorâneas, para fins de obtenção do título de mestre.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Meneleu Neto
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof.^a Dr.^a Virgínia Cavalcante de Holanda
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof.^a Dr.^a Zenilde Baima Amora
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Epitácio Macário Moura
Universidade Estadual do Ceará - UECE

*À minha mãe responsável estrutural por todo
meu caminhar na vida e na geografia*

*Aos trabalhadores e trabalhadoras que lutam
para construir o período popular da história*

AGRADECIMENTOS

Embora na capa do trabalho, por questões burocráticas, só tenha o nome do presente autor, devo deixar claro que esta pesquisa foi feita com inúmeras mãos e pensamentos que direta e indiretamente, elaboraram cada página aqui materializada.

O caminhar na Geografia começou cedo, ainda sem pretensões acadêmicas e profissionais. Devo a minha mãe, geógrafa de formação, a minha maior influencia. Nas idas periódicas ao seu trabalho, ainda criança, ficava encantado com aqueles computadores, mapas, imagens de satélites, pensando que esse mundo de desenhar mapas devia ser muito divertido, sem falar das inúmeras viagens que ela fazia ao campo ou para cursos que me levavam a imaginar que a Geografia poderia ser minha ponte para conhecer o mundo. A minha mãe também devo todo o apoio na caminhada acadêmica, sem ela não teria a possibilidade de ter viajado tanto, ido a tantos encontros acadêmicos e ter o privilégio nessa sociedade excludente de me tornar um estudante profissional. A ela dedico tudo o que aprendi até hoje.

Minha segunda grande base de formação foi, sem dúvida, o Programa de Educação Tutorial (PET) Geografia da Universidade Estadual do Ceará. A esse espaço coletivo, com doze bolsistas e um tutor, que devo parte do meu saber geográfico. Quero destacar a importância dos petianos da primeira geração, Fábio Ricardo, Iara Rafaela, Alexandre Queiroz (Tapera) e Marília Colares como os grandes referenciais no início dos estudos. Também, os petianos da segunda geração, Érika, Heron, Luiz Antônio, Keane, Edson, Camila, Ícaro, Denise, Lânia, Cris, Val, Átila, Eider, junto aos quem passei cinco anos da graduação, discutindo Geografia, Filosofia, Política, mas também dividindo alegrias, viagens e encontros. Minha segunda casa, de onde até hoje não sai e não pretendo sair nunca.

Falar dessa fase é lembrar do professor Edilson, tutor do PET, orientador, amigo e conselheiro. Seu papel na minha formação é incalculável. Exemplo de professor, pesquisador, geógrafo, devo a ele meu caminhar na Geografia. Agradeço toda sua confiança, dedicação na orientação, seu tempo gasto lendo meus resumos, trabalhos, projetos, qualificação, enfim, uma parceria fundamental para que o trabalho aqui apresentado ganhasse vida.

No Laboratório de Estudos Agrários (LEA), sob a coordenação da professora Denise Elias foi onde aprendi a arte de pesquisar, a disciplina, o compromisso com a Geografia, com os resultados da pesquisa, operacionalizar os indicadores, ir ao campo. Devo tudo isso aos dois anos durante os quais fui voluntário neste laboratório. A importância da

professora Denise na minha formação teórica está expressa nesse trabalho. Agradeço toda a atenção, as oportunidades e a possibilidade ter vivido intensamente a Geografia nesse período. No LEA agradeço também os bolsistas da primeira geração, Juscelino e Cíntia, pela recepção no laboratório, as viagens compartilhadas e a troca de saberes.

Na UECE destaco o papel do professor Luiz Cruz por sua energia e luta para a melhoria do nosso curso de graduação; à professora Zenilde Baima, por sua atenção, sempre disposta a ajudar, por sua participação na avaliação do meu trabalho ainda no começo do mestrado, por permitir que o LEURC pudesse ser meu ponto de apoio durante o mestrado; a professora Cláudia Granjeiro, a geóloga mais geógrafa que eu conheço, por toda sua atenção, sensibilidade, disponibilidade de ouvir, por seu exemplo de dedicação à UECE, à Geografia e ainda por sua participação sempre ativa no PET. Devo a ela tudo o que sei de Geografia Física, mas também, toda a energia para sonhar e acreditar que não existe o impossível.

Em São Paulo agradeço aos professores Antônio Carlos Robert de Moraes e a professora Maria Laura Silveira por terem aceito meu pedido como aluno especial em suas disciplinas na “Pós” em Geografia. Foi um semestre fundamental para entrar em contato com novos ares, teóricas e geografias. Tudo isso, porém, não seria possível sem o apoio incondicional da Neide, Marcos, Tálita, Marquinhos e companheira Laila, minha família paulista que me acolheu com muito carinho, fazendo com que os cinco meses passassem voando. Jamais vou esquecer esse imenso favor.

Ainda em São Paulo agradeço aos amigos que fiz: Marina e Virna, meus primeiros contatos na USP. Ao Pablo, pela atenção dispensada, a quem devo meu contanto com o samba paulista e com a noite na Metrópole paulistana. Ao Fernando, esse alagoano-pernambucado, companheiro fiel de farras, cervejas e descobertas pelas ruas paulistas. A Ana, Luiz e Eliza, por tudo o que fizeram por mim, toda a paciência em me orientar na USP, em São Paulo, pelas companhias nas noitadas, no bandeirão e nas calouradas, fazendo com que a saudade do Ceará ficasse menor. A Lívia, a paulista mais simpática que eu conheço, com quem aprendi muito; seu sorriso alegre qualquer um depois de um trem lotado a caminho da USP. A Márcia, pelo furacão que fez na minha vida nos últimos meses em São Paulo, por quem guardo enorme carinho e admiração. À Clarice, minha carioca, pelas companhias no bandeirão, na coxinha das Ciências Sociais, na biblioteca, no samba, por São Paulo, Campinas; você foi fundamental nesse período. E a Dona Rita, companhia especial, o sotaque mais lindo que conheço, grato pelos momentos divididos, pelas idas a Rio Claro, pelo *A Dama de Espadas*, pelo carinho.

Em Sobral agradeço à professora Gil, meu primeiro contato na cidade, sua hospitalidade e amizade foram fundamentais para a construção do trabalho. A todos professores e alunos da UVA que direta e indiretamente me ajudaram a conhecer Sobral e buscar os atalhos dos dados e entrevistados. A professora Virgínia por sua atenção, orientação neste trabalho, por me haver cedido um espaço na sua sala de aula para cumprir a disciplina de Estágio a Docência, no seu laboratório, pelas conversas, as possibilidades de trabalho em conjunto; sua participação foi fundamental na descoberta da realidade sobralense.

Por fim, aos amigos e amigas do ócio criativo, Auricélio, companheiro fundamental para todas as horas, um irmão, um membro da família Gadelha; Mário, meu amigo Canela das cervejas e conselheiro amoroso, sou seu fã; Ely, fiel escudeira de danças e risos; Carol, simplesmente por existir; Javan, Henrique, Mariana (minha companheira de Macaranã) por sempre estarem por perto; Natasha, sei que você está sempre torcendo por mim. Gustavo, o amigo mais sem/com noção que tenho. Aos companheiros Abraão, Alênio, Suinária, Alana, Linda, Mayara, Nile passar nove meses em Sobral sem vocês seria impossível, guardo cada momento com carinho.

Ao Nicolai por abrir sua casa em Sobral, minha primeira morada

À Marcília, Paula, Aline, Morena, Narcélio, Daniel, Jeferson, Aline (Santa Quitéria) - escrever esse trabalho seria impossível sem ajuda de vocês.

À disponibilidade de todos entrevistados, razão dessa pesquisa.

Ao Professor Meneleu Neto e sua participação nos momentos decisivos.

Ao Professor Manoel Fernandes suas críticas e sugestões sempre instigantes.

Ao Professor Macário, por sua contribuição e disponibilidade nos momentos de avaliação.

A Maria do Carmo, pela ajuda nos dados e conversas sobre Sobral.

Ao Ícaro, o mestre do inglês.

Ao CNPq, por possibilitar dedicação exclusiva a esse projeto que aqui termino.

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é contribuir para desvelar o processo de reestruturação da indústria calçadista brasileira. Para tal, situamos nosso olhar sobre o processo de realocação das plantas industriais, sobretudo, paulistas e gaúchas para município do Ceará. É com base nessa reestruturação produtiva e na redefinição da divisão espacial da produção calçadista, via *guerra dos lugares*, que o Município de Sobral, localizado na região Noroeste do território cearense, aparece no contexto nacional como materialização do movimento de realocação das unidades fabris. O foco da pesquisa foi traçar uma visão panorâmica das transformações por qual vem passando Sobral pós 1993, ano de instalação da empresa gaúcha Grendene Calçados S/A. Entre as transformações podemos destacar: (1) proletarização da força de trabalho local, inserida na lógica vigiada e repetitiva da esteira fordista no espaço da produção; (2) migração de um grande contingente de força de trabalho na busca de emprego com carteira assinada; (3) pressão no mercado imobiliário local em decorrência dessa migração, aumentando o preço do solo e aluguéis, notadamente no entorno das fábricas de calçado; (4) redefinição da articulação do lugar com outras parcelas do espaço mundial por intermédio da compra de insumos e envio do produto final; e (5) comando da indústria ante os outros setores da economia no que diz respeito à arrecadação de impostos e geração de empregos. Como procedimentos metodológicos destacamos a montagem de um banco de dados estatísticos, a pesquisa em fontes de jornais, aplicação de questionário junto a empresa e, sobretudo, o trabalho de campo responsável pela aproximação com dinâmica cotidiana e a situação da classe trabalhadora. Acreditamos com isso, contribuir para revelar o novo mapa da produção calçadista brasileira, mas também, discutir a lógica de incorporação dos novos lugares à produção, que se efetiva sob o comando de atores hegemônicos que usam o espaço para cumprir seus interesses privatistas sem nenhuma preocupação com a ordem local e a dinâmica da vida.

Palavras-chave: Indústria calçadista. Reestruturação produtiva. Espaço. Sobral. Trabalho.

ABSTRACT

The aim of this research is to unveil the restructuring process of the Brazilian footwear industry. To carry out it, we focus our attention on the process of relocation of industrial plants, especially the industries from São Paulo and Rio Grande do Sul toward Ceará. Based on this production restructuring and the redefinition of the spatial division of the Norwest region of Ceará, appears in the national context as a materialization of the movement of plants relocation. The focus of this research is to draw a broad view of the changes which Sobral has been passing by after 1993, when occurred the installation of the company Grendene Calçados S/A (from Rio Grande do Sul). Among the changes we can list: (1) proletarianization of local workforce, inserted in the observed an repetitive logic of the fordist way in the production space; (2) the migration of a large contingent of workforce looking for formal employment; (3) the tension over the local properties/buildings market as a result of this migration, increasing the price of land and rents, especially around the shoes factories; (4) a redefinition of the articulation between that and other parts of the world, through the acquisition of inputs and sending of the final product and (5) the industry management before other economy sectors, according to the collection of taxes and creating jobs. As methodological procedures, we point the assembly of statistics database, a research on newspapers, the application of a questionnaire to the company and, above all, the fieldwork, responsible for the approach to the daily dynamic and the situation of the working class. We believe, with this, that we can help to reveal the new map of the Brazilian footwear production, but also to with this research discuss the system of incorporation of new places to the production, which is effective under the command of hegemonic actors who use the space to fulfill their private interests without any concern to the order and with the dynamics of local life.

Keywords: Footwear industry. Productive restructuring. Space. Sobral. Work.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Salários médios mensais pagos aos trabalhadores da indústria de calçados 1991...	32
Tabela 2: Estoque de trabalhadores na indústria de calçados em 31/12	32
Tabela 3: Número de estabelecimentos da indústria de calçados	35
Tabela 4: Estoque de trabalhadores na indústria de calçados em 31/12	35
Tabela 5: Número de estabelecimentos da indústria de calçados	48
Tabela 6: Estoque de trabalhadores na indústria de calçados em 31/12	48
Tabela 7: Estados exportadores de calçados – 2006	49
Tabela 8: Empresas exportadoras de Calçados	53
Tabela 9: Número de Estabelecimentos da Indústria Calçadista - Ceará-1985-2005	54
Tabela 10: Estoque de trabalhadores na indústria de calçados cearense em 31/12 – 1985-2005	54
Tabela 11: Sobral: demonstrativo dos ramos industriais beneficiados com os incentivos -34/18 (1973)	71
Tabela 12: Resultados da Política do PRODECON	78
Tabela 13: As Dez Maiores Indústrias em Contribuição de ICMS-Sobral-2000	79
Tabela 14: Incentivo Fiscal Grendene – ICMS	84
Tabela 15: Incentivo Fiscal Grendene – FOB	85
Tabela 16: Consumo de energia elétrica Sobral (mwh)	92
Tabela 17: Evolução do ICMS de Sobral	93
Tabela 18: Principais Empresas Exportadoras – Sobral	95
Tabela 19: Principais Empresas Importadoras – Sobral	95
Tabela 20: Participação da Grendene-Sobral na estrutura da Empresa	99
Tabela 21: Origem dos trabalhadores da Grendene – Ceará – 2008	134
Tabela 22: Espacialização dos trabalhadores por bairros de Sobral	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pauta de exportação cearense – 2006	52
Gráfico 2: Evolução do PIB-Industrial – 1985-2005	94
Gráfico 3: Estrutura Setorial do Valor Adicionado, a preços básicos – 2000	94
Gráfico 4: Sazonalidade da produção da Grendene-Sobral	113

Gráfico 5: Destino da produção: mercado interno e externo	114
Gráfico 6: Participação do emprego industrial na economia – 1990-2000	120
Gráfico 7: Distribuição do emprego formal por setor da economia – 2007	121
Gráfico 8: Participação do trabalhador calçadista no mercado de trabalho	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Divisão interna do trabalho	103
Quadro 2: Rotas dos transportes dos trabalhadores da Grendene	139

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização das Fábricas Grendene no território nacional	98
Figura 2: Origem da produção: lote para estoque	102
Figura 3: Origem da produção: lote sob pedido ou exportação	103
Figura 4: Espacialidade da Grendene-Sobral	104
Figura 5: Articulação das unidades produtivas	105
Figura 6: Etapas da produção	106
Figura 7: Divisão espacial do trabalho intra-empresa	109
Figura 8: Síntese das relações entre fábricas	110
Figura 9: Origem da Matéria-Prima – 2008	112
Figura 10: Destino do produto final, conforme as – 2008	117
Figura 11: Resposta da empresa à Greve	132
Figura 12: Comércio Ambulante I, portaria 2	136
Figura 13: Comércio Ambulante II, portaria 2	136
Figura 14: Comércio Ambulante III, portaria 6	137
Figura 15: Comércio Ambulante IV, portaria 6	137
Figura 16: Comércio Ambulante V, portaria 6	137
Figura 17: Comércio Ambulante VI, portaria 6	137
Figura 18: Bicicletário Residencial I	138
Figura 19: Bicicletário Residencial II	138
Figura 20: Bicicletário Residencial III	138

Figura 21: Bicletário Residencial IV	138
Figura 22: Dinâmica dos transportes I	141
Figura 23: Dinâmica dos transportes II	141
Figura 24: Dinâmica dos transportes III	141
Figura 25: Dinâmica dos transportes IV	141
Figura 26: Dinâmica dos transportes V	142
Figura 27: Dinâmica dos transportes VI	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASPEFACS	Associação dos Pequenos Fabricantes de Calçados de Sobral
BNB	Banco do Nordeste
CDL	Câmara dos Dirigentes Logistas
CENTEC	Centro de Ensino Tecnológico do Ceará
CFTED	Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIC	Centro Industrial do Ceará
CIDAO	Companhia Industrial de Algodão e Óleos
CODEC	Companhia de Desenvolvimento do Ceará
COSMAC	Companhia Sobralense de Material de Construção
FDC	Fundo de Desenvolvimento do Ceará
FENAC	Feira Nacional de Calçados
FIEC	Federação das Indústrias do Ceará
FINAME	Fundo Nacional de Financiamento para Máquina e Equipamentos Nacionais
FRANCAL	Feira de Calçados de Franca
ICM	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
INCASA	Industrial Sobralense de Castanha de Caju
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
LASSA	Laticínios Sobralense Limitada
NUTEC	Núcleo de Tecnologia Industrial
PCP	Planejamento e Controle da Produção
PLAMEG	Plano de Metas Governamentais
PRODECON	Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral
PUDINE	Projeto Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEBRAE	Serviço de Apoio à Pequena Empresa
SIC	Secretária de Indústria e Comércio
UCLA	Universidade da Califórnia
UFC	Universidade Federal do Ceará
USMC	<i>United Shoe Machinery Corporation</i>
UVA	Universidade Vale do Acaraú

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
LISTA DE TABELAS	iii
LISTA DE GRÁFICOS	iii
LISTA DE QUADROS	iv
LISTA DE FIGURAS	iv
LISTA DE ABREVIATURAS	vi
1. Introdução	16
2. Reestruturação da indústria calçadista brasileira e os novos espaços da produção	26
2.1 Do artesanato ao operário-fabril, da oficina à consolidação da indústria	26
2.2 Reestruturação produtiva e a nova divisão espacial da produção calçadista	33
2.3 Os novos lugares da produção: a apropriação dos espaços de reserva	37
2.3.1 Ceará: o novo espaço da produção calçadista	49
3. Por uma periodização da indústria sobralense	56
3.1 Sobral: de pólo sertanejo a cidade industrial	56
3.2 O beneficiamento dos produtos regionais as primeiras fábricas sobralenses: o primeiro período industrial	59
3.3 A diversificação da atividade industrial e o Estado planejador: o segundo período industrial	66
3.4 Modernidade e Modernização na política cearense: o terceiro período industrial	71
3.4.1 O papel do poder local na produção do espaço	74
4. Indústria calçadista sobralense: a centralidade da Grendene na reestruturação sócio-espacial	82
4.1 Indústria calçadista e a produção do espaço	82
4.2 Grendene-Sobral e sua trama de relações	96
4.3 A dinâmica do mercado de trabalho	119
4.3.1 Mobilidade Espacial da Força de Trabalho	133

Considerações Finais	145
Bibliografia	152
Anexo	158

1. INTRODUÇÃO

Historicamente concentrada em dois pólos tradicionais, o município de Franca (SP) e as cidades do Vale do Rio dos Sinos (RS), a produção calçadista brasileira passou nas últimas décadas por uma reestruturação que se consubstancia de duas maneiras: i) reorganização da produção e intensificação do controle sobre a força de trabalho, principal estratégia utilizada até o final da década de 1980; e ii) realocização das plantas industriais para *espaços de reserva*, alternativa encontrada pelos empresários do setor, na década de 1990, para tentar fugir da crise que assolava a produção calçadista nacional.

É com base nessa reestruturação produtiva e na redefinição da divisão espacial da produção calçadista, via *guerra dos lugares*, que o Município de Sobral, localizado na região Noroeste do Estado do Ceará, aparece no contexto nacional como materialização do movimento de realocização das unidades fabris em direção ao Nordeste brasileiro.

As transformações decorrentes da apropriação do Município para desempenhar uma função na complexa divisão espacial da produção calçadista é o motivo condutor desse trabalho, que privilegiará a pesquisa acerca da inserção de Sobral no circuito espacial da produção calçadista brasileira e a decorrente redefinição da forma-conteúdo do lugar, via impacto nos indicadores econômicos, dinamização do mercado de trabalho e o seu rebatimento no espaço urbano sobralense.

O motor dessas transformações foi a instalação, no ano de 1993, no Município, da empresa Grendene Calçados S/A, de capital gaúcho, que no contexto da reestruturação da produção calçadista brasileira buscava novos lugares que oferecessem um conjunto de normas e variáveis lucrativas para recuperar sua competitividade ante a concorrência intercapitalista da produção mundial de calçados.

Como um *ponto luminoso* no sítio urbano de Sobral, a Grendene instaurou um novo capítulo da produção calçadista do Município, sem escalas precedentes de comparação. São sete unidades, que ocupam, aproximadamente, 154 mil metros quadrados de área construída, em cerca de 500 mil metros quadrados de terreno, concentrando em média 14 mil trabalhadores.

A força hegemônica desse novo capital industrial não estabelece vínculos de dependência com a produção regional. É uma lógica exterior que o lugar acolhe e tem sua forma-conteúdo reestruturada para atender ao vetor de modernização, marcando uma ruptura

com todas as formas de produção calçadistas desempenhadas pelo Município em tempos pretéritos.

Para compreender o rebatimento da Grendene-Sobral no lugar, operamos uma cisão da totalidade para apreender dois temas particulares: *o espaço industrial e a mobilidade da força de trabalho*.

Devemos frisar a relação dialética entres os dois temas escolhidos para não dar impressão de duas pesquisas ou mesmo autonomia entre as temáticas selecionadas, pois acreditamos que o processo de industrialização não se limita à expansão do número de estabelecimentos, dos sistemas de engenharia que vão servir à atividade industrial, ou mesmo da mudança nas técnicas de produção e a respectiva inserção do lugar na divisão do trabalho. Embora tais processos sejam centrais para entender a nova função do lugar, o desencadeamento de tais transformações se reproduz também sobre a organização da sociedade, impondo um conjunto de mudanças na forma e no conteúdo do lugar. Assim, analisamos, também, a nova mobilidade assumida pela força de trabalho, por acreditar que a proletarização da população local se consubstancia como uma das principais reestruturações desencadeadas pela instalação da indústria calçadista no município de Sobral.

Como marco teórico geral, consideramos o espaço como uma forma-conteúdo¹. Isto implica que podemos apreender o espaço como um *conjunto indissociável de objetos e ações*.

Para Santos (2004a, p. 63), “os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos”.

Essa dialética constante entre condicionado e condicionante, de objetos e ações, também expressa o movimento de renovação constante por qual passam no período atual. A cada novo evento, as formas são chamadas a realizar uma nova função, ou mesmo novas formas são criadas para acolher o evento que se impõe. É justamente a instalação de novas formas ou sua refuncionalização que garante um novo conteúdo ao espaço.

As formas não têm, no entanto, um papel passivo nesse processo, pois o trabalho morto incorporado ao espaço, fruto das divisões pretéritas do trabalho, impõe uma fricção à efetivação de cada novo evento. Corroboramos, também, com Santos (2002), em seu livro *Por uma Geografia Nova*, no sentido de que *a mobilidade do capital é relativa*. Levar à frente

¹ “A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa idéia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2004a, p. 103).

essa afirmação é entender que o espaço não é mero receptáculo da ação, das relações sociais, do movimento da sociedade como um todo. Considerar o papel das formas, ou de maneira geral, do espaço, na reprodução das relações sociais de produção é aceitar a noção de que o espaço é ao mesmo tempo um *produto*, um *meio* e uma *condição* para efetivar a geografia histórica do capitalismo.

Já o espaço industrial é entendido em nosso trabalho, a partir de Pierre George (1968, p. 100), como “o espaço efetivamente mobilizado pela produção industrial ou o espaço interessado, em graus diversos, pelo desenvolvimento das técnicas e da economia industrial”. Moreira (2008, p. 108), ao fazer uma releitura da teoria do Geógrafo francês retrocitado argumenta que o “o espaço industrial é descontínuo, concentrado, universal, relacional, móvel e tecnicamente temporalizado. E nele se inclui toda a extensão absorvida diretamente ou não pela relação industrial”.

Foi como base nessas premissas que consideramos necessário em nosso estudo enfocar esse caráter relacional do espaço industrial, procurando entender os principais rebatimentos da atividade industrial no espaço urbano sobralense, como também as inúmeras relações que o Município realiza com outros subespaços do globo para efetivar a produção, pois, consoante frisa George (1968, p. 106):

O produto de uma empresa é convencionalmente domiciliado e registrado em sua sede, mas, de uma forma concreta, é praticamente impossível referir o total de negócios ou os lucros a um espaço determinado. Toda indústria é um complexo de ações diversamente localizadas que inclui operações de laboratórios, de estudos e de pesquisas, de controle etc. projeta-se no espaço por múltiplos pontos de impacto mais ou menos especializados e, sobretudo, por um feixe indispensável de relações.

Esse feixe de relações que o espaço industrial realiza com o mundo foi entendido em nossa pesquisa por meio da *divisão espacial do trabalho*. Para tal, seguimos o caminho proposto por Santos (2004a), para quem é por meio do exame da divisão espacial do trabalho que poderemos entender o papel que cada lugar desempenha na sociedade de hoje, compreender a hierarquia entre os centros produtores e difusores da ação e o papel reservado aos espaços do fazer.

Não obstante, como destacam Santos e Silveira (2008), a divisão espacial do trabalho “pode nos dar apenas uma visão mais ou menos estática do espaço de um país, um retrato onde cada porção do espaço revela especializações mais ou menos nítidas”. Assim, para entender o funcionamento da atual trama produtiva, é “preciso captar o movimento, daí a

proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais da produção” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 143).

O estudo dos *circuitos espaciais da produção* expressa a circulação de bens e produtos, apontando os fluxos percorridos para a realização da mais-valia – produção-distribuição-circulação-consumo, nos ajudando a entender a atual divisão do trabalho nas diversas escalas espaciais e o papel que cada lugar desempenha na totalidade espacial.

Como já observamos, no entanto, a informação é a mola mestra do atual período e o motor da divisão do trabalho. Assim, se impõe compreender também a circulação dos bens imateriais, que se manifestam em *círculos de cooperação*, isto é, conjunto de ordens, mensagens e normas, que constituem o *sistema de ações* que se propagam no e por meio do espaço, regulando, direcionando e autorizando o funcionamento dos circuitos espaciais da produção.

O exame dos *circuitos espaciais da produção* e dos *círculos de cooperação* nos autoriza a entender a atual hierarquia dos lugares na divisão espacial do trabalho e assim compreender o papel do *lugar*, isto é, do município de Sobral na divisão espacial da produção calçadista.

A análise dos circuitos espaciais e dos círculos de cooperação possibilita também entender a organização da produção. Esta, em nosso estudo, é expressa como um micro-espaço da circulação geral de mercadorias e informações. Afinal, o espaço interno da fábrica é o alvo das relações. Ele é o nó de onde partem e chegam ordens e matérias para serem transformados em novas ordens e matérias agora valorizados com base no uso da força de trabalho.

É justamente entendendo quem emite ou recebe o que; qual tipo de informação e produto está saindo ou entrando na fronteira do lugar; e qual o conteúdo de capital, ciência e técnica são incorporados nesses produtos e informações, que podemos recompor a posição de cada lugar na divisão espacial do trabalho, reconhecendo os *espaços que mandam* e os que *obedecem*, os *espaços opacos e luminosos*, as divisões do trabalho sobrepostas que cada lugar acumula e as *especializações produtivas*.

Um mapeamento dos fluxos materiais e imateriais na escala do lugar representa um sistema de feixes de várias densidades, velocidades, direções e interesses. Este último nem sempre é local. O que marca o uso dos lugares do atual período é justamente a ausência de controle local das divisões do trabalho que incidem na sua fronteira.

Como destaca Santos (2004a), a ordem que chega aos lugares cria localmente uma desordem, pois implica reestruturação de um conjunto de formas e normas para atender com

eficácia os vetores hegemônicos. Sobretudo, porém, porque essa ordem “não é portadora de sentido, já que o seu objetivo – o mercado global – é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global” (SANTOS, 2004a, p. 334).

O lugar é entendido em nossa pesquisa como um nó de uma ordem global e de uma ordem local e deve ser encarado como *norma* para efetivação dos circuitos espaciais e dos círculos de cooperação. Como *norma*, porque a incidência das divisões do trabalho no lugar não sucede sem resistência. Como destaca Santos (2004a, p. 338), é “o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do Lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma”.

É no lugar que todas as transformações se evidenciam claramente. É nele que as *reestruturações* se materializam em novas formas e funções. Quando tratamos de reestruturação, não queremos indicar uma mudança brusca ou mesmo a aniquilação de formas, tempos e funções pretéritas. Ao tratarmos o conceito de reestruturação, trabalhamos em consonância com o pensamento de Soja (1993, p. 193):

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem estão suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural.

Assim, falar de reestruturação não implica supressão do passado, isto é, das formas pretéritas de organização da sociedade, da produção, das formas espaciais, das técnicas, das normas, mas sim de “uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança” (SOJA, 1993, p. 194).

A indústria calçadista, como observamos em nosso estudo, é motor de inúmeras mudanças no município de Sobral. A presença das sete fábricas da Grendene e seu feixe de relações, materializados em seus circuitos espaciais e círculos de cooperação, impuseram uma série de transformações nos indicadores econômicos, na materialidade do espaço exigiram, ainda, uma nova dinâmica no mercado de trabalho.

O exame do novo mercado de trabalho local tem como base o estudo da *mobilidade da força de trabalho*. Gaudemar (1977) propõe considerar na análise da força de

trabalho três momentos: a sua produção, sua utilização e, por fim, sua circulação, que em épocas de transição e consolidação da flexibilidade do trabalho ganham novos contornos.

Por produção, esse autor entende o momento em que a força de trabalho adquire mobilidade, processo que ocorre principalmente por meio do que Marx qualificou de acumulação primitiva e que Harvey (2004c) atualiza, chamando de acumulação por espoliação². É o momento de separação do homem de seus meios de produção e de supressão de todas as formas de produção não lucrativas para o capital. O resultado é uma nova leva de sujeitos que não têm outra via para sobreviver a não ser vender sua força de trabalho, engordando as fileiras do exercito industrial de reserva.

Já a utilização da força de trabalho é justamente o momento da submissão da mobilidade do trabalhador aos ditames do capital. É nesse processo que o imperativo da reestruturação produtiva incide diretamente, pois é na sua utilização que a força de trabalho deve se mostrar móvel, ou adaptável às transformações na organização do processo produtivo. Assim, segundo Gaudemar (1977, p. 194), a mobilidade se constitui pela “capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior”. Como o próprio autor acrescenta, duração, intensidade e produtividade são as palavras-chaves da utilização da força de trabalho, que auferem outros sentidos com a reestruturação produtiva, que implica um novo equacionamento entre extração da mais-valia absoluta e relativa.

Por fim, a circulação da força de trabalho é a capacidade que o trabalhador tem de se deslocar de uma esfera da atividade para outra, de um setor um diverso, de uma profissão para uma diferente, fenômeno que ganha intensidade no estágio atual com a precarização dos contratos de trabalho, da grande rotatividade que o trabalho dito formal auferi. Sem contar com as múltiplas estratégias que os trabalhadores criam para garantir sua sobrevivência, exemplo são os “bicos” do “setor informal”.

A circulação da força de trabalho revela, também, a atual mobilidade espacial que ela adquiriu. Com a fluidez territorial, o trabalhador tem mais possibilidades de acompanhar as constantes realocações dos investimentos capitalistas, seguindo o rastro do capital na

² “Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com freqüência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substitui a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual)” (HARVEY, 2004c, p. 121)

busca de sua sobrevivência, fenômeno que se efetiva por meio de migrações, êxodo rural, movimentos pendulares etc.

Como aponta Gaudemar (1977, p. 194), “a força de trabalho deve ser, portanto, móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, que tenha sido escolhidos ou impostos; móvel quer dizer apto para as deslocações e modificações do seu emprego”.

Na mesma linha teórica, Becker (1997, p. 334) expõe essa dimensão espacial da mobilidade:

Como mobilidade espacial ou migração, pode ser considerada a capacidade da força de trabalho de conquistar vastas extensões, o espaço geoeconômico, isto é, o espaço através do qual o trabalho se expande para formar o mercado de trabalho. Entretanto, ao mesmo tempo que a força de trabalho se estende sobre o espaço, ela precisa de concentrar em pontos específicos, aqueles que forem mais úteis à produção capitalista.

E Harvey (1990, p. 383) ainda acrescenta elementos nessa discussão ao assinalar que “*en busca de empleo y de un salario para vivir, el trabajador se ve obligado a seguir al capital a dondequiera que éste fluya*”.

Assim, o que interessa ao capital é que a força de trabalho esteja sempre disponível para seu pleno uso. Por isso, ela deve ser constantemente produzida, utilizada, de acordo com as técnicas e padrões de organização da produção, e estar sempre disposta a circular, ou seja, precisa ser móvel.

Em nosso estudo, no entanto, não aprofundamos a pesquisa em todas as nuances da mobilidade da força de trabalho. Tentamos expor de maneira panorâmica as principais transformações por qual vem passando o mercado de trabalho local pós-instalação da indústria calçadista; o uso da força de trabalho no espaço interno da produção, a origem da força de trabalho e o movimento diário de ida e vinda para cumprir seu horário de trabalho na esfera da produção. Acreditamos, assim, fugir um pouco das abordagens geográficas que como ressalta Moreira (2006), priorizam o *homem-estatística*, em detrimento de uma abordagem mais qualitativa. A Geografia tem ainda uma dívida com a abordagem do trabalho. Não temos a pretensão, nesta pesquisa, de resolver tal impasse, mas frisar que na análise da atividade industrial não podemos esquecer as relações que se materializam no *espaço banal* (SANTOS, 2005), isto é, o uso da força de trabalho, seu cotidiano, sua mobilidade.

Quanto à organização da pesquisa, destacamos as seguintes fases:

1. Levantamento bibliográfico e documental – esta fase teve como objetivo catalogar os estudos sobre a temática da indústria de transformação, especificamente, o setor calçadista; pesquisas realizadas sobre o nosso recorte espacial, que forneceram o

embasamento histórico-geográfico, possibilitando o conhecimento prévio do lugar, e, ainda, temáticas que envolvessem a discussão da indústria, reestruturação do capital, mobilidade da força de trabalho, migração, economia urbana, relações de trabalho e reestruturação do espaço, temas que fizeram parte do eixo teórico da pesquisa.

Os locais pesquisados foram as bibliotecas e instituições públicas de pesquisa e planejamento, tais como: UECE (Universidade Estadual do Ceará), UFC (Universidade Federal do Ceará), UVA (Universidade do Vale do Acaraú), USP (Universidade de São Paulo), CAEN (Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste), BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará) e sítio da empresa pesquisada;

2. Elaboração do banco de dados – fase de formulação das séries históricas de indicadores econômicos e sociais com base nos anos de 1990, 2000 e 2005, que possibilitaram a apreensão da dinâmica anterior à instalação da indústria calçadista (no ano de 1993), e seu respectivo rebatimento posterior. Os dados utilizados foram os divulgados pela RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará); IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); SINE/CE (Sistema Nacional de Emprego), SEFAZ (Secretaria da Fazenda), FIEC (Federação das Indústrias do Estado do Ceará), sindicatos da região, e, ainda por um conjunto de dados que foram fruto de pesquisas diretas;

3. Pesquisa de campo – o trabalho de campo ocorreu em diversas fases da pesquisa. No primeiro momento, serviu para o levantamento dos questionamentos gerais, para lapidar os objetivos, estabelecer contatos com instituições e entrevistados. Essa fase foi responsável pela maior aproximação com o recorte espacial estudado, assim como com os agentes responsáveis pela sua produção. Nesse sentido, empreendemos visitas periódicas ao município de Sobral e a outros da região norte do Estado, tais como Massapê, Forquilha e Meruoca.

Inspirado com os artifícios de pesquisa do célebre livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels, traçamos duas estratégias para compreender o rebatimento da instalação da Grendene no espaço urbano sobralense. Primeiro, recorreremos ao acervo de dois periódicos locais – *Expresso do Norte* e *Correio da Semana*, para catalogar todas as matérias referentes ao nosso objeto de estudo, sendo citadas no corpo do texto. Segundo, estabelecemos inúmeras caminhadas, principalmente pelos bairros do entorno da Grendene, mas também de outros que concentram trabalhadores calçadistas para apreender a

dinâmica das trocas de turnos, o comércio informal que gravita ao redor das fábricas, os transportes dos trabalhadores, enfim, o cotidiano do espaço industrial. A apreensão da paisagem foi de fundamental importância para revelar os elementos de mudança e continuidade na forma e conteúdo do lugar.

Outro recurso foi a aplicação de questionário junto à empresa, com o objetivo de entender o processo produtivo e os circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação estabelecidos para efetivar a produção do calçado, como podemos observar no APÊNDICE 1. Também realizamos duas visitas formais à sede da empresa junto com alunos da Universidade Vale do Acaraú e Universidade Estadual do Ceará.

Já com o propósito de apreender a inserção da força de trabalho na lógica fabril, realizamos entrevistas, não estruturadas, com os trabalhadores das diversas unidades e posições na divisão interna do trabalho, recuperando, mediante o discurso desses operários, sua visão do processo produtivo, bem como, indícios da mobilidade da força de trabalho. Foram realizadas 30 entrevistas, com duração média de trinta minutos a uma hora. A seleção dos entrevistados ocorreu de maneira aleatória. As entrevistas foram realizadas na casa dos trabalhadores, nos bairros da Expectativa, Alto da Brasília, Parque Silvana I, Sinhá Sabóia, Cohab II, Sumaré, Alto Novo, Terrenos Novos, Pedrinhas e no município de Massapê, por concentrar o maior número de trabalhadores após Sobral.

Entrevistas foram feitas ainda com comerciantes e órgãos envolvidos na gestão e planejamento municipal, buscando ouvir os diversos setores da sociedade para a formação de um arcabouço de informações, processadas e analisadas à luz das categorias e conceitos escolhidos.

Desse modo, a presente dissertação está dividida em cinco capítulos. Primeiro temos a introdução. No segundo, apresentamos um panorama geral da reestruturação da indústria calçadista brasileira, estabelecendo uma periodização em dois grandes marcos: 1) da fase artesanal à consolidação dos moldes fabris; e 2) a fase de reestruturação produtiva e nova divisão espacial do trabalho. É na segunda fase que centramos foco, pois evidenciamos a crise do setor calçadista brasileiro no final da década 1980 e início de 1990, quando a produção começou a migrar para os *espaços de reserva*, com o objetivo de recuperar os patamares de lucros ante a concorrência intercapitalista. Com isso, vislumbramos os novos espaços da produção calçadista, sobretudo os localizados na região Nordeste, com destaque para Paraíba, Bahia e Ceará, procurando revelar o papel do espaço na reprodução do capital. Finalizamos demonstrando que o município de Sobral aparece como destaque na nova divisão espacial do trabalho, sendo apropriado em 1993 por uma empresa de capital gaúcho, que encontra no

Ceará um conjunto de *normas e objetos* prontos para satisfazer seus interesses privatistas de reprodução do capital.

No terceiro capítulo, recorreremos a uma periodização da atividade industrial sobralense. São propostos três grandes períodos: o primeiro, de industrialização espontânea, com destaque para a indústria beneficiadora de produtos regionais, notadamente o algodão; o segundo, o período da industrialização planejada, com ênfase para o papel do Estado tanto na escala federal com a SUDENE, bem como na dimensão estadual, com o CODEC e o PUDINE; e o terceiro período, imerso no contexto de modernização da política cearense, revelando o papel na escala estadual do grupo conhecido como *jovens empresários*, liderados por Tasso Jereissati, e na escala municipal o papel de Cid Gomes na continuidade do projeto de modernidade e modernização do espaço e suas repercussões na atração e promoção da atividade industrial. Tal periodização se faz necessária para problematizar o peso das divisões pretéritas do trabalho na conformação dos novos eventos, como também para estabelecer marcos de comparação entre os períodos, demonstrando que o novo evento, isto é, a instalação da Grendene Calçados S/A no município impõe outro capítulo na produção industrial local, colocando Sobral em destaque na divisão espacial do trabalho.

Já no quarto segmento, focamos o rebatimento das unidades produtoras da Grendene no espaço sobralense, privilegiando os seguintes processos: as vantagens locais de Sobral; as transformações nos indicadores econômicos; a renovação da materialidade do espaço para atender o novo fixo industrial; a relação que o lugar estabelece com os diversos subespaços do globo para efetivar a produção por meio dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação; a organização do processo produtivo, a proletarianização da força de trabalho local, com destaque para a nova dinâmica do mercado de trabalho, o uso da força de trabalho no espaço da fábrica, a origem da força de trabalho, as rotas dos trabalhadores para cumprir seu turno na produção, bem como a dinâmica dessa mobilidade no espaço urbano sobralense.

Por fim, a quinta parte com as considerações finais, onde apresentamos nossas reflexões finais sobre o objeto estudo. Depois das considerações, listamos nossa bibliografia consultada e os apêndices.

Acreditamos, com isso, contribuir para revelar o novo mapa da produção calçadista brasileira, mas também discutir a lógica de incorporação dos novos lugares à produção, principalmente municípios nordestinos, que se efetiva via *guerra dos lugares*, reestruturação sócio-espacial e uso intensivo da força de trabalho local.

2. REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA CALÇADISTA BRASILEIRA E OS NOVOS ESPAÇOS DA PRODUÇÃO

2.1 Do artesão ao operário-fábrica, da oficina à consolidação da indústria

Podemos, inicialmente, asseverar que a transformação do couro em utensílios de uso doméstico e para fins laborais marcou o início da produção calçadista brasileira. De maneira geral, o beneficiamento do couro atrelou-se ao desenvolvimento da pecuária, seja para subsidiar a própria atividade – peças de montaria é o maior exemplo – ou para a produção de valores de uso: chapéus, baús, roupas e calçados, que eram os mais importantes subprodutos fabricados no cenário nacional.

Nas primeiras décadas do século XIX, contudo, o calçado era somente um subproduto da fabricação de artigos de montaria. A atividade de transformação do couro em calçados estava concentrada em pequenas oficinas, com força de trabalho familiar e ausência da divisão interna do trabalho. Como relata Schneider (2004), o artesão dominava todo o processo produtivo, detendo o conhecimento e a técnica de produção, que na maioria das vezes passava de pai para filho³.

Os meios de produção, como as ferramentas utilizadas na transformação do couro, eram de propriedade do artesão, que as utilizavam como mera extensão do corpo, predominando um trabalho manual e especializado, marca do *saber-fazer* da força de trabalho.

Embora no primeiro momento a confecção de calçados tivesse como finalidade a produção de valores de uso, com o processo da diferenciação interna da sociedade e a progressiva divisão social do trabalho no Território nacional, a atividade começa a despontar como profissão, deixando de ser uma consequência direta da agropecuária, direcionando sua produção para o nascente mercado interno.

Até a década de 1890, não houve grandes alterações na organização da produção. As pequenas oficinas dominavam o espaço urbano e rural das cidades, tendo como destaque o Rio de Janeiro, a região do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, e a região de

³ “Esses ofícios tinham poucas condições de acumular algum tipo de recurso que pudesse resultar na modernização de sua estrutura produtiva. Contudo, desempenharam um papel fundamental como primeiro passo para a industrialização. Inicialmente, autonomizaram-se em relação às outras atividades artesanais do couro quando deixaram de produzir selas, arreios, selins, lombilhos, rédeas, correios e demais acessórios de montaria. Com isso, puderam aperfeiçoar certas técnicas e diversificar sua produção” (SCHNEIDER, 2004, p. 40).

Franca, em São Paulo, cada qual guardando particularidades históricas no desenvolvimento da produção calçadista.

Foi no final dessa década, porém, que a atividade coureira nacional começou a passar por subdivisões e especializações. Como destaca Pereira (1998, p. 123),

[...] a ampliação do mercado abre caminho para a divisão do trabalho: começam a se diferenciar os curtidores, os seleiros, os sapateiros, etc. Com a crescente urbanização, os fabricantes de sapatos – que antes usavam retalhos de couro – se tornaram os principais compradores dessa matéria prima.

Segundo Suzigan (1986), a indústria calçadista nacional conheceu durante os anos 1907-1913 um período de importantes transformações na organização da produção, desde a disseminação do uso de maquinaria para a fabricação de sapatos. Para o autor, diversos eventos contribuíram para a dinamização da produção, entre eles: as condições econômicas favoráveis do período, o aumento na proteção da indústria nacional, a disponibilidade de energia elétrica no Rio de Janeiro e em São Paulo⁴ e, ainda, a instalação da *United Shoe Machinery Corporation* (USMC) no Território nacional, empresa dos Estados Unidos da América que atuava arrendando maquinaria, “tornando possível um processo extensivo e rápido de modernização da indústria de sapatos em países onde a escassez de capital é caracteristicamente o mais difícil problema a ser vencido” (SUZIGAN, 1986, p. 185).

Tais transformações marcaram o início do período técnico-científico na produção calçadista, com a passagem do estado artesanal para o fabril, caracterizado pelo assalariamento e a inserção da maquinaria no espaço de trabalho, que se intensificaria na década de 1950.

Mesmo com a mudança na base técnica, os pequenos estabelecimentos, geralmente localizados no mesmo local de moradia, eram a marca das primeiras unidades fabris. O uso da maquinaria era restrito às maiores empresas, que possuíam capital acumulado para arrendar ou comprar os meios de produção. Apesar do aumento do mercado interno, demandando maior produtividade das unidades produtoras, o espaço da fábrica continuava reduzido. O que houve foi um grande acréscimo do número de fabricantes, isto é, um crescimento horizontal e pulverizado da produção.

O início da mecanização transformou diretamente a organização do trabalho. Nas maiores fábricas, a divisão do trabalho já se iniciava, mas ainda podíamos encontrar a marcar do saber-fazer no espaço da produção.

⁴ Schneider (2004) destaca que a energia só chegou à região do Vale dos Sinos em 1913, intensificando sua distribuição no início da década de 1920.

Foi só na década de 1960 que o setor calçadista conheceu a consolidação do estágio fabril. Isto não significa dizer que a produção artesanal de base familiar e os pequenos ofícios tenham desaparecido. Foi nessa década, no entanto, que uma combinação de acontecimentos anunciava profunda reestruturação da produção que só se consolidaria na década posterior, conforme delineado na seqüência.

Primeiro, conhecemos uma demanda crescente do mercado interno, acompanhada por uma intensificação da mecanização e da divisão interna do trabalho para atender o aumento dos pedidos, culminando com a emergência de novas funções no espaço da produção, que passou a ser organizada em seções: de corte, pesponto, montagem e acabamento. Então, cada trabalhador passava a desempenhar uma função específica no espaço da fábrica, garantindo ganhos de produtividade por meio da simplificação das operações. O marco dessa nova divisão do trabalho foi a introdução da primeira esteira mecânica⁵, que ligava todas as seções da produção, intensificando o ritmo do trabalho, com a inserção do cronometrista no espaço fabril.

Segundo, o aumento e a modernização da produção foram acompanhados por uma diferenciação dos produtos, o preço e a qualidade, com a introdução de outros materiais, como borracha, plástico, tecidos e lona. A moda e a publicidade entraram no espaço da produção calçadista, fato consumado com a organização da primeira Feira Nacional de Calçados (FENAC), em 1963, e da primeira Feira de Calçados de Franca (FRANCAL), em 1969.

Terceiro, ainda na década de 1960, o Governo brasileiro lançou o Fundo Nacional de Financiamento para Máquinas e Equipamentos Nacionais (FINAME), “que passou a financiar o segmento calçadista e, conseqüentemente, estabeleceu condições de mercado para os fabricantes nacionais de máquinas e equipamentos para a produção de calçados”. (REIS, 1994 apud NAVARRO, 2006, p. 130)

Tais possibilidades lançaram as bases para um novo período da indústria nacional de calçados. Não obstante, esse conjunto de transformações não atingiu de maneira homogênea as regiões produtoras muito menos os produtores calçadistas dispersos no Território nacional. Ainda predominavam o pequeno e médio estabelecimentos com pouca ou rarefeita mecanização.

A articulação dessas transformações possibilitou, na década de 1970, que a indústria calçadista brasileira vivenciasse outro período. É consensual entre os pesquisadores

⁵ Em 1965, a Calçados Samello S.A. introduziu a primeira transportadora mecânica – a esteira – na produção calçadista brasileira. Inicialmente, essa esteira ligava todas as seções da fábrica, após o corte do couro, até o planchamento (NAVARRO, 2006, p. 119).

que tratam a produção calçadista brasileira Navarro (2006), Schineider (2004), Pereira (1998) a idéia de que a referida década, por uma combinação de fatores internos e externos, foi um marco para este setor no panorama nacional, vejamos por quê.

No que diz respeito à escala nacional, o principal impulso foi contraditoriamente a estagnação do mercado interno pós-1964, fruto da compressão salarial da classe trabalhadora brasileira, incentivando a busca de novos mercados para absorver o acúmulo de mercadorias e trabalho ocioso, lançando as bases para a fase exportadora do setor. O impulso exportador foi dado pelo fracasso da política econômica do governo militar, que, segundo Navarro (2006, p. 141),

[...] gerou uma industrialização voltada para a produção de bens de consumo duráveis destinados ao mercado interno, ao mesmo tempo em que demandava crescentes volumes de divisas, em dólar, para pagar as importações de matérias-primas, de meios de produção, royalties, as remessas de lucros e, a partir de 1970, os serviços de uma dívida externa que se avolumava, gerada pela contradição de uma produção voltada para o mercado interno cujo objetivo era remeter o produto de suas operações para o exterior, em dólares. O setor agrário, tradicionalmente exportador, mostrou-se incapaz de ampliar sua produção para atender à crescente demanda pelos dólares necessários para ao menos atenuar os desequilíbrios entre a balança comercial e a balança de pagamentos do país. **Resultou daí a progressiva composição da dívida externa brasileira e o seu paliativo, o chamado “esforço exportador”, um conjunto de estímulos oficiais visando à exportação tanto de produtos primários quanto de manufaturados.** [grifo nosso]

Nesse sentido, as empresas calçadistas encontraram uma saída à retração do mercado interno, incentivada por vários subsídios que o Governo federal disponibilizou para a indústria de transformação, como: a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), Imposto de Renda (IR), e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Com isso, a produção nacional encontrou espaço para concorrer no mercado internacional de calçado⁶ (NAVARRO, 2006).

Como destaca Schneider (2004), tais incentivos incidiram diretamente na balança comercial da indústria calçadista. Consoante evidencia o autor, “em 1970, as vendas de calçados do Vale dos Sinos para o mercado interno brasileiro cresceram apenas 3,87%, enquanto as vendas para o mercado externo aumentaram à cifra de 983,41% (em relação ao ano de 1969)”. Mesmo assim, as vendas para o mercado interno ainda representavam 91,7% do total produzido (SCHNEIDER, 2004, p. 66).

⁶ Na década de 70, sobretudo a partir de 1974 – quando termina o chamado “Milagre Econômico” e o país começa a ter dificuldades no front externo (choque do petróleo) – as exportações de calçados tornam-se responsáveis por parcela crescente da absorção da produção e passam a ter expressão na pauta de exportações (PEREIRA, 1998, p. 130).

Já no plano mundial, conforme Meneleu Neto (2000), os antigos centros produtores de calçados nos países ditos desenvolvidos, principalmente, Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra, apropriando-se dos mecanismos de desenvolvimento desigual do espaço, descentralizaram a produção para os países periféricos, reestruturando a divisão espacial do trabalho calçadista. Foi nesse movimento que o Brasil e alguns dos chamados tigres asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong) se inseriram no circuito mundial da produção calçadista, *marca da primeira fase de realocização geográfica do setor*.

Essa inserção no mercado externo, no entanto, não aconteceu sem intensas transformações na organização do processo produtivo e nas estratégias da gestão e controle da força de trabalho, e, ainda, com uma crescente incorporação da ciência e da tecnologia à produção. As mudanças decorriam tanto da necessidade de aumentar o volume de produção e cumprir os prazos rígidos do mercado internacional. Como também para elevar o padrão de qualidade do calçado, aumentando a competitividade do calçado brasileiro no mercado mundial.

Nesse período, já não se pode mais falar da figura do *sapateiro* no interior das grandes unidades fabris, isto é, o trabalhador que detém o saber-fazer do trabalho. Com a disseminação do receituário taylorista/fordista e sua respectiva simplificação dos movimentos, conhecemos a produção de um novo tipo de trabalhador, o *operário fabril*, capaz de executar apenas uma tarefa dentro do processo produtivo, fixo, com operações repetitivas na seção onde trabalha.

Foi ainda na década de 1970, o período de maior parcelamento do trabalho no espaço da fábrica, que também conheceu sua ampliação em capacidade instalada para concentrar o maior número de seções, máquinas e trabalhadores, sob o mesmo controle da gerência.⁷

Com isso, a indústria calçadista brasileira passou por sua fase de maior crescimento, que se estendeu até meados da década de 1980, com recordes de produção e reorientação no volume de vendas destinado para o mercado interno e externo. Os anos de 1983 e 1985 marcaram, respectivamente, na região de Franca e Vale dos Sinos, um volume de exportação maior do que o destinado ao mercado interno.

⁷ Devemos frisar que ainda persistia grande heterogeneidade dos padrões produtivos e relações de trabalho da indústria calçadista brasileira. Este setor sempre foi marcado por um anacronismo, no que diz respeito à tipologia das unidades produtoras, e também de conteúdo técnico no espaço produtivo. Era comum observar no mesmo setor a convivência de um trabalho estritamente manual e, de outro lado, atividades mecanizadas, assim como, coexistiam nas regiões produtoras uma miríade de empresas de tamanhos diversos e oficinas artesanais.

Todo esse aumento da produção, no início dos anos 1980, provocou sobrecarga na capacidade instalada das fábricas, desencadeando um fenômeno inverso ao de concentração do processo produtivo na mesma unidade fabril, marca da década de 1970. Tal processo foi caracterizado por uma supressão, do chão de fábrica, das tradicionais seções, como a costura manual e o pesponto, que, ao serem externalizadas, iniciaram um processo de subcontratação, com base no trabalho em domicílio e na formação de pequenas e médias unidades produtivas especializadas em produzir partes do calçado.

Não obstante, apesar do bom desempenho dos primeiros anos da década de 1980, com recordes de produção e um grande volume de calçados exportados, o final desse decênio marcou o início de mais um período para o setor no cenário nacional.

No ano de 1987, com a falência do “Plano de Estabilização” do Governo de José Sarney, que tentava sanar os problemas macro econômicos da dita “década perdida”, o País mergulhou numa recessão econômica regada a recordes de inflação e redução do poder aquisitivo da classe trabalhadora⁸. O resultado foi uma retração da produção calçadista, uma vez que a dinâmica do mercado interno estava comprometida em decorrência da crise que então se instalava.

A descrição de Navarro (2006, p. 199) sobre a crise por qual passava a indústria calçadista de Franca (SP) ilustra bem esse período:

Dos 35 milhões de pares produzidos em 1986, o montante da produção caiu no ano seguinte para 17 milhões de pares, dos quais, 52,9% foram direcionados ao mercado interno. Os reflexos dessa queda no nível da produção de calçados fizeram-se sentir rapidamente em toda a economia do município. Nos primeiros 6 meses do ano, as indústrias calçadistas demitiram aproximadamente 6 mil trabalhadores. Até dezembro de 1987, as demissões haviam atingido 10.131 trabalhadores da indústria calçadista local. A retração do mercado interno e queda significativa no volume da produção calçadista francana redundou na falência de empresas de calçados. Fechamento de bancas, na redução do volume de trabalho enviado para ser feito em domicílio e na adoção de novas estratégias de gerenciamento da produção.

No plano mundial, ainda na década de 1980, o setor conheceu a *segunda fase de realocação geográfica* para regiões de salários ainda menores em comparação aos países que participaram da primeira fase, como podemos observar na tabela 1.

⁸ Devemos observar que, na década de 1980, mesmo em meio à crise que assolava a indústria brasileira, o setor calçadista acumulava significativo crescimento tanto da produção como do recrutamento da força de trabalho. Segundo Filgueiras (2007, p. 77): “os anos 80 ficaram conhecidos como a ‘década perdida’, um período de estagnação econômica – sem, praticamente nenhum crescimento do PIB per capita – e instabilidade financeira. A busca do equilíbrio do balanço de pagamentos e do pagamento da dívida externa – que nos persegue até hoje – se fez à custa da desestruturação do Estado, do descontrole inflacionário e da elevação do desemprego”.

TABELA 1: Salários médios mensais pagos aos trabalhadores da indústria de calçados 1991

País	Salário Mensal (US\$)	País	Salário Mensal (US\$)
Alemanha	1.000	Argentina	160
França	800	México	140
Espanha	600	Brasil	130
Taiwan	550	China	100
Coréia do Sul	500	Tailândia	80
Portugal	400	Indonésia	60

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul (Zero Hora, 01.07.1991). In: Costa e Fligenspan (1997).

A variável preço da força de trabalho é central na indústria calçadista, por ser um setor intensivo em capital variável. Como podemos observar, as diferenças salariais entre os países europeus e da primeira geração dos tigres asiáticos, Taiwan e Coréia do Sul, chegam a ser mais do que cinco vezes o salário pago na China, Tailândia e Indonésia. Estes também saem em vantagem em comparação aos países da América Latina, impondo uma nova concorrência intercapitalista de centros produtores dispersos pelo espaço mundial.

Como evidencia Pereira, no intervalo de uma década, entre 1983 e 1994, a China aumentou em 1,5 vez a sua produção de 1,3 milhão de pares para 3,3 milhões de pares, transformando-se também no principal exportador mundial, 1,4 milhão de pares, em 1994 (PEREIRA, 1998), posicionando-se ainda como concorrente direto do Brasil no disputado mercado estadunidense. Este é um dos maiores importadores mundiais e principal destino das exportações brasileiras de calçado, atingindo diretamente a produção nacional.

O resultado dessa dialética interna e externa foi uma verdadeira crise que atingiu, principalmente, os pequenos e médios estabelecimentos, fechando um grande número de unidades produtoras e, conseqüentemente, dispensando um grande contingente de trabalhadores nos dois principais Estados produtores – Rio Grande do Sul e São Paulo – como podemos observar na tabela 2.

TABELA 2: Estoque de trabalhadores na indústria de calçados em 31/12

Unidade espacial	1985	1990	Retração acumulada-1985-1990
Rio Grande do Sul	132.214	122.661	9.553
São Paulo	70.095	61.887	8.208

Fonte: Elaboração própria do autor, com base no RAIS/MTE.

Sabemos, todavia, que tais números representam apenas os trabalhadores com carteira assinada. Como já citamos, a tipologia das unidades produtoras era composta por densidades técnicas e organizacionais diversas; isto implica que o número de desempregados

em virtude da crise foi bem maior, já que os dados expressos na tabela 2 não representam os trabalhadores das *bancas* ou *ateliês* que trabalhavam por conta própria, nem os pequenos estabelecimentos, ambos funcionando com trabalhadores sem carteira assinada.

Assim, o final da década de 1980 e o início conturbado da política nacional nos anos 1990 demarcaram intenso período de transformação na produção calçadista brasileira. Inserida numa crise expressa por uma dialética interna e externa, o setor enfrentou, no início do Governo Collor, mais um conjunto de eventos que impulsionaram uma seqüência de reestruturações, tanto na esfera da produção como na localização das maiores unidades produtoras.

2.2 Reestruturação produtiva e a nova divisão espacial da produção calçadista

A emergência do Governo Fernando Collor de Melo, com seu “pacote” de ajustes neoliberais, intensificou a crise desencadeada na década anterior. As medidas de desregulamentação do comércio exterior e a redução de alíquotas de importação implementadas pelo então Governo expuseram o setor produtivo nacional à concorrência externa. O lema era aumentar a produtividade para concorrer com os produtos importados que invadiam o mercado nacional. O rebatimento foi instantâneo do setor calçadista. Com o fim das barreiras protecionistas, os produtos asiáticos, de menor preço, passaram a disputar com as empresas nacionais o mercado interno. O resultado dessa grande concorrência entre empresas e pólos produtores foi um conjunto de transformações organizacionais e técnicas na produção calçadista brasileira.

Desse modo, o setor calçadista brasileiro iniciou uma reestruturação que se efetivou de duas maneiras. A primeira estratégia foi marcada por uma reorganização da produção, que visava a reduzir os custos, diminuir o tempo de giro do capital e melhorar a qualidade do produto.

Foi nesse contexto, que o modelo japonês ou toyotismo se inseriu, pontualmente no espaço da fábrica e seletivamente entre as empresas, como alternativa de organização da produção e controle do trabalho; *just in time*, células de produção, mini fábricas, “produção enxuta”, círculos de controle de qualidade, polivalência e qualidade total fizeram parte das opções para enfrentar a crise e retomar os patamares de lucro⁹.

⁹ Segundo Meneleu Neto (2000, p. 72): “As inovações foram mais extensivas na área organizacional frente à difusão de novos equipamentos. Os efeitos das inovações organizacionais sobre o trabalho, chama a atenção para

Tais mudanças repercutiram diretamente na organização do trabalho, inserindo os trabalhadores nos ditames das novas formas da gestão do trabalho industrial, com a redução das contratações, intensificação do ritmo de trabalho, subcontratação de trabalhadores, terceirizações e outras medidas que buscavam compensar as perdas ante a concorrência internacional e forte recessão vivenciada pelo mercado interno.

A reorganização da produção e a intensificação da extração do excedente da força de trabalho, no entanto, tiveram seu limite na tentativa de recuperar os lucros e sair da crise que assolava o setor.

A segunda estratégia para fugir da crise ocorreu com realocação dos investimentos gaúchos e paulistas para outras regiões, principalmente o Nordeste brasileiro, aproveitando as condições favoráveis que esta região oferecia. Entre elas, podemos destacar: a proximidade dos mercados importadores; o preço da força de trabalho; os incentivos governamentais e a fraca organização sindical que favorecia a exploração e o controle do trabalhador no espaço da produção.

Nem todas as unidades produtoras, no entanto, dispunham de capital e logística suficientes para transferir suas atividades para regiões distantes. As pequenas e médias empresas tiveram como alternativa incrementar a organização do processo produtivo, implementar rígido controle sobre a força de trabalho e ainda recorrer com maior intensidade à subcontratação, via terceirização de etapas do processo produtivo. Assim, o que se viu nos pólos produtores tradicionais, no início da década de 1990, foi a intensa horizontalização da produção, aumento dos vínculos de solidariedade organizacional entre as empresas de menor porte e realocizações estratégicas dentro do limite do Estado de origem¹⁰.

Já as empresas de maior porte, em sua maioria de mais de mil funcionários, recorreram à dupla estratégia: *de intensificação* da produção, via reestruturação produtiva, e *extensificação*, via realocação das plantas industriais para regiões com produtividade espacial.

Apesar da migração de algumas unidades produtoras, podemos perceber na tabela 3, que o número de estabelecimentos nos dois polos tradicionais passou por uma expansão no período de 1985-2000. Em contrapartida, se observamos o intervalo de 1990-1995, há um

o fato de que sua modalidade caracterizou-se pela combinação do ‘moderno’ e do ‘tradicional’: conjuntamente com o avanço de novos parâmetros de gestão difundiram-se relações de trabalho precárias e aprofundamento da divisão entre trabalho de execução e de concepção e controle”.

¹⁰ Schneider (2004, p. 74), ao se referir às estratégias das unidades do Vale do Sinos, relata o uso da realocação por parte dos empreendimentos gaúchos: “A fábricas passam a flexibilizar os processos produtivos (polivalência) e a descentralizar suas unidades produtivas para as zonas periurbana, situadas nas regiões da Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari, e a privilegiar o assalariamento dos filhos de colonos residentes em áreas próximas às empresas”.

declínio significativo, principalmente em São Paulo. Isto pode ser atribuído à exposição da indústria calçadista brasileira à concorrência internacional, principalmente asiáticos, que tomavam o mercado interno pós-queda das barreiras alfandegárias, implementação do receituário neoliberal e o início da realocação dos maiores investimentos industriais para outras regiões, que se intensificou no começo da década de 1990.

No intervalo de 1995-2000, porém, o número de estabelecimentos volta a aumentar, acompanhando por um incremento na produção calçadista nacional no ano de 1996; mas o relativo aumento dos estabelecimentos no último período esteve atrelado, também, à pulverização da produção, isto é, ao crescimento do número de unidades produtoras de pequeno e médio porte, principalmente na região Sul do País, em face das tendências da “produção enxuta” e da horizontalização das empresas.

TABELA 3: Número de estabelecimentos da indústria de calçados

Estado	1985	1990	1995	2000
São Paulo	1.553	2.764	2.033	1.962
Rio Grande do Sul	1.254	1.857	1.709	2.504

Fonte: Elaboração própria do autor, baseado na RAIS/MTE.

Para compreender a totalidade do processo, entretanto, precisamos investigar também o movimento da força de trabalho. Afinal, como já acentuamos, a reestruturação da indústria calçadista incidiu diretamente na dinâmica da classe trabalhadora, subcontratando, dispensando a força de trabalho estável e explorando o trabalho feminino e infantil¹¹. Como expressa a tabela 4, no período de 1985-2000, São Paulo acumulou uma perda de 23.482 trabalhadores, enquanto o Rio Grande do Sul, 11.618.

TABELA 4: Estoque de trabalhadores na indústria de calçados em 31/12

Estado	1985	1990	1995	2000
São Paulo	70.095	61.887	41.840	46.613
Rio Grande do Sul	132.214	122.661	113.759	120.596

Fonte: Elaboração própria do autor, com base na RAIS/MTE.

Assim, a relativa expansão do número de estabelecimentos no intervalo de 1985-2000 não foi acompanhada pelo acréscimo de trabalhadores no setor. Podemos derivar que a

¹¹ Como destaca Navarro (2006, p. 292), “O crescimento da informalização do mercado de trabalho na produção de calçados atinge de maneira especial as trabalhadoras da indústria de calçados. A maioria das seções da produção transferidas para fora das fábricas ocupa, preferencialmente, a força de trabalho feminina nas atividades de preparação e pesponto, costura manual e elaboração do tressê. A face mais cruel desse processo é aquela que expõe crianças e adolescentes precocemente ao mercado de força de trabalho”.

expansão tanto do número de estabelecimentos quanto da produção se deu atrelada a novas formas da gestão e organização da produção, com intensificação do ritmo de trabalho e da sua produtividade, como também da informalização das atividades subcontratadas, diminuindo o número de trabalhadores com carteira assinada.

O movimento de realocização industrial, por seu turno, também produziu efeitos na retração dos postos de trabalho em São Paulo e Rio Grande do Sul, impondo nova divisão espacial dos trabalhadores calçadistas. Os principais Estados selecionados para compor o novo mapa da produção calçadista brasileira foram Paraíba, Bahia e Ceará, que ao longo de sua história montaram um conjunto de *virtualidades* a oferecer na disputa dos lugares por novos investimentos. Financiamento do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), isenção de impostos municipais, benefícios concedidos à exportação, garantia de infra estrutura – terrenos, energia elétrica e água – foram as *virtualidades* usadas pelos respectivos governos estaduais na atração de novos investimentos produtivos.

Atrelados a esse conjunto de normas, os Estados nordestinos instalaram ao longo de sua história um moderno sistema de engenharia que garantiu a fluidez da produção, gozando ainda de uma variável-chave para atrair as grandes empresas calçadistas: o baixo preço da força de trabalho.

Com isso, o perfil dos estabelecimentos que migraram para o Nordeste no início da década de 1990 foram, em sua maioria, empresas de mais de mil funcionários, implicando consequentemente, do fechamento das linhas de produção dos Estados de origem. Nesse sentido, a redução do número de trabalhadores nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, também, pode ser creditada à realocização de suas maiores empresas calçadistas para o Nordeste brasileiro, pois os Estados nordestinos conheceram no intervalo de 1985-2000 um acréscimo de 217 estabelecimentos, com um intenso crescimento na contratação de força de trabalho com veremos adiante.¹²

Percebemos, assim, que o uso do espaço sempre foi de fundamental importância para o setor calçadista. Desde a década 1970, as empresas do setor usam como estratégia a *produtividade diferencial do espaço* para buscar maior competitividade com os concorrentes. Foi assim na primeira fase de realocização geográfica, quando o próprio Brasil e os “tigres asiáticos” se inseriram no circuito mundial da produção, como na segunda fase, quando novos países asiáticos foram incorporados ao mercado mundial. Esse movimento do capital na busca de espaços mais rentáveis à consecução da acumulação e como estratégia da disputa

¹² Informações geradas pelo MTE-RAIS.

intercapitalista das empresas e espaços da produção tem como principal fundamento a diferenciação espacial.

Segundo Soja (1993), o que se torna geograficamente diferenciado no espaço são as taxas de lucro que cada lugar oferece, mas também a composição orgânica do capital, a produtividade do trabalho, os índices salariais, o custo dos materiais necessários à reprodução da força de trabalho, os níveis de tecnologia e mecanização, a organização do trabalho e a incidência da luta de classes.

Foi justamente usando da diferenciação da formação socioespacial brasileira que as empresas calçadistas nacionais empreenderam sua realocação interna para garantir ganhos de produtividade, aproveitando as virtualidades diferenciais de cada subespaço do Território nacional, para disputar na escala nacional e internacional mercado para seus produtos num período em que a competitividade é palavra de ordem.

O Nordeste, região brasileira conhecida por baixo salário, débil organização sindical e governantes ávidos por investimentos em trabalho intensivo, para diminuir a taxa de desemprego e angariar votos, estes aproveitaram as possibilidades do período e montaram um conjunto de normas fiscais, despontando como uma região rentável, sendo assim, uma saída espacial para a crise que assolava a indústria calçadista brasileira no começo na década de 1990. Com isso, temos a redefinição da divisão espacial da produção calçadista nacional, com novos lugares desempenhando uma função no complexo circuito espacial do setor.

2.3 Os novos lugares da produção: a apropriação dos espaços de reserva

Na seção anterior, evidenciamos que o espaço sempre foi uma variável-chave nos projetos de reestruturação da indústria calçadista. Deixamos claro que o espaço de que falamos não é mero palco ou *distância a ser anulada pelo tempo*, mas sim uma complexa relação entre forma-conteúdo.

Considerar o papel das formas, ou, de maneira geral, do espaço, na reprodução das relações sociais de produção é aceitar que o espaço é ao mesmo tempo um *produto*, um *meio* e uma *condição* para a efetivação da geografia histórica do capitalismo.

Assim, o espaço socialmente produzido nos aparece como um *acúmulo desigual de tempos* (SANTOS, 2004b), expressos por meio das divisões pretéritas do trabalho que impõem um constrangimento para a conformação da divisão do trabalho que tenta se efetivar. O meio ambiente construído, objetos e ações que se incorporaram ao espaço, perpassam no

tempo e oferecem um registro do passado por meio das *rugosidades*, marca de uma *inércia espacial* (SANTOS, 2002).

Não é só o ambiente construído, porém, que impõe o papel ativo do espaço na reprodução das relações sociais. A produção desigual do espaço por meio da incorporação diferenciada de objetos e ações, implicando diferenciação espacial, desponta como dado a considerar na inércia espacial.

Para Soja (1993), a diferenciação espacial é um pressuposto para a reprodução do capital no atual período. Incorporando a leitura de Mandel, em o *Capitalismo Tardio*, Soja argumenta que a produção e reprodução desigual do espaço são produtos e condição para a sobrevivência do capital, nos ajudando a sustentar a idéia de que o espaço não é um mero palco onde as demais instâncias sociais imprimem suas relações.

Embora, como argumente Soja (1993), a tendência à homogeneização espacial seja corrente na geografia histórica do capitalismo, a necessidade da diferenciação é o par contraditório do seu desenvolvimento.

Como sustenta Mandel (apud SOJA, 1993, p. 131),

Se a taxa de lucro fosse sempre a mesma em todas as regiões de uma nação e em todos os países do mundo, assim como em todos os ramos da indústria, não haveria mais acumulação de capital além da exigida pela movimentação demográfica. E mesmo essa seria modificada, por sua vez, pelo impacto da aguda estagnação econômica que se seguiria.

A diferenciação espacial se impõe então como produto e condição do desenvolvimento da geografia histórica do capitalismo. A incorporação desigual de objetos e ações ao espaço é o pressuposto da diferenciação. Esta é, dialeticamente, expressão e resultado da divisão espacial do trabalho, em que cada lugar ocupa posição hierárquica para a produção da mais-valia global, orientada por uma *produtividade espacial* diversa, um verdadeiro palimpsesto de possibilidades de extração de taxas variáveis de lucro.

Enquanto Soja (1993) argumenta que a diferenciação espacial é uma condição para a sobrevivência do capitalismo, mediante as trocas desiguais espacial e setorialmente, Harvey traz à tona o debate do *ajuste espacial* (HARVEY, 2004b, 2005) ou *ordenamento espaço-temporal* (HARVEY, 2004c), como estratégia para superar as crises de superacumulação e assim garantir a marcha de acumulação do atual sistema.

O caminho percorrido por Harvey se aproxima da geografia de Soja, quando ambos defendem que o espaço tem um papel de garantir a reprodução ampliada do capital. Enquanto muitos marxistas se limitam a analisar a contradição capital-trabalho, de maneira a-espacial, onde o mero equacionamento entre a extração da mais-valia absoluta e mais-valia

relativa, por meio de uma reestruturação produtiva, podem garantir por si só o funcionamento do sistema, Harvey e Soja se somam aos autores da teoria social que concedem ao espaço um papel de *meio e condição* para sobrevivência do sistema reprodutor de mercadorias.

A busca do espaço por David Harvey advém da sua leitura das crises endêmicas que constantemente eclodem no capitalismo. Segundo o autor, “a crise se manifesta como condição em que os excedentes tanto de capital como de trabalho, que o capitalismo precisa para sobreviver, não podem ser absorvidos. Denomino isso de estado de superacumulação”. (HARVEY, 2005, p. 133)

Na tentativa de absorver o excedente e instaurar outro patamar de acumulação, os capitalistas, segundo Harvey (2004a, 2004c e 2005), podem recorrer as seguintes estratégias: i) desvalorização de mercadorias, da capacidade produtiva, do valor do dinheiro, da força de trabalho; ii) controle macroeconômico, impondo um sistema de regulação para conter o problema da superacumulação; e iii) absorção da superacumulação por deslocamento temporal e/ou espacial.

Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o deslocamento temporal mediante investimento em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como a educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b). (HARVEY, 2004c, p. 93).

A ação isolada dos fatores (a) ou (b) possuem um efeito limitado na tentativa de sanar as crises e já foram historicamente refutadas como estratégias duradouras de manutenção da acumulação. Temos como exemplo a falência do regime fordista-keynesiano. Já a última opção na avaliação proposta por David Harvey é a mais eficaz e que oferece um *terreno mais rico e duradouro*, sendo também a alternativa geográfica proposta pelo autor, ou melhor, espacial.

Tais deslocamentos espaciotemporais, que Harvey ora chama de ajuste espacial ora de ordenamento espaço-temporal, tem como finalidade absorver o capital e a força de trabalho excedente, impedindo uma crise de realização. O objetivo final de tais deslocamentos é expandir a demanda efetiva por produtos e capitais, possibilitando a alocação de capital e força de trabalho anteriormente excedente.

Na verdade, essa expansão geográfica ocorre atrelada à penetração de capital em novas esferas da atividade social, a criação de desejos e necessidades, o incentivo ao que alguns autores intitulam de *taxa decrescente do valor de uso*, que dinamiza a rotação do ciclo

produtivo, e, por último, o crescimento populacional compatível com as necessidades da acumulação, contribuindo com o aumento de força de trabalho e da demanda por produtos. Todos estes pontos, consoante Harvey (2005), são estratégias que agem de maneira combinada na tentativa de superar as crises e retomar a produção de superlucros.

A expansão geográfica é uma estratégia de *extensificação*, por intermédio do alargamento do comércio mundial, da apropriação de *espaços de reservas* via acumulação por espoliação e/ou, como classicamente conhecemos, por meio do imperialismo. Já as demais estratégias são *intensificação da atividade social*, que, combinadas, numa dialética socioespacial, abrem caminho para um novo patamar de acumulação, de escoamento do excedente e de garantia das condições para a efetivação do ciclo do capital.

A articulação bem-sucedida de *extensificação e intensificação*, porém, só oferece um “reparo” à crise, que eclodirá novamente, agora em escala mais alargada. Assim, para Harvey (2004a, p. 172), “se a contínua expansão geográfica do capitalismo fosse uma real possibilidade, poderia haver uma solução relativamente permanente para o problema da superacumulação”. Nesse ponto, o autor revela a importância do estratégico do espaço na sobrevivência do capitalismo.

O ajuste espacial de Harvey, contudo, só pode ser justificado se levarmos em conta a necessidade e a contingência da diferenciação espacial proposta por Soja. Afinal, se todos os espaços se desenvolvessem igualmente para onde seriam exportados os excedentes? Quais seriam as possibilidades de abertura de novos mercados? Quais seriam as possibilidades de *acumular via espoliação*? Como poderíamos pressupor trocas desiguais se todos os lugares tivessem a mesma composição orgânica e técnica do capital? O próprio Harvey reconhece a importância da diferenciação e a associa ao imperativo da mundialização do capital e da concorrência intercapitalista,

O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas **diferenciações espaciais. Pequenas diferenças naquilo que o espaço** contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infra-estruturas etc, assumem crescente importância.” (HARVEY, 2004c, p.265) [grifo nosso].

Com isso, urge a necessidade de pensarmos o espaço como “resultado/encarnação e meio/pressuposto das relações sociais e da estrutura social, referência material delas, a vida social deve ser vista como formadora do espaço e contingente ao espaço, produtora e produto da espacialidade” (SOJA, 1993, p. 158); e, ainda, de analisar atentamente a importância da diferenciação, e assim, atribuímos ao espaço um papel fundamental na reprodução do capital,

não só o apreendendo como mera extensão ou placo, mas como um componente fundamental para a materialização da geografia histórica do capitalismo.

Qual é, porém, o motor da diferenciação espacial? O que garante a articulação entre os lugares que exportam seus excedentes e aqueles que recebem as novas tramas produtivas na busca de superlucros?

Seguindo o caminho proposto por Santos, podemos encontrar tais respostas examinando o papel da divisão espacial do trabalho¹³. Para o autor, “a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial” (SANTOS, 2004a, p 129). É por meio do exame da divisão espacial do trabalho que poderemos entender o papel que cada lugar desempenha na sociedade de hoje, compreender a hierarquia entre os centros produtores e difusores da ação e o papel reservado aos espaços do mero fazer.

Assim, a divisão do trabalho pode ser apreendida como um processo no qual os recursos¹⁴ estão distribuídos social e espacialmente (SANTOS, 2004a). Tal repartição é consequência da diferenciação espacial, resultado da produção desigual de cada subespaço mundial e da incorporação diferencial das possibilidades do período em cada fração do globo.

Como pressuposto da divisão do trabalho, a diferenciação espacial é dialeticamente resultado da divisão do trabalho. Com a instalação de um novo evento, ou mesmo, da emergência de outro período histórico, mudam as possibilidades e novas funções são requeridas às formas pré-existentes e aos lugares. A cada mudança na totalidade social, a cada novo conjunto de possibilidades, encontramos uma nova tipologia da divisão do trabalho. Com isso, as hierarquias são refeitas, os lugares ocupam novas posições na trama produtiva, novos espaços são incorporados e outros “abandonados” para efetivação do circuito do capital. O resultado é a produção de uma nova diferenciação espacial que será pressuposto da futura divisão espacial do trabalho, afinal, as divisões pretéritas do trabalho, as formas pré-existentes e as *rugosidades* são contingências a serem negociadas para a instalação de uma nova divisão do trabalho.

No transcorrer dos períodos históricos com a sobreposição dos diversos meios naturais, técnicos, técnico-científicos e do hoje técnico-científico-informacional, a divisão

¹³ Smith (1988, p. 152) também traz contribuições ao tema, ao acentuar que “A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho”.

¹⁴ Segundo Santos (2004a, p. 132): “Entendemos, aqui, por recurso, a toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, idéias, sentimentos, valores. É a partir da distribuição desses dados que os homens vão mudando a si mesmos e ao seu entorno”.

espacial do trabalho ganhou novos contornos. Assim como a diferenciação espacial, ambas são hoje produzidas com uma base de técnica, ciência e, sobretudo, de informação, tornada o motor da divisão do trabalho no atual período (SANTOS, 2004a).

Para Santos, estamos diante de um novo patamar da divisão espacial do trabalho:

Esta se dá de forma mais profunda e esse aprofundamento leva mais circulação e mais movimento em função da complementaridade necessária. Mais circulação e mais movimento permitem de novo o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e isso cria, por sua vez, mais especialização do território. O círculo, nesse caso virtuoso (ou será vicioso?), amplia-se. (SANTOS, 2004a, p. 123).

A marca geográfica da atual divisão espacial do trabalho é a fragmentação da produção. Antes concentrada em grandes plantas produtoras ou em núcleos urbanos das metrópoles tradicionais, hoje, a produção encontra-se dispersa nos diversos subespaços do globo. Se antes a totalidade orgânica produção-distribuição-circulação-consumo se fechava na fronteira nacional e mesmo regional, no atual período, temos a imagem de que a linha de produção verticalizada foi fragmentada e agora se realiza nos diversos lugares do globo.

O processo produtivo acontece em áreas cada vez menores, graças às novas técnicas de gerenciamento e organização da produção. A palavra de ordem é horizontalizar as etapas da produção. A consequência direta é a externalização das atividades antes desempenhadas num só lugar, o que implica o aumento da arena de produção na totalidade espacial, lida como maior complementaridade entre os lugares, isto é, intensificação da divisão espacial do trabalho.

Tal relevância do espaço na acumulação e na organização da sociedade sempre foi preocupação da teoria social crítica, tendo centralidade nas obras de Henri Lefebvre e Ernest Mandel, bem como de tantos geógrafos. Como anota Soja (1993, p. 130):

[...] a fecunda afirmação lefebvreana de que o capitalismo foi capaz de sobreviver e de alcançar um “crescimento” através da produção e da ocupação de um espaço, através de um processo difuso e problemático de espacialização. A isso acrescentamos a especificação mandeliana de que a sobrevivência do capitalismo e a produção associada de sua espacialidade característica dependeram da diferenciação do espaço ocupado em regiões “superdesenvolvidas” e “subdesenvolvidas”, da justaposição e da combinação constante do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. O modo como essa geografia específica do capitalismo se configura e é remodelada ao longo do tempo está apenas começando a se tornar claro.

Tal “qualidade” que o espaço possui na tessitura da acumulação do capital, no entanto, só pode ser apropriada se estiver presente no período um conjunto de possibilidades, técnicas e normativas, que garanta o uso e a articulação eficaz dos lugares.

Assim, devemos perceber que cada período histórico oferece um conjunto de possibilidades que pode se concretizar ou não. Desde já, sabemos que elas não se efetivam homogeneamente pelo espaço, nem se instalam com a mesma densidade nos lugares atingidos pelos vetores da mudança, lidos aqui como modernização. Como ressalta Santos (2004a), todavia, há três dados constitutivos que marcam o presente período: *a unicidade técnica, a convergência dos momentos e a mais-valia global*. Este conjunto de possibilidades paira no *espaço banal*, interligando e aparecendo em todos os lugares do globo, de maneira desigual, sendo possível falar de um *desenvolvimento geográfico desigual* do capitalismo, o que implica a produção de diferenciações espaciais, como pressupõe o geógrafo Harvey (2004b).

Conforme Santos, referindo-se à unicidade técnica, “ao longo da história, as trocas entre grupos e, sobretudo, as desiguais, acabam por impor a certos grupos as técnicas de outros. Entre a aceitação dócil ou reticente, entre a imposição brutal ou dissimulada, a escolha é, entretanto, inevitável” (SANTOS, 2004a p. 190), fazendo com que um conjunto hegemônico de técnicas se sobreponha às demais no processo histórico-geográfico de desenvolvimento do capitalismo.

Com a internacionalização da troca, a tendência à unificação dos sistemas técnicos se impõe como condição para garantir maior fluidez ao mercado global. Agora os atores hegemônicos não precisam elaborar objetos e ações específicos para cada subespaço, já que há única base técnica, que garante da circulação de ordens que viajam longas distâncias, encontrando abrigo nos lugares que tocam graças à hegemonia de único sistema técnico.

Outro dado do atual sistema técnico é sua articulação e sua complementaridade. Os diversos objetos técnicos instalados pelo globo são imbuídos de intencionalidade, sendo criados para responder a uma ordem pré-existente, não agindo isoladamente, possibilitando a articulação de vários lugares para cumprir uma função comum.

A realização dessa função comum, no entanto, não depende só da eficácia da base material. É necessário que os diversos pontos do global funcionem num tempo comum, isto é, que a informação possa chegar aos lugares mais longínquos de maneira instantânea, autorizando-nos a garantir que nosso período é também marcado por uma *convergência dos momentos* ou por uma *unicidade do tempo* (SANTOS, 2004a).

A unicidade do tempo não implica apreensão do tempo de maneira homogênea nas diversas parcelas do globo. A presença de temporalidades diversas, de espaços de fluidez e da fricção, ainda é uma marca da totalidade espacial. O uso do tempo também é feito desigualmente por parte de cada indivíduo, instituição e empresa.

Como destaca Santos (2005, p. 146), o que marca essa convergência dos momentos é que a “instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, tornando possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria, entre lugares e acontecimentos, uma relação unitária na escala do mundo”.

Assim, os atores hegemônicos, representados aqui pelas grandes empresas, podem, de sua matriz, comandar de longe toda a produção, graças ao atual sistema de comunicação que assegura a *instantaneidade dos momentos* (SANTOS, 2004a), a *compressão espaço-tempo* (HARVEY, 2004a), aproximando os lugares para efetivação da mais-valia, tornada agora global.

Com as possibilidades postas, o circuito do capital transcende o lugar; assim como o sistema técnico e o uso do tempo foram tornados mundiais, a efetivação do circuito do capital também foi elevado a esta escala. Produção, distribuição, circulação e consumo estão fragmentados no espaço mundial, não sendo mais possível asseverar que a mais-valia se efetiva na fronteira de um Estado ou mesmo do Território nacional, pois o complexo circuito espacial da produção e os círculos de cooperação ultrapassam os limites territoriais e ganham *status* mundial.

Ora, as empresas calçadistas souberam aproveitar a possibilidades da mobilidade do capital industrial imposta pela fluidez do território. E, no Brasil, com a deflagração da guerra fiscal, lida geograficamente por Milton Santos como *guerra dos lugares* (SANTOS, 2004a), o capital industrial contou com outra variável a seu favor, isto é, um conjunto de lugares ávidos por investimentos, dispostos a oferecer inúmeras variáveis rentáveis aos interesses privatistas dos atores hegemônicos.

Soja (1993) também traz uma contribuição para o debate. Para o autor a reestruturação do capital pós-década de 1970 é marcada por um enfraquecimento dos controles locais e da regulação estatal do capital industrial, que se torna cada vez mais móvel no espaço mundial. Tal processo implica uma refuncionalização constante dos lugares e regiões industriais, em que algumas passam por declínio e fugas dos capitais, enquanto outras conhecem pela primeira vez uma industrialização. Para o autor, assistimos na reestruturação contemporânea a uma combinação constante de des-industrialização e re-industrialização de regiões e países. Ele, ainda destaca, apoiado em Goodman (1979), que a atual mobilidade do capital industrial, possível graças à densidade técnica e organizacional do espaço global, deflagrou o que Goodman chama de *guerras regionais por empregos e dólares*. Para Soja (1993, p. 225), “como o capital coopera cada vez mais, as comunidades competem cada vez mais, outro velho paradoxo que vem sendo particularmente intensificado no período atual”.

Vejamos um caso concreto dessa *guerra* extraído de um protocolo de intenção para instalação de unidades fabris assinado entre o Governo do Estado de Sergipe e a empresa Grendene Calçados S/A. O protocolo previa a implantação de uma unidade da empresa, com o oferecimento de 1.500 empregos diretos e aproximadamente 300 indiretos. Em contrapartida, o Estado de Sergipe teria um conjunto de benesses a oferecer na tentativa de instalar uma unidade da Grendene na sua fronteira, tais como:

Em 01 de setembro de 2003, nós celebramos um protocolo de intenções com o Estado do Sergipe com o objetivo de estabelecer diretrizes gerais para a implantação de uma planta industrial destinada à fabricação de calçados, componentes e composto de PVC no Estado do Sergipe. O protocolo de intenções prevê a implantação de unidade industrial, estimando que o início das atividades estaria previsto para 36 meses contados da assinatura do protocolo, com a geração de 1.500 empregos diretos e aproximadamente 300 empregos indiretos. Como contrapartida, o Estado do Sergipe nos disponibilizaria inicialmente uma área construída de aproximadamente 20.000 metros quadrados, mediante cessão em permissão remunerada de uso pelo prazo de 15 anos prorrogáveis por igual período, cujo valor de remuneração, reajustado anualmente, seria de 0,5% da avaliação do imóvel para fins industriais, além de um compromisso de nos alienar o imóvel caso seja de nosso interesse. Além disso, nos seria viabilizada infra-estrutura de abastecimento de água, esgoto sanitário e galeria de águas pluviais, além de acesso asfáltico e implantação de rede elétrica até o local da planta industrial. O Estado do Sergipe se comprometeu, ainda, a conceder à Grendene, por um prazo inicial de 10 anos (que pode ser estendido para 15 anos), apoio fiscal que prevê que o pagamento do ICMS pela Grendene será o equivalente a 6,2% do ICMS devido, por se tratar de um empreendimento industrial de relevante importância para o Estado, em termos de geração de novos empregos, integração setorial e fortalecimento da cadeia produtiva do segmento industrial. Adicionalmente, o Estado do Sergipe nos asseguraria apoio fiscal consistente no (i) diferimento do ICMS incidente sobre as entradas de matéria-prima, componentes, insumos, embalagens, acessórios institucionais, peças, acessórios e ferramentas importadas pela Companhia, pelo prazo de 15 anos, (ii) diferimento do ICMS incidente sobre as aquisições, no exterior ou em outras unidades da federação, de máquinas e equipamentos novos necessários à produção e destinados a integrar o ativo fixo da empresa, pelo prazo de 15 anos. **O protocolo ainda prevê que não serão concedidos benefícios fiscais semelhantes a outras empresas do mesmo setor de atividades que o nosso, no mesmo município em que a planta industrial venha a ser eventualmente instalada** (GRENDENE, 2005, p. 112) [grifo nosso].

A passagem evidencia o atual uso do território por parte das grandes organizações. As empresas hegemônicas, para Milton Santos, são hoje os maiores atores políticos do globo, difundindo normas rígidas para uso do *território como recurso*. A exigência que a referida empresa calçadista faz ao poder estatal, de exclusividade do uso daquele subespaço, retrata bem o atual papel político das empresas e o pacto estabelecido entre as políticas públicas de atração de investimentos e o capital privado.

Mesmo com todos esses benefícios e pactos de uso exclusivo do território sergipano, a Grendene instalou sua nova filial no município Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia. No protocolo de intenções assinado em 2004, entre o Estado baiano e a empresa,

encontramos praticamente os mesmos incentivos. A vantagem de estar mais próximo do Pólo Petroquímico de Camaçari (BA), contudo, grande fornecedor de matérias-primas para a empresa e do mercado consumidor do Sudeste, maior comprador da Grendene Calçados S/A, contribuiu para a escolha de Teixeira de Freitas como o mais novo município a contar com uma unidade sua.

Ora, tal exemplo dá concretude à metáfora *guerra dos lugares*, como a atual lógica da relação entre empresas, mercado, Estado. Para Santos (1997, p. 22),

Os municípios da Federação não podem se entender nas condições atuais. Há uma disputa entre as empresas, porque território e mercado são sinônimos. Então, as empresas brigam entre si pelo mercado. Se brigam pelo mercado, estão brigando pelo território. Há uma disputa, entre o Estado e as empresas, pelo território. As empresas, pela sua ação, mudam o território.

Nessa disputa entre empresas, mercados e Estado, conforme o mesmo autor, assistimos a uma verdadeira *in-governabilidade* do território, já que cada unidade da Federação passa a depender, defender e legitimar a disputa entre os lugares, criando uma instabilidade, já que, cada empresa sempre buscará maior rentabilidade para seus investimentos. Assim, quando as benesses fiscais se esgotarem ou outro espaço apresentar qualidades mais lucrativas, a migração dos investimentos poderá acontecer, sem nenhuma preocupação com a ordem local, o cotidiano do lugar e todos os efeitos advindos dessa realocização, já que o capital nada tem de altruísta.

Toda essa digressão teve como objetivo contextualizar a noção de que a busca do Nordeste pelos empresários calçadistas tem um fundamento que ultrapassa a mera decisão pessoal do capitalista. A realocização das unidades produtivas tem como justificativa a diferenciação espacial e, assim, a possibilidade de maximizar os lucros, aproveitando as múltiplas organizações das formas-conteúdos dos diversos subespaços da formação socioespacial brasileira; e tem como sustentáculo para efetivação um conjunto de possibilidades encontradas no atual período, que garantem maior fluidez e eficácia na apropriação dos espaços de reserva, oferecendo aos atores hegemônicos variáveis que podem ser utilizadas ao seu favor.

Os Estados que aproveitaram com maior eficácia as possibilidades do período e apresentavam variáveis seletivas para a escolha por parte do empresariado calçadista brasileiro, principalmente gaúcho ou paulista, foram Ceará, Bahia e Paraíba.

Paraíba destaca-se como grande produtor de sandálias sintéticas do País, impulsionado pela instalação da São Paulo Alpargatas, localizada na cidade de Campina

Grande. Em 2005, segundo dados da Abicalçados, o Estado contava com 104 estabelecimentos industriais, regularizados, e a média de 400 empresas informais. Com produção localizada na Região Metropolitana da Paraíba e, ainda, nas cidades de Patos e Campina Grande, foram gerados, em 2005, 8.461 empregos diretos, número que é maior, já que os empregos informais, representados notadamente pelas pequenas e médias empresas, não são contabilizados pelas estatísticas oficiais.

Já a indústria baiana de calçados tem como particularidade a dispersão espacial dos estabelecimentos industriais em 38 municípios. Em 2005, foram contabilizados, pela Abicalçados, 95 empresas, que geraram, no mesmo ano, 22.973 postos de trabalho, segunda maior concentração de trabalhadores da região Nordeste. O que marca a produção calçadista nesse Estado são as grandes empresas nacionais que migraram do Sul e Sudeste em busca de variáveis mais competitivas. Estão entre elas: Azaleia, Umbro, Kildare, Ramarim, Daiby, Calçados Bel Passo, Disport do Brasil/Paquetá, Bibi, Via Uno, Dilly, Grendene, Dal Ponte, Calçados Pegada, entre outras.

O Ceará é o destaque regional, como trataremos na próxima seção. Assim como ocorre na Bahia, a produção cearense de calçado se espacializa de maneira dispersa, mas com dois pontos principais de concentração, a Região Metropolitana de Fortaleza e a região do Cariri, ao sul do Estado.

Com 221 estabelecimentos formais, um mercado de trabalho que conta com 44.268 trabalhadores com carteira assinada, no ano de 2005, o Estado desponta como o mais importante na produção regional em diversas variáveis: número de empregos, pares produzidos e exportados, número de estabelecimentos, entre outras.

Ainda completam esse novo espaço da produção calçadista Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, este último também contando com a instalação de grandes empresas nacionais no seu território.

De acordo com a tabela 5, os Estados nordestinos conheceram no intervalo de 1985-2000 um acréscimo de 217 estabelecimentos. O que marcou essa expansão foi a natureza dos empreendimentos instalados na região. A relação do número de empresas por quantidade de funcionários expressa bem a diferença entre as unidades produtoras das regiões Sul-Sudeste e as nordestinas. A porção sul do País tem a média de 44 funcionários por empresa, já no Sudeste essa relação cai para 20, enquanto na nova região produtora ela sobe para 200 funcionários por empresa.

TABELA 5: Número de estabelecimentos da indústria de calçados

Estado	1985	1990	1995	2000
Ceara	68	109	85	175
Rio Grande do Norte	16	13	9	20
Paraíba	27	51	60	97
Pernambuco	42	65	37	34
Bahia	35	73	41	83

Fonte: Elaboração própria do autor, com base na RAIS/MTE.

Tais números só expressam a média, pois sabemos que as filiais gaúchas e paulistas instaladas no Nordeste em sua maioria ultrapassam mil funcionários, com empresas de até 12 mil trabalhadores no mesmo espaço fabril, verdadeira resistência fordista em pleno período da difusão da empresa “enxuta”-flexível.

Como podemos observar na tabela 6, a região Nordeste passou, no intervalo de 1985-2000, por intensa proletarização no setor calçadista, um crescimento de oito vezes no número de trabalhadores ligados ao setor, impulsionado principalmente pela migração dos grandes estabelecimentos industriais paulistas e gaúchos em direção à região.

TABELA 6: Estoque de trabalhadores na indústria de calçados em 31/12

Estado	1985	1990	1995	2000
Ceara	1.420	1.525	6.339	27.287
Rio Grande do Norte	226	222	164	1.365
Paraíba	748	1.709	5.688	8.359
Pernambuco	3.356	3.053	1.222	2.007
Bahia	596	311	229	8.350

Fonte: Elaboração própria do autor, com suporte na RAIS/MTE.

Dos cinco maiores exportadores de calçado do Brasil, três já são nordestinos, conforme a tabela 7. São Paulo, que já foi o segundo maior exportador nacional de calçados, divide em 2006 a terceira posição com o Estado da Paraíba em número de pares enviados ao Exterior.

O grande destaque na pauta de exportação é o Estado do Ceará, que em 2006, ocupa pela primeira vez a segunda posição em valor exportado, enviando 50% mais pares ao exterior do que São Paulo. Tais números revelam outra particularidade na realocação das unidades produtivas. Apesar de igual montante de pares exportados que São Paulo, Paraíba tem uma participação em valor exportado bem inferior aquele Estado. Podemos derivar de tais indicadores, é que o valor agregado dos calçados produzidos na região Nordeste são inferiores aos fabricados nos pólos tradicionais.

TABELA 7: Estados exportadores de calçados – 2006

Estados	US\$ (Milhões)	%	Pares (Milhões)	US\$ (PM)
Rio Grande do Sul	1.257	67	82	15,36
Ceará	238	13	45	5,24
São Paulo	214	11	18	11,86
Bahia	62	3	6	10,36
Paraíba	42	2	18	2,28

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: Abilcalçados.

Nos Estados nordestinos, a fabricação de calçados com uso do EVA e PVC tem peso fundamental para a diferenciação do valor na exportação. Enquanto no Sul e Sudeste o que marca a produção é o uso do couro como matéria-prima, que incorpora maior valor no mercado externo, os municípios do Nordeste se especializam, sobretudo, na produção de calçados com alto uso de matéria-prima sintética com um valor agregado bem menor.

A hierarquia do valor agregado é apenas uma entre muitas outras. A realocação das grandes empresas gaúchas e paulistas ocorrem numa trama bem articulada entre as matrizes e filiais instaladas na região. O que migra são apenas as unidades montadoras do calçado, justamente a etapa de uso intensivo da força de trabalho, por isso a alta geração de empregos nos lugares escolhidos.

As regiões tradicionais (SP) e (RS) ainda concentram e dominam os núcleos de pesquisas, as indústrias de insumos, os centros de formação da força de trabalho especializada, o mundo da moda, publicidade e centros administrativos; isto é, a maior parte dos nós que compõem os *circuitos espaciais e os círculos de cooperação*.

Produzir é o papel reservado aos novos lugares incorporados à divisão espacial do trabalho da produção calçadista, mas produzir sob o comando das matrizes que ditam o volume da produção, os modelos, os prazos, para onde enviar, isto é, um conjunto de ordens e normas que articulam o Território nacional numa hierarquia entre espaços do *mandar* e do *fazer*.

Meros espaços da produção, os lugares escolhidos passam por profunda reestruturação socioespacial, o que se evidencia, principalmente, pela grande geração de emprego, único benefício direto, uma vez que os lucros são escoados para as matrizes localizadas nas regiões Sul e Sudeste.

2.3.1 Ceará: o novo espaço da produção calçadista

Foi nesse contexto de guerra dos lugares e fluidez espacial, que o Estado do Ceará passou a cumprir um papel na divisão espacial da produção calçadista brasileira. Devemos entender essa inserção desde um conjunto de eventos multiescalares, que vão desde a reestruturação do capital no plano mundial, filtrada pela formação socioespacial brasileira, que no caso da nossa temática, incidiu diretamente na crise da indústria calçadista nacional no final da década de 1980 e começo dos anos 1990, com a reorganização da produção e gestão da força de trabalho e no acirramento da concorrência intercapitalista de empresas e espaços da produção.

Não obstante, essa análise ficaria míope se não considerássemos as divisões pretéritas do trabalho, assim como o acúmulo de normas incrustadas no Território cearense, desde o final da década de 1970, quando inicia, ainda timidamente, a construção de um espaço seletivo para a consecução dos interesses privatistas de várias origens e qualidades por intermédio do Governo estadual.

Entre as variáveis seletivas encontradas no Estado do Ceará, difundidas pelo poder estatal no seu documento “*Por que investir no Ceará*” estão: (i) localização geográfica estratégica; (ii) macro-infraestrutura consolidada; (iii) incentivos estaduais adequados; (iv) reconhecida vocação industrial do povo cearense; (v) credibilidade e capacidade de investimento do governo; (vi) segurança jurídica; (vii) clima de parceria entre governo e setor produtivo. No referido documento, encontramos a materialização do que estamos chamando de *leilão dos lugares*, em que a própria instituição, Governo do Estado, exerce o papel de propagar as benesses que o capital privado poderá encontrar em nossa fronteira.

Acreditamos, assim, que o papel do Estado foi determinante para dotar o espaço cearense de variáveis seletivas e entrar na disputa por investimentos externos ao lugar. Uma variável-chave, sem dúvida, foi a política sistematizada de fomento industrial. Iniciada em 1979, com a criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), dotava o Estado de um instrumento legal para incentivar a atração de investimentos industriais. Tal política, como veremos à frente, foi fundamental para o desenvolvimento industrial do Estado, pois atuava na concessão de empréstimos de médio e longo prazo, aquisição de ações, debêntures ou títulos outros emitidos por empresas industriais e subsídio de encargos financeiros para empresas com sede no Estado.

Dentro da mesma filosofia, de Estado indutor do desenvolvimento econômico, no início da década de 1980, foi criado o Programa de Atração de Investimentos de Empresas Industriais (PROVIN), sendo reformulado em 1989, passando a conceder empréstimo sobre o ICMS arrecadado pelas empresas incentivadas. O Provin passou por outras reformas em 1993,

com a ampliação dos benefícios para empresas instaladas além da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), incentivando a interiorização da atividade industrial¹⁵.

Com esse ambiente propício, o Território cearense passou a ser palco de inúmeras inversões industriais, de vários ramos e lugares de origem. Um destaque foi a indústria calçadista. A partir da década de 1990, o Estado entrou com maior intensidade no circuito espacial da produção calçadista, com a seleção de vários municípios para cumprir um papel na divisão espacial do trabalho.

Como sabemos, a produção calçadista faz parte da história econômica do Estado. Datam do século XVIII as primeiras oficinas destinadas à transformação do couro em utensílios de uso pessoal, que posteriormente se tornariam as primeiras fábricas calçadistas do Ceará. Até o final da década de 1980, o que marcou a produção de calçados na fronteira do Estado foi a participação de pequenas e médias empresas, de capital local ou regional, com poucos trabalhadores e uso predominante do couro como matéria-prima. Com escala de ação reduzida, os circuitos espaciais do calçado cearense tinham pouco alcance no Território nacional e internacional, predominando, o consumo regional.

Na década de 1990, no entanto, com a escolha de alguns pontos do território cearense por parte de empresas gaúchas e paulistas, que fugiam da crise do setor na escala nacional, a produção calçadista ganhou novos contornos e importância na economia do Estado.

No Ceará, tal produção tem uma especialização dispersa no território. Podemos afirmar que duas regiões concentram a maior parte dos estabelecimentos: Cariri e Região Metropolitana de Fortaleza. Mesmo assim, o padrão de localização é pulverizado por todo o Território estadual.

A região do Cariri desponta como a principal concentradora de indústrias calçadistas do Estado, com 162 estabelecimentos. Marcam o padrão industrial dessa região as pequenas e médias empresas e mesmo oficinas artesanais, com poucas unidades que conseguem se articular no circuito espacial da produção com a escala nacional e internacional. Representada por Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato, a indústria calçadista da região tem intensa participação na produção de sandálias microporosas e de placas de E.V.A. Há também intensa presença de fabricantes de calçados e bolsas de couro, grande tradição regional.

¹⁵ Para empresas localizadas na RMF, este empréstimo seria de 60% do ICMS a ser recolhido e de 75% para as localizadas fora da RMF. Os maiores incentivos concedidos para os estabelecimentos localizados além da RMF eram justificados pelo interesse de promover o desenvolvimento nas regiões mais atrasadas do Estado.

Segundo dados da Abicalçados, oito empresas em funcionamento no Cariri são exportadoras e contam com o apoio institucional da Comissão de Comércio Exterior (CCE Cariri). Juntas, comercializaram, em 2005, US\$ 6.244.942,00 no mercado internacional. Os produtos são vendidos para países como Estados Unidos, Espanha, França, Equador, Paraguai, Uruguai, Portugal, Itália, Bolívia, Argentina, Reino Unido e Grécia.

Já na Região Metropolitana de Fortaleza, dos 13 municípios que a compõem, oito contam com empresas calçadistas, com destaque para a Capital, Horizonte e Maranguape, como maiores produtores, pelo fato de recrutarem um maior número de trabalhadores e contarem com empresas gaúchas e paulistas instaladas.

O que marca a atual participação do Ceará na divisão espacial da produção calçadista é a consolidação, no Estado, das maiores empresas nacionais do setor, entre elas: Grendene Calçados S/A, Dakota Calçados S/A, H.Bettarello Curtidora e Calçados Ltda, Vulcabrás do Nordeste S/A, Dilly Nordeste S/A, Democrata Nordeste Calçados e Artefatos de Couro Ltda, Calçados Reifer Ltda, Paquetá Calçados S/A, entre outras.

Estas empresas, todas de origem paulista ou gaúcha é que colocaram o calçado como principal produto enviado ao mercado externo, como podemos observar no gráfico 1, ultrapassando, em 2007, a tradicional hegemonia da castanha-de-caju, na pauta de exportação cearense.

Dos 33 municípios que concentram a produção calçadista do Estado, 16 são exportadores de calçados. Na tabela 8, revelamos a hierarquia, segundo o valor das exportações, das empresas exportadoras de calçados instaladas no Ceará. Com isso, percebemos que, das 16 unidades fabris, dez resultam de inversões paulistas e gaúchas, demonstrando o importante papel que a realocação dessas unidades teve para posicionar o Ceará em papel de destaque na produção calçadista nacional.

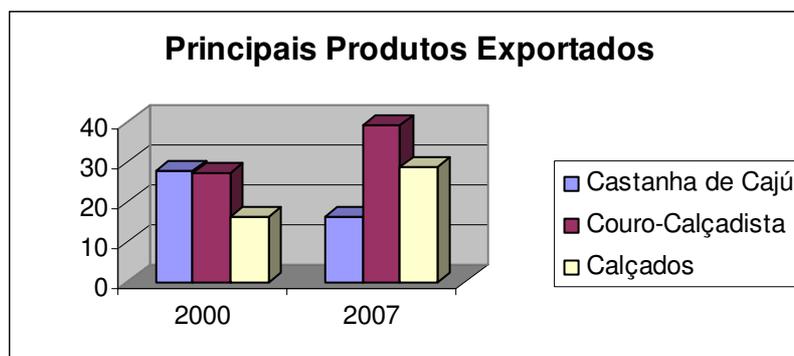


GRÁFICO 1: Pauta de exportação cearense – 2006

Fonte: SECEX

TABELA 8: Empresas exportadoras de calçados

Unidade Espacial	Empresa	US\$ F. O.B. (Jan/Dez)	% Participação nas exportações do município
1º Sobral	GRENDENE S A	91.462.743	99,46
2º Itapajé	DISPORT NORDESTE LTDA	63.040.804	100
3º Horizonte	VULCABRAS DO NORDESTE S/A	43.709.865	84,68
4º Quixeramobim	CALCADOS ANIGER NORDESTE LTDA	43.016.728	99,94
5º Aracati	H.BETTARELLO CURTIDORA E CALCADOS LTDA	12.404.040	37,23
6º Maranguape	DAKOTA NORDESTE S/A	7.642.581	77,21
7º Crato	GRENDENE S A	5.263.161	71,26
8º Senador Pompeu	CALCADOS SENADOR POMPEU LTDA	3.516.138	100
9º Morada Nova	CALCADOS REIFER LTDA	2.980.581	100
10º Itapipoca	DILLY NORDESTE S/A	1.545.512	42,06
11º Juazeiro do Norte	INDUSTRIAL BOPIL DE CALCADOS LTDA	1.543.562	5,38
12º Quixadá	MISSISSIPI INDUSTRIA DE CALCADOS S/A	1.502.147	96,79
13º Camocim	DEMOCRATA NORDESTE CALCADOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA	419.444	2,32
14º Barbalha	KINCCAL - KAIANA INDUSTRIA DE COMPONENTES E CALCADOS LT	51.529	63,30
15º Barbalha	IBK - INDUSTRIA DE BORRACHA E CALCADOS KAIANA LTDA	29.871	36,70
16º Guaiúba	KING PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	43.540	100

Fonte: SECEX

Foram essas empresas que contribuíram para que o Território cearense, pela primeira vez na história, ultrapassasse, em 2006, o tradicional Estado de São Paulo em número de pares e valor das exportações.

Tais fatos revelam inicialmente três características das inversões gaúchas e paulista instaladas no Estado. A primeira diz respeito ao valor agregado do calçado produzido no Ceará. Enquanto no Rio Grande do Sul e São Paulo, respectivamente, o preço médio do calçado é de US\$ 15,36 e US\$ 11,86, no Ceará, ele só alcança US\$ 5,24. Como apresentamos na seção anterior, essa é uma marca da realocação calçadista. Migraram, sobretudo, as empresas de trabalho intensivo, que produzem calçados de preço inferior, segmento de maior concorrência no mercado interno e externo com os asiáticos. Assim, mesmo com 45 milhões de pares exportados no ano de 2006, contra 18 milhões de São Paulo, o Ceará faturou US\$ 238 milhões, enquanto o Estado paulista US\$ 214 milhões, uma pequena diferença, mesmo com São Paulo enviando 50% a menos de pares enviados ao Exterior.

As duas outras dizem respeito à participação que as indústrias calçadistas têm na dinâmica econômica dos municípios selecionados para efetivar a produção calçadista - (i) a relação do lugar com o mundo por meio da exportação de calçado e (ii) a proletarização da força de trabalho local.

Como podemos observar na tabela 8, dos 16 municípios exportadores, em dez a exportação de calçado tem participação de mais de 70% na pauta de produtos enviados ao Exterior. Destes, quatro, a exportação de calçados representa 100% dos produtos enviados ao Exterior, revelando a única relação do lugar com o mundo.

A característica de trabalho intensivo das indústrias calçadista localizadas no Ceará é, sem dúvida, o maior rebatimento dessa inserção na divisão espacial da produção calçadista. O Estado intensifica o processo de proletarização do trabalho calçadista pós-década de 1990, resultado direto das inversões das maiores empresas do setor. De 1985 a 2005, o Ceará conhece um aumento de 300% no número de estabelecimentos instalados e um crescimento 3900% no que se refere ao número de trabalhadores na indústria calçadista, como demonstram as tabelas 9 e 10.

TABELA 9: Número de Estabelecimentos da Indústria Calçadista – Ceará-1985-2005

Estado	1985	1990	1995	2000	2005
Ceará	68	109	85	175	221

Fonte: Elaboração própria do autor, baseada na RAIS/MTE.

TABELA 10: Estoque de trabalhadores na indústria de calçados cearense em 31/12 – 1985-2005

Estado	1985	1990	1995	2000	2005
Ceará	1.420	1.525	6.229	27.287	56.758

Fonte: Elaboração própria do autor, baseada na RAIS/MTE.

O Ceará vem, pois, redefinindo seu papel na divisão espacial da produção calçadista. Em 2007, o Estado acumula a segunda posição nacional em pares e valor exportado, a terceira em número de trabalhadores calçadista e o calçado despontando como o principal produto na balança comercial do Estado. Tal destaque tem como principal indutor os investimentos gaúchos e paulistas. Eles é que intensificaram a participação do Estado na divisão espacial do trabalho calçadista, sobretudo, as empresas gaúchas, em maior número na fronteira do Estado.

Dentre as maiores empresas calçadistas no Estado do Ceará, com base no valor exportado, número de trabalhadores e unidades produtivas, podemos citar a Vulcabrás do Nordeste S/A, localizada em Horizonte; a Dakota Calçados S/A, com plantas em Iguatu,

Russas e Maranguape; Paquetá Calçados S/A, com plantas em Quixeramobim, Itapajé e Uruburetama e a Grendene Calçados S/A, com unidades fabris em Fortaleza, Crato e Sobral. Esta última, o grande destaque, posicionado-se como a principal indústria calçadista localizada no Estado, liderando a pauta de exportações, o volume de produção estadual e a contratação de trabalhadores, uma verdadeira centralidade no Território cearense.

Estes fatores é que despertaram o interesse de nossa pesquisa. Revelar o uso do espaço cearense por parte da Grendene Calçados S/A será nossa tarefa. Para tal, nossa perspectiva centra-se no município de Sobral. O recorte tem como justificativa a centralidade que Sobral desempenha na estrutura organizacional da empresa: concentra 89% da produção, 90% da força de trabalho, maior planta industrial e matriz regional.

Destaque na divisão do trabalho intra empresa, Sobral também apresenta uma hegemonia na produção calçadista cearense. Como revelaremos ao longo da exposição, a Grendene-Sobral é a maior produtora e exportadora do Estado e a que mais concentra trabalhadores.

Todo esse gigantismo não ocorre sem alterar a dinâmica dos componentes do espaço urbano-regional; a apropriação do município para desempenhar uma função na complexa divisão espacial da produção calçadista é o mote da nossa pesquisa, que privilegiará a investigação da inserção de Sobral no circuito espacial da produção calçadista e a decorrente redefinição da forma-conteúdo do lugar, via impacto nos indicadores econômicos e sociais, renovação da materialidade do espaço e imposição de nova mobilidade da força de trabalho.

Para compreender as continuidades e rupturas propomos uma incursão panorâmica sobre os períodos da industrialização sobralense. Com base nessa periodização, poderemos estabelecer marcos comparativos das diferentes fases de industrialização e elucidar o peso das divisões pretéritas do trabalho na conformação do atual parque industrial, evidenciando as normas e objetos que contribuíram para a consolidação da Grendene no Território sobralense. Por fim, esse retorno ao passado, como esforço de entender o presente, também revela que o lugar não é só reflexo de uma ordem externa, mas, também, impõe sua contingência e possibilidade.

3. POR UMA PERIODIZAÇÃO DA INDÚSTRIA SOBRALENSE

3.1 Sobral: de pólo sertanejo a cidade industrial

[...] foi a sua posição estratégica que favoreceu as comunicações, ou seja, a localização às margens do rio Acaraú e a proximidade da Serra de Meruoca. Situada em um cruzamento de caminhos que vinham da Serra da Ibiapaba, do sertão e do litoral, a vila tornou-se o grande *pólo sertanejo da zona norte* (AMORA; COSTA, 2007, p. 344).

A passagem acima anuncia a centralidade que o município de Sobral, então vila, no século XVIII, desempenhava na rarefeita rede urbana cearense. Como um nó de tráfego, Sobral, ao lado de Crato, Aracati e Icó, desempenhava o papel de pólo dinâmico na região norte do Estado no período agrárioexportador. O futuro município ganhou dinâmica econômica desde a passagem de tropeiros e boiadas que usavam a Fazenda Caiçara, as margens do rio Acaraú, como lugar de pouso das longas viagens, fato que proporcionou a criação dos primeiros aglomerados, erigindo a formação da Vila Distinta e Real de Sobral, em 1773.

Os primeiros rebanhos chegaram ainda no século XVII, trazidos por uma leva de migrantes das capitâneas da Zona da Mata, que adentravam o interior do território nordestino em busca de minas, de terras devolutas, estas monopolizadas pelo latifúndio de cana-de-açúcar no litoral nordestino (GIRÃO; SOARES, 1997).

Como anota Brasil, o boi foi o primeiro e principal excedente econômico no primeiro período da histórica econômica de Sobral. Sua comercialização contribuiu diretamente para a abertura e melhoramento dos sistemas de transportes e comunicação entre as localidades da zona norte do Ceará, bem como entre os centros consumidores, que se estendiam até a Zona da Mata e Recôncavo Baiano. Como aponta o referido autor,

Assim é que, de estreitas e tortuosas trilhas ligando os diversos pontos povoados das ribeiras do Acaraú e Coreaú aos embarcadouros da orla marinho correspondente, o delgado caminho da Caiçara dos tempos do desbravamento evoluiu para uma das estradas mais movimentadas da segunda metade do século XVIII. Além do melhoramento do treco que liga Sobral a Acaraú, esse caminho foi estendido em direção ao sul até alcançar, em Quixeramobim, o outro caminho, mais antigo, que ligava os sertões do Piauí aos grandes centros de Recife e Olinda. (BRASIL, S/d, p. 109)

Percebe-se, pois, que a criação de gado e a decorrente comercialização da carne de charque foi o marco da articulação de Sobral na rede urbana cearense. Com o desenvolvimento da pecuária e o fortalecimento da função religiosa, que também teve papel

fundamental para a consolidação da centralidade de Sobral, a vila ganhou novo dinamismo, com o surgimento das primeiras casas de comércio e a intensificação do aglomerado urbano, conformando os primeiros contornos da rede urbana na região.

Com a seca de 1790-1794, a pecuária foi fortemente abalada, com devastação de grande parte do rebanho, não só da zona norte, mas de todo Ceará. Referido período marca o arrefecimento da influência do gado na história econômica da região, despontando a cultura do algodão como fonte de excedente e organização do território.

Tal fato não implicou o fim da atividade pecuária, mas sim uma sobreposição de atividades, o binômio gado-algodão. Com o acúmulo de funções, a pequena vila de Sobral elevou-se à condição de cidade em 1841, segunda da rede urbana cearense após a capital, Fortaleza, iniciando o século XIX com um novo impulso econômico proporcionado pelo cultivo do algodão, reafirmando o papel de Sobral como um grande centro coletor e distribuidor do produto na região norte do Estado.

Como expõe Stuart Filho (1937) “ao contrário do gado que anda e procura com os próprios pés os centros consumidores, abrindo caminhos por onde passa”, o algodão necessitava de vias e meios de transportes mais eficientes para ligar os centros produtores-coletores-consumidores com maior eficácia, marcando o início da instalação dos primeiros fixos na região, principalmente estradas de rodagens e vias férreas (STUART FILHO, 1937 apud BRASIL, s/d, p. 114). Esse autor nos fornece um fato que expressa bem a necessidade de abertura de vias para facilitar a fluidez da produção:

Preocupado em facilitar o transporte dos algodões de toda a zona Norte da Capitania para a sua sede administrativa, onde em melhores condições lhe parecia dever realizar-se o embarque do produto rumo aos mercados de Pernambuco e Maranhão, fez Bernardo Manuel de Vasconcelos construir entre as vilas de Fortaleza e Sobral uma estrada, que, partindo de Soure, cortava a vila da Imperatriz e S. Bento d'Amontada. (STUART FILHO, 1937 apud BRASIL, s/d, p. 114)

A necessidade de integrar a atividade produtiva do algodão também articulou Sobral-Granja, sendo o segundo grande centro produtor na época. Assim, o algodão marcou o segundo período agrárioexportador de Sobral, articulando o lugar com diversos subespaços, seja como centro coletor do algodão produzido no seu entorno, principalmente serra de Meruoca, seja como distribuir do produto armazenado, que no início do século XIX era exportado pelo porto do Acaraú¹⁶.

¹⁶ Como afirma Brasil (s/d, p. 114): Realmente, a comercialização do algodão, como a do gado em tempos anteriores, determinou um grande incremento nas vias de transporte de todo o Estado. Ao fim do primeiro quarto

O ouro-branco, como era chamado o algodão, foi responsável por longo processo de desenvolvimento econômico do Ceará. Tendo como principais polos produtores, Granja, Quixadá, Quixeramobim, Uruburetama, Maranguape, Baturité, Pereiro; centros coletores, Sobral, Icó e Fortaleza e centro exportadores, Camocim, Acaraú, Fortaleza e Acarati, implicando a inserção do Estado na divisão internacional do trabalho, abastecendo a nascente indústria têxtil européia, principalmente inglesa.

Como destaca Viana (1990), as primeiras exportações cearenses de algodão diretamente para a Inglaterra datam de 1809, mas só se intensificaram no período de 1864-1875, em decorrência da Guerra de Secessão desencadeada nos Estados Unidos, principal fornecedor da matéria-prima para a crescente indústria têxtil inglesa. Com a suspensão do fornecimento para os estadunidenses, o Ceará, assim como importantes polos produtores brasileiros, como São Paulo, firmaram relações comerciais com a Inglaterra mediante o estabelecimento de linhas de negação diretas, a exemplo da rota Fortaleza-Liverpool, a partir de 1866.

Contando com mais de uma década de crescimento da produção e exportação do algodão cearense, a atividade entra em declínio no começo da década de 1870¹⁷. Tal fato, como destaca Viana, pode ser compreendido por duas escalas de influência: a internacional, válida para toda produção brasileira e a de caráter estadual (VIANA, 1990).

Na escala internacional, tivemos a retomada das exportações estadunidenses para Inglaterra pós-Guerra de Secessão. Apesar da crescente demanda por algodão da indústria têxtil européia, os Estados Unidos voltaram a dominar o comércio internacional do produto, diminuindo a participação do algodão brasileiro na pauta de exportação.¹⁸ Já na escala estadual, outro fato veio somar a concorrência estadunidense, a seca de 1877-79, que desarticulou a produção cearense de algodão, contribuindo para o declínio da atividade no interior do Estado.

Não obstante, a partir de 1880-1885, a produção do algodão volta a crescer, com volumes de exportação superiores aos do período de 1865-1870, mas com preços de mercado inferior. A diferença agora era que a produção, em vez de ser direcionada ao mercado externo,

do século XIX, o Estado se encontrava todo cortado de caminhos ligando suas principais cidades de então. Sobral era um dos nós dessa grande rede de estradas.

¹⁷ Como destaca Viana (1990, p. 71): Os preços mais que remunerados de 1864 a 1872 promoveram um desenvolvimento ascendente da cultura cearense do algodão, cujas exportações passaram, sucessivamente, de 888.290 kg em pluma em 1863-64 para 5.219.147 kg em 1869-70, até atingirem o auge de 8.324.258 kg em 1871-72, quando passaram a declinar.

¹⁸ O Brasil, que chegou a exportar mais que o triplo dos Estados Unidos durante a Guerra de Secessão, viu a situação inverter-se no quadriênio seguinte e, mesmo aumentando a sua produção, mal alcançou um quinto das exportações americanas. (VIANA, 1990, p. 72)

onde enfrentava forte concorrência, passou a alimentar o mercado interno. Teve-se, com efeito, um novo período da produção do algodão, intensificando seu beneficiamento interno, primeiro pela nascente indústria têxtil e logo em seguida pela indústria produtora de óleos vegetais (VIANA, 1990).

3.2 O beneficiamento dos produtos regionais as primeiras fábricas sobralenses: o primeiro período industrial

No Ceará, a instalação das primeiras fábricas têxteis foi atrelada a três fatores principais: a grande exportação de algodão no período de 1864-1875, os elevados gastos públicos com as consequências da seca de 1877-1879 e um aumento da exportação de escravos para outras províncias, principalmente em decorrência da citada seca. Tais acontecimentos contribuíram com a acumulação de capital na mão de alguns empreendedores e seu posterior direcionamento para novos investimentos, a indústria têxtil como exemplo¹⁹ (VIANA, 1990).

Nesse contexto, entre 1881 e 1893, foram instaladas seis fábricas de produção de fios e tecidos de algodão no Ceará²⁰. A primeira em 1881, Pompeu & Irmãos, instalada em Fortaleza; a Hollanda, Gurjão & Cia, 1889, Cia. Fábrica de Tecidos União Comercial; Cia. e Fabril Cearense de Meias, ambas em 1890, as três últimas também em Fortaleza; a Popular Aracatyense, 1893, na cidade de Aracati e, por último, a Fábrica Ernesto & Ribeiro, 1894, na cidade Sobral

Com a instalação da Ernesto & Ribeiro em Sobral, a cidade termina o século XIX com a implantação da primeira grande fábrica que vai inserir o município na divisão espacial da produção industrial.

Comandada por dois sócios, Ernesto Deocleciano de Albuquerque, cearense, nascido em Aracati, mas residindo em Sobral, exportador e beneficiador de algodão, e Cândido José Ribeiro, industrial do ramo têxtil no Maranhão, a fábrica demorou três anos para ficar pronta, iniciando sua produção com maquinaria importada da Inglaterra. Como

¹⁹ O autor desenvolve cada um dos fatos no trabalho citado e sua relação com a acumulação do capital que favoreceu a implantação das primeiras fábricas no Ceará.

²⁰ A primeira delas – Pompeu & Irmãos – constituída em 1881, surge durante o surto de investimentos que ocorreu entre 1880-1883 na indústria têxtil brasileira. Portanto, imediatamente após o “boom” das exportações de algodão pelo Ceará, que findou com a seca de 1877-79, em vista dos gastos públicos realizados com a mesma e da expansão das exportações de escravos, o que nos leva a crer que a dinamização econômica propiciada por estes fatores tornou possível tal acontecimento (VIANA, 1990, p. 90).

destaca Viana (1989, p. 66), “a fábrica passa a apresentar seu prédio em estilo das fábricas de Manchester. Cabendo lembrar que desde a sua fundação, tal fábrica tinha integração para trás, dispondo de seção de beneficiamento de algodão”.

Em 1901, a Ernesto & Ribeiro, também conhecida como Fábrica Sobral, possuía 600 contos de réis de patrimônio, 122 teares, 4.656 fusos, força de 150 c.v. e empregavam 191 trabalhadores (65 homens, 96 mulheres e 30 crianças); com produção anual de 960.000m de pano de algodão ou domésticos branco, liso ou alchochoado e 20.000 kg de fio para redes (VIANA, 1989).

No que diz respeito ao escoamento da produção e o mercado consumidor, a fábrica teve importante função na polarização de Sobral no norte do Estado, já que a maior parte da produção era consumida nesta região, mas também com alcance em alguns municípios do Piauí e Maranhão. No que tange as relações com o mercado externo, apenas uma pequena quantidade era exportada pelo porto de Camocim.

Sem dúvida, a importância econômica da Fábrica Sobral marcou o primeiro sopro industrial do município. Aproveitando a produção regional, dotando o território de fixos, bem como dinamizando os fluxos que chegavam e partiam de Sobral, o algodão e a fábrica de tecidos, durante muitas décadas, continuaram a simbolizar o início da industrialização sobralense.

Além da produção têxtil, o algodão desempenhou outra importante função na conformação das primeiras grandes fábricas cearenses. O beneficiamento interno do produto, que se intensificou no final do século XIX, proporcionou a criação de empreendimentos responsáveis pelo aproveitamento não só na pluma, mas também do caroço do algodão.

Data do final do século XIX a instalação das primeiras fábricas produtoras de óleos vegetais, que, em geral, eram extraídos da oiticica e algodão. Iniciada na região Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, a atividade chegou ao Nordeste no final de 1880 e, durante a década 1890, principalmente em Alagoas e Pernambuco. No Ceará, data de 1885 a primeira fábrica (Fábrica Proença) que extrairia óleo do caroço do algodão, na cidade de Baturité. No ano posterior, mais duas fábricas seriam instaladas na capital, Fortaleza, marcando no Estado o início da produção do óleo que quase sempre estava atrelada a outras atividades, como a fabricação de sabão (VIANA, 1994; ALMEIDA, 1989).

Foi durante e logo após a Primeira Guerra Mundial que a indústria de óleo de caroço de algodão mais prosperou²¹. Conforme Viana (1994, p. 388),

²¹ A escassez relacionada com a guerra parece ter estimulado a produção interna de óleos vegetais em geral. No Estado de São Paulo, segundo consta, a produção desses óleos apresentou o crescimento mais marcante durante

Mais ou menos na mesma época, foi iniciado um extenso programa de investimentos em usinas para descaroçar algodão e em fábricas de óleo de caroço de algodão nos estados do Nordeste. A iniciativa foi de uma única empresa, organizada com capital brasileiro, a Companhia Industrial de Algodão e Óleos (CIDAIO). Este programa de investimentos foi considerado como um resultado prático do Congresso do Algodão, realizado no Rio de Janeiro em 1916, e recebeu uma ajuda considerável do governo federal e dos governos estaduais interessados.

Como resultado direto, até 1921, foram instaladas nove usinas de descaroçamento nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, sete fábricas de óleos ligadas às usinas de descaroçamento, bem como uma fábrica central de óleo e uma refinadora na cidade de Recife.

A sede da CIDAIO foi instalada no Rio de Janeiro, mas Recife foi escolhida como sede administrativa na região Nordeste, por dois motivos: ser o principal centro produtor de óleos vegetais da região e por contar com um porto mais dinâmico e aparelhado do que o dos demais Estados.

No Ceará, a empresa foi instalada nas cidades de Sobral e Iguatu, ambas contando com usina, fábrica e estação experimental²². Trajano Sabóia Viriato de Medeiros, nascido em Sobral, com forte articulação no cenário político nacional foi o responsável direto na materialização do projeto.

Para consecução do projeto, Trajano de Medeiros, por sua intensa articulação política, conseguiu junto ao Governo Federal, do então presidente Venceslau Brás (1914-1918), a aprovação do decreto nº 12.981, de 24/04/1918, um conjunto de benefícios que favoreceram a instalação da CIDAIO. Dentre os benefícios estavam “a isenção de direitos de importação sobre as máquinas e aparelhos necessários à instalação das fábricas e dando empréstimos subsidiados de longo prazo, proporcionais aos investimentos em cada fábrica”. Como também, “o recebimento de 2.800 contos (representando cerca de 37,3% do seu capital, que foi estabelecido em 7.500 contos” (VIANA, 1994, p. 389).

No âmbito estadual, foi aprovado o decreto legislativo nº 1598, de 19/10/1918, que também possibilitou uma série de benefícios à Trajano de Medeiros e posteriormente a

os primeiros anos do conflito, e ao final do ano de 1917, esse estado estava preparado para suprir não apenas suas próprias necessidades como também exportar quantidades cada vez maiores. E dizia-se que o aumento mais notável foi o da produção de óleo de caroço de algodão. Pelo menos duas novas fábricas desse óleo começaram a operar durante a guerra e outras já existentes ampliaram suas instalações (VIANA, 1994, p. 338).

²² A CIDAIO ainda era especializada nos seguintes subespaços: a) em Pernambuco, estação experimental de Altinho; usina e fábrica de óleos de S. Caetano (Caruaru); usina e fábrica e refinaria de Limoeiro do Norte; usina, fábrica e campo de demonstração de Garanhuns; usina, fábrica e refinaria central de Recife; b) na Paraíba, usina e fábrica de Sapé; usina e fábrica de Sousa; usina de Patos; c) no Rio Grande do Norte, usina de Nova Cruz e Mossoró (VIANA, 1994).

toda indústria de óleos do Estado. Entre as principais vantagens, podemos citar: a isenção, pelo prazo de 15 anos, de todos os impostos estaduais; o algodão que fosse beneficiado nas usinas e todos os subprodutos gozariam, durante 15 anos, de uma redução de 25% nos impostos de exportação e, ainda, uma solicitação junto ao Governo Federal da isenção de direitos e taxas de expediente para a importação de maquinismos e outros materiais necessários à construção das usinas (VIANA, 1994).

Conforme Viana, tais benefícios, tanto na escala estadual como federal, revelam que o Estado, mesmo antes do estabelecimento de uma política de incentivos mais sistematizada, como a SUDENE, já exercia importante papel para a materialização de projetos industriais (VIANA, 1994).

O algodão mais uma vez, portanto, foi responsável direto para a instalação de estabelecimentos industriais no território cearense. Neste período de crescimento da produção do óleo, Sobral e Iguatu, como já citamos, foram os escolhidos para desempenhar uma função na divisão espacial da produção de oleaginosas.

O desenvolvimento dos transportes no período anterior foi a variável-chave para a escolha dos dois municípios, já que as duas cidades eram servidas pelos ramais da estrada de ferro, por onde era escoado o produto final para o porto de Camocim (Estrada de Ferro Sobral-Camocim) e Fortaleza (Estrada de Ferro Baturité).

Atrelada à estrutura produtiva, também foram instaladas fazendas experimentais. Em Sobral, a Fazenda Ypiranga, que contribuía para a pesquisa e aperfeiçoamento da cotonicultura da região.

Localizada no então bairro Cruz das Almas, a CIDAO Sobral desempenhou junto com a Ernesto & Ribeiro Cia. o papel de maiores empreendimentos industriais do final do século XIX e começo do século XX no município. Com isso, não queremos dizer que eram as únicas industriais sobralenses, mas, sem dúvida, eram as de maior porte e com maior força dinamizadora da economia local, iniciando a proletarização do trabalho industrial, a formação de alguns bairros operários, bem como o fortalecimento da polarização da cidade na região norte.

Com a CIDAO, Sobral se inseriu na divisão espacial da produção oleaginosa, exportando pelo porto de Camocim, por intermédio da via férrea, óleo e torta diretamente para a Europa, e ainda mantinha relações comerciais com Recife, por onde parte da produção era beneficiada e direcionada tanto para o Exterior como para o mercado nacional, sobretudo São Paulo.

Como destaca Viana, “o transporte de óleo, de Sobral para Camocim, era feito em carros-tanque (enormes cilindros), comportando 13 toneladas de óleo de cada vez. Em Camocim, a CIDAIO montou um grande depósito, no qual o óleo passava para barris antes de embarcar” (VIANA, 1994, p. 415).

A CIDAIO-Sobral ainda recebia de Fortaleza, de uma tonelaria, pertencente à empresa, os barris que armazenavam o óleo. Podemos perceber que a relação do lugar com os diferentes subespaços do território ganhou mais densidade, somando-se as trocas que a indústria têxtil já mantinha com seus fornecedores e mercado consumidor. Assim, a indústria beneficiadora de algodão marcou a inserção do município na produção industrial, com grande peso no cenário estadual.

Ainda na trilha da indústria de óleos vegetais, o Ceará, a partir de 1930, começa a produzir, além do óleo extraído do caroço do algodão, de oiticica, mamona e castanha-de-caju.

Como destaca Almeida (1989, p. 125),

[...] a oiticica serviu de passaporte para o ingresso e reconhecimento do Ceará no mundo internacional dos negócios, desta feita, não mais como mero fornecedor de matéria-prima ou de produtos de subsistência destinados a completar a cesta da população americana mas, sobretudo, como único estado brasileiro e mundial a produzir óleo de oiticica capaz de substituir com vantagens em termos de qualidade e preço o seu forte concorrente internacional – o óleo de “tung”.

Em 1939, a oiticica perfazia o principal produto da indústria extrativa vegetal brasileira, na qual o Ceará era responsável por 72,96% dessa produção (ALMEIDA, 1989). Os principais produtores estaduais de oiticica na proporção de produção eram Santa Quitéria, Crateús, Russas e Sobral.

No final da década de 1930, o Estado contava uma média de 14 empresas ligadas à produção do óleo, algumas das quais historicamente desempenhavam atividades ligadas ao beneficiamento do algodão, diversificando sua produção ante a grande valorização da oiticica no cenário mundial, a exemplo da CIDAIO.

Em 1947, contudo, a produção agrícola regional, mais uma vez, foi afetada por um período de estiagem, marcando uma queda na produção e conseqüentemente do beneficiamento do algodão e oiticica. Tal fato revela uma característica desse período industrial, sua intensa dependência da produção agrícola, evidenciando que a atividade de transformação mantinha vínculos diretos com o espaço agrário, o tempo regional e a produção local, mesmo alcançando subespaços longínquos na exportação do produto final.

Almeida, ao se referir a CIDAIO, ilustra bem esse fato:

A ausência de safra de matéria-prima na zona Norte do estado em 1947 provocou a paralisação das fábricas filias da CIDAIO instaladas nos municípios de Santa Quitéria e Sobral, razão pela qual se verifica uma irrisória produção de óleo de oiticica e nenhuma de óleo de mamona durante aquele ano. Ainda em 1947 a diretoria daquela companhia industrial apresentava relatório apontando a falta de matéria-prima como responsável pela paralisação das duas fábricas (ALMEIDA, 1989, p. 134).

O ano de 1947 também é emblemático para a fábrica de tecidos e fios de algodão Ernesto & Ribeiro, que, atravessando décadas, manteve sua produção em funcionamento, passando no referido ano à situação jurídica de sociedade anônima sob a denominação de Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano (C.F.T.E.D) (VIANA, 1989).

Com isso, Sobral termina a década de 1940 com suas duas maiores fábricas em pleno funcionamento, já que, depois de paralisada em 1947, a CIDAIO volta, em 1948, reestruturada, com maquinaria moderna e maior capacidade produtiva, fato que fez da unidade-Sobral, em 1950, a maior produtora estadual de óleo de mamona e oiticica, responsável por aproximadamente 50% da produção do Estado, superando Fortaleza, que sempre detinha a hegemonia no setor (ALMEIDA, 1989).

Após o gado e a indústria têxtil, a indústria extrativa vegetal simbolizou o terceiro surto econômico do município, que, além da CIDAIO, contava ainda com:

i) uma filial da Brasil Oiticica S/A (1954), maior empresa cearense na produção oleaginosa, dedicada em Sobral à compra de castanha-do-caju, da oiticica e da mamona, enviadas posteriormente para a matriz em Fortaleza;

ii) a Francisco A. Dias, fundada em 1950, exportadora de castanha-de-caju, milho, oiticica, mamona e algodão, que eram vendidos, em Sobral, à Brasil Oiticica S/A e à CIDAIO, e ainda comercializavam o algodão para Itapajé e Uruburetama; e

iii) a Casa Quirino Rodrigues S/A, uma das mais antigas fábricas da cidade (1916), ligada ao beneficiamento de cera de carnaúba, castanha-de-caju, mamona, oiticica, couro e peles.

O Município entrou na década de 1950, ao lado de Fortaleza e Juazeiro do Norte, como os maiores responsáveis pela produção industrial do Estado, embora com forte centralização da capital do Estado, não impedindo, até o momento, que Sobral desenvolvesse, para a época, um diversificado “parque industrial”, principalmente com pequenas e médias empresas.

Apesar da diversidade dos empreendimentos industriais e sua dinâmica econômica no início da década 1950, foi no mesmo decênio que Sobral perdeu força na rede urbana cearense, diminuindo seu efeito polarizador. O arrefecimento da dinâmica na economia

urbana regional foi desencadeado em face da centralização político-econômica que a Capital passaria a desempenhar na rede urbana cearense, enfraquecendo não somente Sobral, mas também antigos centros regionais, como Crato, Quixadá, Aracati e Icó.

Como destacam Amora e Costa (2007, p. 354),

Fortaleza incorporava novas funções, como a coleta da produção regional (algodão, couro, peles, óleos vegetais) e a distribuição de produtos importados, canalizando assim a maior parte de investimentos governamentais em infra-estrutura, serviços e edificações. Com a melhoria do porto e a implantação da ferrovia, no final do século XIX e início do século XX, Fortaleza, na hierarquia urbana, ultrapassa as outras cidades do Ceará.

Assim, a instalação da rede ferroviária, que partia de Fortaleza ao Crato e Juazeiro do Norte, em 1926, e para Sobral, em 1950, seguida da abertura de rodovias federais e estaduais (no caso de Sobral, a construção da BR-222, que corta o Município, ligando o Ceará ao Piauí), minimizaram o isolamento dos antigos centros regionais e favoreceram a submissão das economias regionais à Capital cearense, “aguçando a crise nos principais centros interioranos regionais e locais” (AMORA; COSTA, 2007, p. 355)

A citação a seguir ilustra bem o impacto da diminuição das barreiras espaciais na economia sobralense.

A maior facilidade nas comunicações veio afetar certos ramos do comércio de Sobral – confecções, jóias, calçados, artigos óticos, eletrodoméstico e, ainda, o ramo de tecidos e miudezas. Segundo informações obtidas, por volta de 1950, havia maior número de casas de tecidos, tendo 6 empresas saído do ramo, estabelecendo-se em Fortaleza. Sobral, por esta época, monopolizava, praticamente, o comércio com o Piauí, Maranhão e Goiás; da mesma forma, no ramo de estivas figura atualmente apenas uma grande firma, quando existam 6 há 6 anos atrás; a causa da decadência do comércio com o Piauí não esteve, porém, unicamente afeto à melhoria da BR-222; também a estrada que liga o Piauí a Pernambuco (BR-236) influiu na decadência do comércio, e segundo alguns foi o que mais prejudicou Sobral (IBGE, 1971, p. 19).

Com a modernização do Território cearense e a respectiva diminuição das barreiras espaciais, Fortaleza passou a ser hegemônica, não só no setor terciário, mas também na instalação de novos fixos industriais. A concentração no espaço urbano fortalezense da atividade industrial foi impulsionada pela instalação da rede ferroviária e das estradas de rodagem, que ligavam os centros produtores de matéria-prima à Capital, onde eram beneficiados e posteriormente distribuídos no restante do Estado. A instalação do porto do Mucuripe, facilitando o envio de produtos para o mercado externo, também é um dado a ser levado em consideração na análise da centralidade exercida pela Capital do Estado.

Terminaria, assim, um longo período da industrialização sobralense, classificado por alguns como *industrialização espontânea*, para enfatizar a reduzida participação do

Estado como indutor da atividade industrial. O que de fato marcou o primeiro período foi sua intensa dependência da produção agrícola regional, isto é, a indústria como extensão do campo, seguindo o ritmo regional das safras, dependente da matéria-prima que oscilava com períodos de estiagem, e, ainda, com um sistema de trocas, principalmente regional. Muito embora os maiores empreendimentos industriais estabelecessem relações na escala nacional e internacional, eram exceções quando analisada a totalidade das fábricas existentes.

O primeiro período da indústria sobralense foi marcado pela presença de duas grandes empresas, a Fábrica Sobral e a CIDAO, no comando da produção do espaço, principais incentivadores e demandantes da tecnificação do território, notadamente as estrada de ferro e de rodagens, articulando Sobral com subespaços longínquos.

3.3 A diversificação da atividade industrial e o Estado planejador: o segundo período industrial

Foi justamente no final da década de 1950 e início da década 1960 que o Ceará e o Nordeste, como um todo, passaram por profundas transformações econômicas, com destaque para o desenvolvimento industrial.

Após longo período de estagnação econômica, intensificada na década 1950, os capitais regionais não conseguiram fôlego para enfrentar a hegemonia da região Sudeste, que concentrava a acumulação de capital na escala nacional e fixos industriais mais modernos e eficazes. Tal hegemonia, representada, principalmente, por São Paulo, foi somada ao domínio do mercado consumidor nacional pelas empresas paulistas e as constantes secas que assolavam a porção nordeste brasileira, implicando a falência de vários empreendimentos e a desarticulação da economia regional. O resultado foi a intensificação das diferenças regionais do Território brasileiro, representando o grande problema a ser enfrentado pelo Estado.

Nesse contexto, já analisado por Araújo (2000) e Oliveira (1981), como tentativa de trazer dinamismo à economia, minimizar as disparidades regionais e conter os ânimos dos movimentos sociais que se agitavam em busca de melhores condições de vida, o Nordeste passou por um processo de intervenção estatal comandado pela SUDENE, BNB e DNOCS. Tal período de intervenção teve como objetivo a implantação de infraestruturas, modernização das atividades econômicas e a instalação de novos investimentos,

impulsionados por uma política de isenção fiscal, destacando-se inicialmente os artigos 34/18²³.

O planejado desenvolvimento regional, porém, não se deu espacialmente equilibrado. Como destaca Abu-El-Haj (2003), Bahia e Pernambuco foram os principais Estados beneficiados por investimentos dos artigos 34/18, concentrando mais de 70% dos recursos, restando ao Ceará apenas 8,6% do montante disponível. Outro fato deve ser destacado, a maior fatia dos investimentos se concentrou nas capitais dos Estados beneficiados, intensificando a polarização das grandes cidades em relação à rede urbana nordestina.

Como aponta Amora (2005), mesmo com os incentivos concedidos pela SUDENE, o Ceará não conheceu grandes transformações no seu parque industrial, predominando no Estado a implantação e a modernização das atividades de fiação, tecelagem, curtume, metalurgia e tipografia, fortalecendo a indústria tradicional.

Além da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que atraiu a maior parte dos investimentos industriais desse período, Crato, Juazeiro do Norte e Sobral destacaram-se no interior do Estado como os maiores beneficiados.

Na tentativa de dinamizar o desenvolvimento industrial do Estado, em novembro de 1962, foi concebida a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC), com o objetivo de atrair projetos industriais para o Ceará, já que, Bahia e Pernambuco, no contexto da SUDENE, foram os Estados mais beneficiados. O parque industrial pernambucano, ainda, despontou como grande concorrente da indústria têxtil e alimentícia cearense (SOARES; ROCHA, 1989).

Como destacam Soares e Rocha (1989), a CODEC passou a desempenhar importante papel para a dinamização da indústria cearense, articulando-se na escala estadual com o I – Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), do então Governador Virgílio Távora (1963-1966). E no plano regional, fez articulações com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), dotando o Território cearense de fixos necessários à atividade industrial, como a subestação de energia da Usina de Paulo Afonso na região do Cariri. E ainda com o Banco do Nordeste (BNB) e a SUDENE desempenhando o papel de intermediários do empresariado local com estas agências regionais (SOARES; ROCHA, 1989).

²³ Como destaca Pereira Júnior (2005, p. 38): “Por meio dos incentivos propiciados pelos arts. 34/18, dispositivo que autorizava as empresas nacionais e internacionais interessadas em implantar indústrias no Nordeste a reduzirem em até 50% o imposto de renda devido à União, a Sudene transformou a industrialização no eixo de crescimento econômico da região e diminuiu os vínculos de complementaridade desta última com o setor agrícola local e o mercado regional.”

Ainda de acordo com os autores, a CODEC proporcionou uma série de incentivos adicionais na escala estadual, tais como:

- i) isenção de impostos, durante cinco anos, para instalações de firmas no Estado;
- ii) isenção de impostos, durante dez anos, para as implantações de firmas localizadas em Fortaleza;
- iii) adiantamento dos financiamentos concedidos pela SUDENE, que, embora aprovados, demorava sua liberação; e
- iv) participação acionária na empresa, chegando a permitir que o investidor participasse com apenas 6,25% do investimento total (SOARES; ROCHA, 1989).

Como reflexo dessa política, das 100 aprovações de projetos industriais por meio da SUDENE, cerca de metade tiveram apoio da CODEC. Apesar do sucesso em número absoluto na atração de investimentos, quando analisamos a localização dos estabelecimentos industriais, percebemos, novamente, uma concentração na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), como havia acontecido via SUDENE.

Como destacam Soares e Rocha (1989, p. 254),

Desse modo, assim como a atuação conjunta da SUDENE e BNB foi benéfica para o Ceará, em termos absolutos, e ruim, em termos de participação relativa, a atuação do CODEC beneficiou algumas cidades do interior do Estado, mas em termos relativos fez com que o interior perdesse espaço na participação industrial no Estado.

Como paliativo na tentativa de minimizar a concentração dos investimentos na RMF, o Governo estadual fomentou duas políticas de planejamento no interior do Estado: o projeto Asimov²⁴, em 1962, na região do Cariri, e o Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste (PUDINE), em 1966, em Sobral. Este nos interessa diretamente.

Segundo Holanda (2000), o PUDINE tinha como propósito incentivar a criação de pequenas e médias empresas; capacitar a força de trabalho local e, ainda, fomentar políticas públicas que garantissem a modernização do espaço sobralense.

Holanda (2007), em seu mais recente trabalho, assinala que a escolha de Sobral para instalação do PUDINE foi baseada nos seguintes critérios: contingente populacional; b) localização geográfica; c) existência de um distrito industrial; d) rede rodoferroviária para o transporte de carga; e) presença de uma base industrial ligada, sobretudo, ao setor tradicional.

²⁴ O projeto Asimov, convênio entre SUDENE, CODEC, Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade da Califórnia (UCLA), tinha como objetivo implementar uma política de desenvolvimento regional na região. Soares e Rocha (1989) e Beserra (2007) fazem uma análise do projeto e sua repercussão para a região do Cariri.

Como destacam Soares e Rocha (1989), a equipe técnica do PUDINE lançou a sugestão de três projetos ligados à implantação da atividade industrial: a) firma beneficiadora de castanhas-de-caju; b) firma produtora de materiais de construção; c) firma produtora de leite pasteurizado.

Os três eixos ora citados desencadearam a implantação de três empresas: Companhia Sobralense de Material de Construção (COSMAC); Laticínios Sobralense Limitada (LASSA); e Industrial Sobralense de Castanha-de-Caju (INCASA). Tais empresas reforçaram o perfil do setor de transformação sobralense, isto é, atrelado ao beneficiamento da matéria-prima regional, perfazendo indústrias tradicionais, assim como no primeiro período de sua história industrial.

Segundo Soares e Rocha (1989, p. 262),

Para cada três cruzeiros investidos no interior do Estado, um se destinava a Sobral. Deve-se enfatizar que todas as implantações realizadas neste período, em Sobral, creditaram-se ao patrocínio do PUDINE, e que, por si só, é um atestado do papel preponderante do Programa para a industrialização da região.

Com isso, o Município conheceu nova fase de industrialização, agora sob a égide do planejamento estatal, seja via federal – SUDENE ou estadual – CODEC/PUDINE, que se articularam na instalação e/ou modernização de indústrias ligadas ao beneficiamento de produtos locais, como: castanha-de-caju, leite, oiticica, palha da carnaúba, mamona, materiais de construção, fiação, além de vestuário, incentivadas por subsídios do CODEC, BNB e artigos 34/18, sendo que este teve grande participação nos investimentos.

Nessa década, o Município contou com a instalação da Companhia de Cimento Portland, do grupo Votorantim, de capital nacional, e, ainda, com o surgimento de outras de capital local como: Moageira Serra Grande, Delrio Refrigerantes, entre outras; e ainda com a modernização de atividades existentes, como destaca Viana (1989, p. 252): “*em 1963, a C.F.T.E.D tem um projeto para reequipamento do setor de intermediários e de tecelagem aprovado pela SUDENE. Com isso, são adquiridos uma conicaleira e teares automáticos*”. A modernização da indústria têxtil nascida no século XIX, demonstra seu papel histórico na industrialização. Queremos ressaltar que a antiga Ernesto & Ribeiro, a partir de 1961, passou também a explorar óleos vegetais, gorduras, sabões, ceras e outras matérias-primas regionais.

Segundo o Registro Industrial do IBGE, para o ano de 1965, o Município totalizava 107 estabelecimentos industriais, que concentravam 1.603 trabalhadores, colocando Sobral ao lado de Fortaleza, Crato e Juazeiro do Norte como mais importante município do setor secundário cearense.

O Município contava, na década de 1960, com um parque industrial diversificado, como aponta o estudo do IBGE-*Sobral e sua área de influência* (1971). O documento citado oferece uma leitura da indústria sobralense até a década de 1970, propondo uma tipologia do setor secundário em três grandes grupos.

Primeiro, *o setor tradicional*, como já destacamos, ligado ao aproveitamento dos produtos agrícolas e extrativos. Com estabelecimentos instalados para a transformação do algodão, obtenção da pluma, fabricação de tecidos e fios, assim como óleo do caroço, outros produtos regionais também foram utilizados para extração de óleo vegetal, como a mamona e a oiticica.

Esse primeiro tipo de atividade marcou o início da industrialização no Município e ainda foi responsável por inserir o lugar no sistema de trocas que ultrapassava a escala local, em que Sobral comercializava seus produtos com parcelas do mercado exterior, além do mercado nacional e regional.

Um segundo tipo de atividade era formado por *indústrias diversificadas*: curtumes, fabricação de sandálias, móveis, molas para carros e refrigerantes, tendo como principal área de mercado a porção noroeste do Estado do Ceará.

Por fim, um setor ligado à *implantação planejada* de estabelecimentos industriais, com forte participação da SUDENE e PUDINE, baseado em incentivos fiscais, inseriu no Município capitais regionais, nacionais, porém, predominantemente locais.

Sobre o perfil industrial de Sobral, ainda merece destaque a produção do artesanato de chapéu de palha de carnaúba. Com data de início em 1910, trazida por Ernesto Deocleciano, de Aracati, chegou à década de 1960 como principal produto exportado pelo Município. Segundo documento do IBGE:

Sobral é o centro de beneficiamento e de comercialização dos chapéus de palha, comercialização esta que reúne cerca de 36 firmas exportadoras, muitas das quais se encarregam do próprio beneficiamento. São Paulo constitui o grande mercado consumidor (80% das vendas) vindo depois Paraná e o Rio Grande do Sul (IBGE 1971, p. 26)

Segundo dados do mesmo Instituto, a atividade era responsável, em 1966, por 41% das exportações do Município, tendo como mercado consumidor também países da América Latina, Europa e os Estados Unidos, congregando mais de 15 mil artesões, em sua maioria mulheres (IBGE, 1971).

Assim, foram essas atividades retrocitadas que marcaram o perfil industrial de Sobral até a década de 1980. Como observamos na tabela 11, citado por Holanda (2007, p. 184), foram as indústrias tradicionais que mais receberam incentivos do planejamento estatal,

federal-estadual, tentando atrair, consolidar e modernizar as atividades locais, acreditando ser a indústria a variável dinamizadora da economia local.

TABELA 11: Sobral: demonstrativo dos ramos industriais beneficiados com os incentivos -34/18 (1973)

Ramos e classes de atividades	% distribuição dos investimentos	% da Participação do 34/18 nos investimento
1. Minerais não metálicos	---	---
1.1 Cimento	28,5	34,8
1.2 Cerâmica	3,5	0,8
2. Têxtil	---	---
2.1 Fiação e Tecidos	29	17
3. Vestuário	---	---
3.1 Chapéus de Palha	11,9	10,6
4. Produtos Alimentares	---	---
4.1 Castanha de Caju	11,0	13,2
4.2 Leite e derivados	16,1	23,6

Fonte: SUDECO- I Plano de Desenvolvimento de Sobral-1981 (apud HOLANDA, 2007, p 184).

Em face do exposto, corroboramos o que expressa Amora (1994, p. 127), quando a autora assinala que “manteve-se a estrutura industrial existente antes da política de incentivos fiscais, com o predomínio das atividades consideradas tradicionais que utilizam matérias-primas locais”.

No que tange à localização industrial, mesmo com os incentivos concedidos pelos Governos federal e estadual, entre 1960 e início dos anos 1980, a Região Metropolitana de Fortaleza continuava a concentrar a maior fatia dos investimentos, fortalecendo seu papel polarizador no Território cearense. Durante toda a década de 1980, Sobral viveu um período de pouco dinamismo da atividade industrial, sem a instalação de grandes estabelecimentos. A Cidade amargou até o início de 1990 a manutenção do seu parque industrial instalado ainda na década de 1960 e até mesmo com o fechamento de algumas unidades haja vista a concorrência nacional.

3.4. Modernidade e Modernização na política cearense: o terceiro período industrial

No início da década de 1980, o Estado conheceu uma tentativa de reorientação da política industrial, deflagrada no segundo mandato do Governo de Virgílio Távora (1979-1982)²⁵. O marco simbólico foi a reestruturação do CIC (Centro Industrial do Ceará), 1978²⁶,

²⁵ Devemos destacar a importância do segundo mandato do Governador do Estado Virgílio Távora (1979-1982), na tentativa de dinamizar a atividade industrial no Ceará. Fundamentado no II Palmeg (II Plano de Metas Governamentais), intensifica esforços para transformar o Ceará no III Pólo Industrial do Nordeste, através dos incentivos da SUDENE. É ainda no seu governo que conhecemos a criação, em 1979, do Fundo de

assumindo sua direção o empresário Tasso Jereissati, representante do grupo político estadual que ficou conhecido como “Jovens Empresários”. Essa retomada esteve atrelada ao rompimento da política tradicional defendida pela Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), que até então comandava o CIC.

Como destaca Amaral Filho (2003), o CIC, então apropriado pelos *novos* dirigentes, passou a representar uma *usina de idéias, projetos e lideranças políticas*. Os “Jovens Empresários” traçaram as *novas* diretrizes do desenvolvimento para o Estado, privilegiando principalmente o combate às elites tradicionais, que, segundo eles, eram os responsáveis pela estagnação econômica do Estado.

Conforme os representantes do emergente grupo político, era necessário superar “capitalismo atrasado e irracional” praticado pelos “coronéis”, com sua substituição por um “capitalismo moderno”, guiado pelos princípios da eficiência, racionalidade e divisão entre o público e privado.

A disputa política entre os “Jovens Empresários” e a elite tradicional ultrapassou a esfera do CIC, culminando, em 1986, com a candidatura de Tasso Jereissati, apoiado por uma composição política ampla, denominada de “Movimento Pró-Mudanças”, amparada pelos partidos PMDB, PCD, PC do B e PDC.

A vitória nas urnas do empresário Tasso Jereissati e seu intitulado *Governo das Mudanças*, de 1986-1990, marcou uma reestruturação político-econômica no Estado do Ceará, impondo transformações no que diz respeito à infraestrutura, atração de investimentos externos, modernização do aparelho governamental e, sobretudo, no fortalecimento da industrialização como estratégia de desenvolvimento.

Tais ações foram acompanhadas por uma tentativa de descentralização de investimentos, que possibilitaram a incorporação de novos lugares na divisão internacional do trabalho. Entre as estratégias da política industrial devemos frisar o papel do financiamento parcial do Imposto de Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS), pertencente ao “pacote” político do FDI/Provin, uma vez que para instalação de novas empresas nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) havia um desconto de 45% desse imposto e de 75% para as demais regiões administrativas do Estado, favorecendo ainda mais a apropriação de novos espaços a lógica do capital industrial.

Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), que, como falamos anteriormente, oferecia como incentivo à concessão de empréstimos, e ainda, a redução do custo de capital para as empresas que viessem a ser implantadas, ampliadas ou realocizadas no estado.

²⁶ Segundo Amaral Filho (2003, p. 27) “O Centro Industrial do Ceará foi fundado em 1919 como um órgão ‘apêndice’ da Federação das Indústrias do Ceará – FIEC.”

Devemos ainda lembrar que as transformações em curso no Ceará, no primeiro mandato da era Jereissati, estavam sobrepostas à reestruturação político-econômica por que passava o Brasil. Foi no início da década de 1990, final do mandato de Tasso, que o Brasil conheceu a vitória do presidente Fernando Collor de Melo, responsável pela implantação do receituário neoliberal,²⁷ que marca a política nacional até os dias atuais.

Foi nesse contexto de transformações políticas nas diversas escalas do Território nacional que o Ceará conheceu a instalação de inúmeras empresas de capital nacional e internacional na sua fronteira. A RMF e o seu entorno foram os subespaços mais privilegiados com as inversões industriais. Aqui devemos lembrar a metodologia de financiamento do FDI, apesar da isenção de apenas 45% do ICMS, proporcionado pelo Fundo, para empresas instaladas na fronteira da RMF, Fortaleza e o então Distrito Industrial de Maracanaú, criado no Governo de Virgílio Távora, conheceram a instalação de inúmeras indústrias ligadas ao setor têxtil, alimentício e calçado, período em que chega a primeira fábrica da Grendene Calçados no Ceará, localizada em Fortaleza.

Restarou aos demais municípios do Ceará a instalação pontual de alguns fixos industriais, também proporcionados por maior isenção do ICMS. A região do Cariri e Sobral são exemplos desse contexto. Mais uma vez a tentativa de desconcentrar os investimentos fracassava. Fortaleza e o que hoje conforma a sua região metropolitana concentraram quantitativamente as inversões industriais proporcionadas pela nova política industrial.

O *projeto mudancista* do primeiro mandato de Tasso Jereissati, seguido de Ciro Gomes (1991-1994), impôs um novo *sistema de objetos e ações* que garantiram uma maior fluidez ao Território cearense. Com isso, este território ganhou novos *sistemas de engenharias* e *normas* que passaram a garantir a eficácia da reprodução dos futuros capitais que por aqui se instalaram.

O capital industrial, juntamente com o setor do agronegócio e turismo, foram os que mais aproveitaram as benesses encontradas no Estado; terrenos doados, energia na porta do estabelecimento, seguridade hídrica, proximidade dos mercados internacionais, atrelada a garantia da fluidez da troca com a modernização e implantação dos sistemas de transporte rodoviários, aeroportos e portos. Estas, somadas a um conjunto de normas vinculadas à política de incentivos fiscais, o baixo valor da força de trabalho e sua débil organização sindical, foram as condições encontradas para uma próspera reprodução do capital no Estado.

²⁷ Como destaca Alves (1998, p. 131), “O ‘ajuste neoliberal’ é caracterizado, principalmente, por uma política industrial centrada na abertura comercial, e pelo novo impulso no processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhista, austeridade no gasto público, reestruturação das políticas sociais etc”.

Foi nesse período, já sob a gestão de Ciro Ferreira Gomes (1991-1994), dando continuidade ao *projeto mudancista* proposto pelos jovens empresários, que o Município de Sobral recebeu a Grendene Calçados S/A, depois de toda a década de 1980 sem grandes investimentos privados na escala local.

Mencionada empresa encontrou a conjunção perfeita entre dois interesses: (i) lugares que possam oferecer variáveis mais rentáveis para enfrentar a crise do setor calçadista desencadeada no final dos 1980 e (ii) um Estado com forte política de atração de investimentos externos ávido por nossos fixos industriais.

Com ano de fundação em 1971, na cidade Farroupilha, Rio Grande do Sul, a Grendene, especializada na produção de calçados sintéticos, que já tinha iniciado sua realocação industrial em 1991, com a instalação em Fortaleza, instalou-se em Sobral no ano de 1993. Localizada inicialmente no Distrito Industrial da Cidade, no galpão alugado à fábrica *Overdress*, do ramo de confecção, empregava uma média de 600 trabalhadores, marcou o maior investimento industrial no espaço sobralense desde o período SUDENE/CODEC.

A escolha do Ceará para a instalação da Grendene, dentre os inúmeros subespaços da formação socioespacial brasileira, foi consequência direta da política industrial adotada pelo Governo do Estado. A empresa foi atraída para Sobral na gestão do então Governador Ciro Gomes, com intermediação direta do “filho ilustre” da cidade na escolha do Município, sinalizando que um novo período industrial estava por se concretizar.

3.4.1 *O papel do poder local na produção do espaço*

Estamos certo que a instalação da Grendene Calçados S/A no Estado cearense não pode ser interpretada por escala única, seja global, nacional ou estadual, e sim por complexa articulação inter-escalar. Analisar a realocação das empresas calçadistas brasileiras como mera extensão da concorrência intercapitalista no plano mundial ou das transformações macroeconômicas que operavam na formação socioespacial brasileira, na década de 1980 e 1990, seria afirmar que os novos espaços da produção, sobretudo a região Nordeste, são meros receptáculos, sem divisões pretéritas do trabalho, normas incrustadas ao território, isto é, contingências que autorizam ou não a efetivação de novos objetos e ações sobre um espaço qualquer.

No caso do Ceará, as *normas* no primeiro momento, FDI/PROVIN na escala do Estado e 34/18-Finor na escala federal, mais do que os sistemas de engenharia foram

determinantes para a instalação e sucesso dos fixos industriais na fronteira do Estado. Somado a isso, também entendemos como *norma* o baixo preço da força de trabalho, assim como sua débil organização sindical encontrada no Estado, como mais uma variável seletiva, sobretudo, para as maiores empresas instaladas, marcadas por um uso intensivo de capital variável.

Corroboramos, assim, a idéia de Santos, que lugar é um nó de uma *ordem global* e de uma *ordem local* e deve ser encarado como *norma* para a reprodução do capital e das relações sociais como um todo. Como *norma* porque a incidência das divisões do trabalho no lugar não se dá sem resistência. Como destaca Santos (2004a, p. 338), é “o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do Lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma”.

Assim, devemos nos nossos estudos considerar a força do lugar na leitura dos processos de mundialização do capital. O lugar apresenta sua ordem, oferece virtualidades cada vez mais produzidas intencionalmente, infraestruturas e normas, para atrair com eficácia os vetores de modernização. Assim reiteramos com noção de que “o lugar defronta o Mundo, mas também, o confronta graças à sua própria ordem” (SANTOS, 2004a, p. 332).

O lugar aqui não é entendido em sua extensão cartográfica, mas sim na sua concretude de relações. O Estado do Ceará aparece como um lugar, assim como Sobral, que apresenta uma ordem própria no interior do Estado, com sua divisão pretérita do trabalho, reforçando a diferenciação dos lugares a que já nos referimos.

Embora apresente particularidades, o lugar está inserido numa totalidade, que impõe o movimento em curso nas demais escalas do globo. Reportamo-nos aqui às transformações político-econômicas orquestradas a partir de 1996 no Município de Sobral, que parecem reproduzir a lógica operada dez anos antes no âmbito estadual.

Foi com a gestão do Governo Ciro Gomes que o Município de Sobral e o projeto modernidade proposto pelo Governo estadual, em 1986, tiveram seu primeiro cruzamento, pois o recém governador era “figura ilustre” da cidade e não poupou esforços para iniciar o processo de modernização que se consubstanciou com a eleição para prefeito de seu irmão Cid Ferreira Gomes no ano de 1996.

Aqui a história se repete, a ruptura do “tradicional-estagnado” para o “moderno-eficiente” propagada na escala estadual se reproduz no Município de Sobral, guardadas as respectivas particularidades, como destaca Freitas (2005, p. 41):

Essa administração que ocupa a prefeitura desde 1997, a partir da primeira campanha eleitoral, em 1996, constrói e projeta uma auto-imagem coerente com o movimento de um determinado segmento político, no âmbito estadual, inaugurado nas eleições de 1986 que resultou na eleição de Tasso Jereissati para o governo do estado. Este grupo político, mais amplo, que vem garantido sua hegemonia no âmbito estadual se autodenominou, no primeiro mandato, de “Governo das Mudanças”. A condição de “moderno” é reafirmada no discurso deste grupo a partir de atributos diversos associados a seus integrantes, tais como juventude, qualificação profissional, conduta ética na política, condição de gestão empresarial e racionalização no uso do patrimônio público. Este discurso nascido fora do contexto de Sobral é adaptado ao momento histórico das eleições municipais de 1996 na cidade.

O projeto de instalação do *novo* em Sobral tem como marco a crise política por que passava a administração local em 1995. Como destaca Holanda (2007), no dia de 20 de maio de 1995, foi divulgado um documento intitulado *Manifesto ao Povo de Sobral*, que trazia uma série de denúncias da gestão municipal, como o empreguismo, clientelismo, falta de investimentos e ausência de um projeto para a cidade, que demonstravam a insatisfação de um grupo e a necessidade de emergência de um *novo* modelo de desenvolvimento e uma *nova* prática política.

Ainda de acordo com a autora, “o documento se transformou em suporte inicial da formulação de um discurso de modernidade que se contrapõe aos argumentos e às práticas de poder da “velha elite” econômica e política do sertão cearense” (HOLANDA, 2007, p. 119).

Com a vitória na eleição municipal de Cid Gomes e seu intitulado governo – *Sobral no rumo certo*, que perdurou por oito anos (1997-2004), o Município foi inserido num conjunto de modernizações já defendidas na escala estadual, ancoradas na instalação de *sistema de objetos e ações* racionais que passariam a comandar a produção do espaço sobralense.

Como podemos perceber em Freitas (2005) e Holanda (2007), a gestão de Cid Gomes foi marcada por uma renovação da materialidade do território e inserção de novas práticas políticas. Foi durante esse período que Sobral conheceu a elaboração do seu novo PDDU, o tombamento do patrimônio arquitetônico da Cidade, a construção do centro de convenções, abertura de vias de circulação, aliada a uma renovada prática política marcada por três pilares: orçamento participativo, Pacto de Cooperação de Sobral e Conselhos Municipais²⁸, com destaque para a racionalização da administração pública. Tais

²⁸ Conforme Holanda (2007), O Pacto de Cooperação foi formado como agente catalisador das demandas, reivindicações e propostas da sociedade civil, essencialmente representa por pessoas respeitadas nos meios acadêmicos, empresarial e político, na tentativa de levantar os problemas gerais que afetam a qualidade de vida da população. Já os Conselhos Municipais funcionavam como fóruns temáticos permanentes que levantavam carências e problemas em áreas determinadas para propor soluções e sugestões ao governo municipal.

transformações não se consubstanciaram sem resistências ou sem alterar as práticas cotidianas do lugar, como podemos encontrar do estudo de Freiras (2005).

Martha Júnior (2004, p. 81) assinala que:

A administração “Sobral no rumo certo”, no seu primeiro mandato, investe na imagem da cidade moderna. Praticamente em todos os dias, eram veiculadas notícias sobre o desenvolvimento da cidade. E em menos de dois anos de gestão, Sobral é destacada na revista Exame entre as 30 melhores cidades de médio porte de todo Brasil.

O defendido “novo” modelo de administrar, inseriu em Sobral a lógica do *empreendedorismo urbano*, que fragmenta a cidade, elegendo pontos para concentrar investimento, impondo o consumo do espaço como mercadoria. Assim, o projeto de modernização da Cidade foi materializado com a instalação de objetos e normas cada vez mais racionais e excludentes.

Entre as normas que nos interessam diretamente na leitura da produção de um espaço para ser consumido pelos atores hegemônicos destaca-se a criação do Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral (PRODECON). Instituído em 2001, já no segundo mandato de Cid Gomes, pela Lei Municipal nº 313, de 26 de junho do mesmo ano, o programa proporcionou a criação de um fundo de incentivos municipais para a modernização e atração de novas atividades produtivas para Sobral.

É o que destaca o documento disponível do sitio da Prefeitura Municipal:

Art. 7º - O Fundo PRODECON concederá incentivos à implantação, ampliação, realocação, diversificação e/ou modernização de empresas industriais, comerciais, de turismo e de infra-estrutura, não governamentais e estimulará o fluxo de investimentos para o Município de Sobral, de forma a aumentar a sua produção e a ampliar a geração de emprego e renda, para valorização e elevação do nível de qualidade de vida da população (Sitio da Prefeitura Municipal de Sobral: Manual Para Investir em Sobral, p. 83).

Ainda de acordo com informações da Prefeitura Municipal, os recursos do Prodecon são originários de dotações orçamentárias (com destinação específica de apoio à implantação de zonas e distritos industriais), de parcela da receita do Fundo de Participação dos Municípios, de parte do ISS arrecadado, de rendimentos provenientes da execução do próprio Prodecon e de empréstimos ou recursos oriundos da União, Estado, Município dentre outros.

Compete ainda ao Fundo a possibilidade de viabilizar a implantação de infraestrutura, como vias de acesso até o local do empreendimento, abastecimento de água,

rede de esgoto, pavimentação, comunicação telefônica, rede elétrica, assim como a doação de terrenos.

Constatamos, pois, que estamos diante de uma nova relação política entre os lugares. Antes restritos às esferas Federal e Estadual, as políticas de atração de novas atividades produtivas são internalizadas à gestão municipal de Sobral, dotando o Município de variáveis seletivas na disputa por novos investimentos.

O *novo* modo de fazer política pode ser observado no documento intitulado *Manual para Investir em Sobral*, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em que são listadas benesses que serão encontradas no Município para os investidores que procuram um lugar “fértil” para a reprodução do seu capital.

O documento é um verdadeiro portfólio de venda do lugar: um *leilão dos espaços de reserva* para os atores hegemônicos. O esforço da gestão municipal na implantação do projeto de modernização, sempre esteve atrelado às mudanças mundiais, mostrando seu compromisso e articulação em efetivar as variáveis dominantes do atual período na escala local, como destaca a passagem do documento retrocitado:

A postura de vanguarda das últimas gestões do poder municipal sobralense foi encampada quanto ao seu papel no desenvolvimento da cidade, levando em consideração o quadro de competitividade, que se tornou mundializada, e as rápidas inovações tecnológicas e organizacionais que vem se impondo no mercado (Sítio da Prefeitura Municipal de Sobral: Manual Para Investir em Sobral, p. 10).

Para adentrar com vantagem “no *quadro de competitividade*” mundial, a Prefeitura de Sobral optou por produzir uma cidade, em sua forma e conteúdo, que pudesse atender com eficácia a reprodução do capital. Como destacamos o Prodecon, articulado com as políticas existentes nas escalas estadual e federal, foi um atrativo a mais para efetivar o novo período industrial do Município, atraindo além de indústrias, empresas de consumo coletivo, que se instalaram acompanhando o aumento do mercado consumidor, via expansão do emprego formal.

Conforme dados da Secretária de Desenvolvimento Econômico de Sobral, expressos na tabela 12, no intervalo de 2002 a 2005, foram aprovados 30 empreendimentos no Município, com a previsão de 16.828 empregos diretos, com grande participação da Grendene Calçados na instalação da sua sétima unidade, como trataremos posteriormente.

TABELA 12: Resultados da Política do PRODECON

Síntese dos resultados 2002 a 2005	
Nº de pleitos aprovados	38
Nº de empresas implantadas	10

Síntese dos resultados 2002 a 2005	
Nº de empresas em tramitação	15
Nº de empresas em processo de implantação	13
Nº de empregos previstos	16.828
Total de investimentos atraídos e projetados	252.026.604,57

Fonte: Prefeitura Municipal de Sobral.

Podemos perceber que o Prodecon, sem dúvida, é um mecanismo de peso na atual política de modernização em curso no Município, dotando o lugar de mais virtualidades para a atração de investimentos.

Com isso, o Município passa a contar com variáveis normativas que vão contribuir diretamente para a produção do espaço urbano sobralense. Os dois *slogans* da Prefeitura Municipal, ambos na gestão Cid Gomes, *Sobral no rumo certo (1997-2000)* e *Restaurando o passado, melhorando o presente e preparando o futuro (2000-2004)*, parecem cumprir o seu papel, isto é, de colocar Sobral no rumo do capital, *restaurando, melhorando e preparando* seu espaço para atender com maior eficácia os interesses dos atores hegemônicos.

Apesar do atual esforço de incentivos a novas atividades industriais, como observamos na tabela 13, dos dez maiores contribuintes com a arrecadação do ICMS-2000 do Município, seis são empresas da década de 1960-1970, período da segunda fase do desenvolvimento industrial.

TABELA 13: As Dez Maiores Indústrias em Contribuição de ICMS-Sobral-2000

Razão Social	Início das atividades	Ramo principal	Categoria do estabelecimento
1.Grendene Sobral S.A	1993	Fabricação de calçados	Matriz
2. Cia Cearense de Cimento Portland	1964	Fabricação de cimento	Filial
3.Moageira Serra Grande Ltda	1964	Beneficiamento de café	Filial
4.Companhia Sobralense de Material de Construção/COSMAC	1965	Fabricação telhas, tijolos e outros artigos de barro	Matriz
5.Delrio Refrigerantes Ltda	1964	Fabricação de refrigerantes	Matriz
6.Cerâmica Torres Ltda	1977	Fabricação telhas, tijolos e outros artigos de barro	Matriz
7.Criatel Cerâmica Riate Ltda	1986	Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro	Matriz
8.Enrich Indústria e Comércio de Chapéu Ltda	1989	Fabricação de chapéus e semelhantes	Matriz
9. Lassa Laticínios Sobralense S/A	1969	Fabricação de produtos laticínios	Matriz

Razão Social	Início das atividades	Ramo principal	Categoria do estabelecimento
10. Sobral Produtora de Artefatos Textéis Ind. e Comércio Ltda	1998	Fiação, fiação de tecelagem de algodão	Matriz

Fonte: Holanda, 2007, p. 188.

Na liderança da contribuição, encontramos a Grendene Sobral S.A, que sozinha é responsável por mais da metade da arrecadação. O “velho” parece persistir na “nova” paisagem desencadeada em meados da década de 1990. E o “novo” demonstra-se materializar contingencialmente, mas com grande participação nos indicadores econômicos do Município, visto que a nova indústria calçadista encarna a personificação de dinamismo, mudança econômica, eficiência política e desenvolvimento “sustentado”, palavras de ordem difundidas nas propagandas políticas da longa gestão Cid Gomes.

Assim, Sobral acumula no seu terceiro período industrial um perfil produtivo diversificado. A década de 1990 e início dos anos 2000 marcaram um período intenso de expansão da Grendene Calçados na fronteira do Município, consubstanciando-se como o maior e mais importante fixo industrial sobralense, por seu poder de dinamizar os componentes da economia urbana, sobretudo, por influência dos seus 14 mil trabalhadores, que injetam mensalmente milhões na economia da região.

No primeiro período industrial, tivemos sua imagem ligada a duas indústrias, a Ernesto Deocleciano e a CIDAO, como grandes produtoras do espaço urbano-regional, induzindo a instalação de fixos, conformando os primeiros bairros operários, inserindo Sobral no circuito mundial de trocas, bem como, posicionando o Município como importante centro industrial, na escala do Estado, ao lado de Fortaleza e Juazeiro do Norte. No segundo período, tivemos uma pulverização do poder das indústrias instaladas no Município, não podendo eleger uma ou duas como as mais significativas.

A atração de novos fixos industriais, como também a modernização dos existentes, impelidas pelo poder estatal estadual e federal, consolidaram o papel da indústria na produção do espaço sobralense no segundo período industrial. O sistema normativo formulado nesse período representou a principal contribuição para atração futura de investimentos. Os pacotes 34/18-Finor e FDI-Provin, sem dúvida, são as variáveis seletivas para entender as posteriores inversões industriais para o Ceará, e conseqüentemente, Sobral, sobretudo a Grendene Calçados S/A.

Além das variáveis normativas, os dois períodos industriais retrocitados acumularam a implantação e modernização dos sistemas de engenharias, garantindo maior

fluidez a Sobral na rede urbana cearense. A construção da BR-222 no primeiro momento mais prejudicou do que contribuiu para a economia local; hoje ela é o elo de ligação mais importante do Município com a RMF e os dois portos cearenses, Pecém e Mucuripe, e ainda, com o noroeste nordestino, sobretudo, Piauí e Maranhão; sem falar das inúmeras estradas secundárias ligando Sobral aos distritos e municípios da região norte do Estado, possibilitando a diária dinâmica populacional em direção a sede do Município sobralense.

A efetivação do terceiro período, ainda em curso, com importante participação do poder local, inseriu definitivamente Sobral no circuito do capital. A produção material e simbólica de uma cidade moderna e eficiente foi, e é, o marco da política local na atração de investimentos e, sobretudo, na manutenção dos existentes.

A articulação do poder local com as diversas esferas governamentais para dotar o espaço sobralense de fixos e normas seletivas, tais como instalação do CENTEC (Centro de Ensino Tecnológico do Ceará), modernização do sistema de telecomunicações, com destaque para a instalação da rede de Internet no Município, o PRODECON, a renovação da materialidade do território, avenidas, ruas e rede elétrica, garantindo maior fluidez e eficácia aos fixos industriais, são exemplos das ações diretas do poder local ou articulada com as demais instâncias governamentais para internalizar variáveis que garantem seu papel seletivo na *guerra dos lugares*.

Todo esse conjunto de normas e objetos incrustados no lugar, a partir dos anos 1996, não só assegurou a permanência da Grendene Calçados na fronteira do lugar, como também uma maior rentabilidade à empresa, que após 1993 conheceu um crescimento exponencial da sua margem de lucro, como apresentaremos posteriormente.

Os efeitos dessa política não se revelam apenas na maior rentabilidade da indústria calçadista, o município, passou por intensas mudanças em seus indicadores econômicos e sociais, bem como na produção do espaço urbano-regional. São essas transformações que apresentaremos a seguir, tentando recompor a multiplicidade de relações desencadeadas pós-instalação da fábrica calçadista no Município de Sobral.

4. INDÚSTRIA CALÇADISTA SOBRALENSE: A CENTRALIDADE DA GRENDENE NA REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL

4.1. Indústria calçadista e a produção do espaço

A produção do calçado não é um fato novo na história industrial de Sobral, pois data de décadas passadas a instalação, no Município das primeiras atividades ligadas à produção calçadista. O que marcava essa produção, ainda no século XIX, era o uso do couro como matéria-prima, o modo artesanal da atividade, assim como seu reduzido alcance no sistema de trocas. Podemos acrescentar, ainda, a intensa articulação local, isto é, o capital era local, a produção tinha normas e técnicas locais, vinculadas à transformação da produção agropecuária da região. Podemos falar de uma relação direta entre produção e a lógica do espaço regional.

Outro fato que merece destaque na história calçadista do Município foi a tentativa orquestrada no então Governo de Ciro Gomes (1991-1994) de instalar um “pólo” produtor de calçados em Sobral. Tal projeto tinha como objetivo a implantação de 100 unidades produtivas e sete centrais de serviço para fabricação de calçados. As unidades produtivas eram responsáveis pela montagem do calçado. Estas encontravam-se dispersas no espaço urbano sobralense, principalmente nos bairros da periferia. Já as centrais de serviço concentravam a maquinaria necessária para o corte e chanframento de peças, que posteriormente eram finalizadas nas unidades produtivas.

Segundo matéria vinculada no periódico de circulação local, *Correio da Semana*:

O Pólo Calçadista objetiva em seu todo, a implantação de 100 unidades produtivas e 7 centrais de serviço para a fabricação de calçados; elevação do nível de emprego e renda da Região; formação de mão-de-obra especializada na fabricação de calçados; fomentação e aproveitamento de couros e peles produzidos na Região e estímulo a fixação da população em sua região de origem, inibindo o fluxo migratório. (*Correio da Semana*, 06 de março de 1993, p. 3)

Para cumprir os objetivos retrocitados, o projeto coordenado pela Secretária de Indústria e Comércio (SIC), do Governo do Estado, firmou parceria com o Núcleo de Tecnologia Industrial (NUTEC) e Universidade Vale do Acaraú (UVA), que ficariam responsáveis pelo treinamento da força de trabalho e transferência de tecnologia e, ainda, com o Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), responsável pelo amparo

gerencial, por meio de treinamentos, além de administrar os mecanismos para a formação de associações comunitárias que ficavam à frente de cada unidade produtora.

Com isso, se formou a Associação dos Pequenos Fabricantes de Calçados de Sobral (ASPEFACS), responsável por gerir cada unidade produtiva e por dialogar diretamente com o Governo do Estado na solução de seus problemas. O poder estatal por sua vez garantia parte da compra do produto final no Programa de Compras do Governo, contribuindo para desenvolver um pólo de produção calçadista no Município. A produção estimada era de 400.000 pares/mês, de botas e luvas em couro, com a geração de uma média de 2.000 empregos²⁹.

De fato, a gestão Ciro Gomes não poupou esforços para instalar um “pólo” calçadista em Sobral. Na mesma época, o Município já contava com a Curtimasa Machado – Curtidora de Couros, com produção de 40 toneladas por dia, correspondendo a 23% da produção de couro tipo Wet Blue do Nordeste.

Após a saída da assessoria técnica e gestão das instituições já citadas, contudo, a ASPEFACS entrou em decadência, não logrando autonomia no funcionamento. Endividada, as associações de bairro foram pouco a pouco fechando e uma expressiva força de trabalho ficou desempregada. Muitos foram absorvidos pela Grendene, já que dispunham de experiência na fabricação de calçados.

Foi nesse mesmo período que a Grendene Calçados S/A se instalou no Município. Em entrevista ao Correio da Semana, Dalcides Portolan, então gerente industrial da Grendene, cita os fatores que incentivaram a instalação da filial da empresa em Sobral:

Aqui a mão-de-obra é mais abundante que em Fortaleza. Apesar de não ser qualificada, ela pode ser orientada pela empresa. Outro fator foi o interesse do Governador Ciro Gomes em criar instrumentos novos que possam manter o homem no seu lugar de origem, através da oferta de trabalho (Correio da Semana, 06 de novembro de 1993, p. 3).

Ainda segundo informações de Dalcides Portolan ao Correio da Semana, o “Ceará acaba custando R\$ 387 por mês, 77% do que ganha o empregado de Farroupilha, que atingiria R\$ 500, com menos benefícios” (Correio de Semana, 22 de fevereiro de 1997, p. 10).

O fator preço da força de trabalho também é legitimado por Alexandre Grendene, um dos proprietários da empresa, em entrevista à Revista Exame: “É natural que empresas intensivas em mão-de-obra se instalem nas regiões onde ela é mais barata” (Exame, 1996, p. 150).

²⁹ Correio da Semana, março, 1993, p. 3.

É inegável que o preço da força de trabalho contribuiu para a escolha do Ceará e de Sobral, mas não foi o único, pois o conjunto de incentivos concedidos por parte dos Governos federal e estadual, também, foram determinantes para possibilitar esse processo.

As três fábricas instaladas no Estado do Ceará dispõem de incentivos fiscais, de âmbito federal e estadual. O benefício fiscal federal está no rol de incentivos disponibilizados pela SUDENE, com a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis devidos, calculados com base no lucro da exploração. Os benefícios tiveram o primeiro intervalo de funcionamento em Fortaleza no período de 1991-2000, seguindo por Sobral de 1993-2002 e Crato 1997-2006. Todos conseguiram renovação dos contratos junto ao Governo federal, garantindo mais um extenso período de isenção.

Já no âmbito estadual os benefícios estão atrelados ao FDI, que dispõe dos programas PROVIN e PROAPI. As três fábricas gozam de incentivos do PROVIN e somente Crato e Sobral contam com os benefícios do PROAPI. Como podemos observar na tabela 14, Fortaleza e Crato dispõem das mesmas cláusulas contratuais do PROVIN, com validade, respectivamente, até abril de 2015 e setembro de 2012, por meio do qual o Estado do Ceará assegura empréstimos mensais, destinados à formação de capital de giro, no valor equivalente a 75% do ICMS apurado e recolhido dentro do prazo legal do contrato.

Apesar de Sobral ser titular do mesmo benefício, é o único que conta com empréstimos mensais no valor de 100% do ICMS e, mesmo antes do término do primeiro contrato, já garantiu sua renovação até 2019, quando este expiraria em 2009, isto é, mais dez anos de garantia de incentivos por intermédio do Poder Público estadual.

No que diz respeito ao PROAPI, as fábricas do Crato e Sobral, como podemos observar na tabela 15, gozam do incentivo, respectivamente, desde 1999 e 1996. Por intermédio deste programa, o Estado disponibiliza financiamento correspondente a 11% do valor FOB dos produtos exportados, após a aprovação dos embarques das mercadorias, concedendo maior competitividade no mercado internacional de calçados.

TABELA 14: Incentivo Fiscal Grendene – ICMS

Unidade Espacial	Início	Término	Montante financiado (% do ICMS recolhido mensalmente)	Montante a ser pago (% do montante financiado)	Prazo para pagamento (contado do desembolso de cada parcela mensal financiada)
Sobral	Março/1994	Fevereiro/2009	100%	25%	60 meses
	Março/2009	Fevereiro/2019	75%	1%	60 meses
Fortaleza	Maio/2000	Abril/2005	75%	1%	36 meses

Unidade Espacial	Início	Término	Montante financiado (% do ICMS recolhido mensalmente)	Montante a ser pago (% do montante financiado)	Prazo para pagamento (contado do desembolso de cada parcela mensal financiada)
Crato	Outubro/1996	Outubro/2012	75%	1%	60 meses

Fonte: Grendene Calçados S/A.

TABELA 15: Incentivo Fiscal Grendene - FOB

Unidade espacial	Início	Término	Montante financiado (% do montante do FOB da exportação)	Montante a ser pago (% do montante financiado)	Prazo para pagamento (contado do desembolso de cada parcela mensal financiada)
Sobral	Outubro/1996	Setembro/2011	11%	10%	60 meses
Crato	Fevereiro/1999	Janeiro/2014	11%	10%	60 meses

Fonte: Grendene Calçados S/A.

Ainda no aspecto da exportação, as unidades fabris da Grendene instaladas no Estado contam ainda com a facilidade de exportação, seja via porto do Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante, ou porto do Mucuripe, na Capital do Estado, economizando custos de transporte, já que o Ceará tem posição favorável, na variável tempo de traslado, em relação aos demais portos brasileiros na ligação com os mercados da Europa e EUA.

Com esse conjunto de virtualidades, Sobral em pouco tempo despontou como um dos principais municípios em termos de produção calçadista do Estado. Como um *ponto luminoso* no sítio urbano de Sobral, a Grendene instaura um novo capítulo da produção calçadista do Município, sem escalas precedentes de comparação. Na verdade, a força hegemônica desse novo capital industrial não estabelece vínculos de dependência com o tempo regional, com a produção regional, mas sim, os transformam. É uma lógica exterior que o lugar acolhe e tem sua forma-conteúdo reestruturada para atender ao vetor de modernização.

A instalação da filial da empresa no galpão alugado no Distrito Industrial de Sobral custou dois milhões de dólares e toda a estrutura produtiva em torno de 20 milhões de dólares. A fábrica começou operando em julho de 1993, com média de 600 trabalhadores e em novembro do mesmo ano já contava com 1.100 trabalhadores no espaço da produção.

Como informa Dalcides Portolan:

Nós iniciamos a fabricação em agosto, com 412.000 pares de gaspia (rosto de chinelo); em setembro 1.000.000; outubro 1.200.000 e já 200.000 pares de sandálias, dos quais 100.000 já foram faturados. Em novembro pretendemos produzir 670.000 pares de chinelo e mais 1.100.000 pares de gáspia. O projeto final visa a fabricação de 2.500.000 pares por mês, isto de produto acabado (Correio da Semana, 06 de novembro de 1993, p. 3).

Se compararmos as projeções de produção da ASPEFACS, de 400.000 pares/mês, com as divulgadas na matéria retrocitada de 2.500.000 pares por mês da Grendene-Sobral, veremos que o novo fixo industrial, mesmo no seu início, passou a exercer papel de centralidade na produção local.

Já em 1994, a empresa inicia a construção da sua sede definitiva do outro lado da cidade, entre os bairros Parque Silvana I e Alto da Brasília, período de grande efervescência do mercado de trabalho local, tanto pela ampliação das vagas de emprego na empresa, quanto por causa das construtoras que passaram a recrutar força de trabalho local para efetivar a instalação do que seria a Unidade I da Grendene-Sobral.

Tal dinâmica no mercado de trabalho pode ser constatada na matéria intitulada *Cadastramento do Sine Sobral aumenta 300%*, na qual foi entrevistada a então gerente local do Sistema Nacional de Empregos – SINE, Fátima Barbalho.

Com início das obras de instalação de uma fábrica da Grendene, em Sobral, a movimentação de pessoas em busca de emprego cresceu cerca de 300%, segundo informa a gerente do Núcleo do Sistema Nacional de Empregos – SINE. Segundo ela, desde a notícia das obras, os candidatos começaram a chegar em grande número. Primeiro os que queriam trabalhar na construção da fábrica e depois, os que querem na própria fábrica, depois de pronta. Somente este ano o SINE já cadastrou 3.369 candidatos, sendo 60% homens e 40% mulheres que procuram vagas para as seguintes profissões: Auxiliar de Produção – 60%; Pedreiro – 10% e Servente – 30%. Fátima Barbalho, gerando local diz que o aumento de candidatos se dá pelo grande número de sub-empregos, desempregados e fluxo de outras pessoas que vêm de outros municípios da Região, em busca de empregos. Muitos dizem ter conhecimento de que, além da Grendene, outras empresas como M. Dias Branco, Sadia, Vulcabrás e URO (Montadora/Caminhões) virão se instalar em Sobral. Assim sendo, muitos alimentam a esperança de terem uma vaga, mesmo que não seja de imediato (Correio da Semana, 30 de outubro de 1993, p. 4)

De fato, de todas as empresas anunciadas na matéria retrocitada, a única que instalou fábricas em Sobral foi a Grendene. A promessa do emprego de carteira assinada simbolizava uma redenção, não só para o município, mas também para parte da região polarizada por Sobral. Os postos de trabalho abertos para a construção da sede da empresa e a esperança de expansão do número de trabalhadores na produção do calçado despertaram o início da migração da força de trabalho que se concentrou, principalmente, nos bairros

próximos à nova sede da Grendene, Alto da Brasília, Parque Silvana I e Alto da Expectativa, mas se espacializando por toda a periferia da Cidade.

O termômetro dessa dinâmica do mercado de trabalho foram os cadastros do Sine-Sobral que continuavam a crescer, como percebemos em outra matéria veiculada em 08 de janeiro de 1994: “SINE-CE – Agência em Sobral – continua cadastrando grande quantidade de candidato a emprego³⁰”. Segundo consta na matéria, até outubro de 28 de dezembro de 1993, haviam se inscrito 1.787 candidatos, numa medida de 50 a 60 fichas preenchidas por dia. Ainda segundo a matéria, as empresas que mais ofertavam vagas eram a Grendene, a C. Rolim Construção Civil e Fratezzi-Engenheira e Construção Civil, as duas últimas responsáveis pela instalação da nova sede da empresa.

Assim, a Grendene fecha o ano de 1994 com 2.500 empregos diretos e inicia o ano de 1995 com a Unidade I da empresa em pleno funcionamento e já com a construção da Unidade II, com previsão de ampliação de mais ou menos 600 postos de trabalho. Tal crescimento exponencial no recrutamento da força de trabalho, como assinalamos, foi acompanhado de intensa mobilidade da força de trabalho, tanto no que diz respeito à proletarização da força de trabalho local, em sua maioria alocada nas atividades do setor terciário e primário, migrando para a nova lógica do emprego fabril, como pela atração de força de trabalho dos municípios vizinhos, contribuindo para expandir a periferia da Cidade, que já em meados da década de 1990 apresentava grandes problemas.

A ampliação da fábrica em Sobral não parava, demonstrando a eficácia da produtividade espacial do lugar. Se em 1993 era um galpão alugado de 5.000 metros quadrados, fechou o ano de 1994 com uma área de quase quatro vezes maior, com equipamentos “de ponta” trazidos da Itália. No início, a produção era pouco diversificada, em termos de modelos produzidos, com 50% das vendas direcionadas para o Norte e Nordeste do País.

A tentativa de Ciro Gomes, no seu mandato de Governador, de instalar um “pólo” calçadista na região fracassou em parte, pois o que percebemos foi a hegemonia de um só produtor, que possui centralidade não só na indústria calçadista sobralense, mas em relação todos os outros setores industriais do Município. Como resultado, temos o crescimento dos indicadores econômicos comandados por um só investimento externo ao lugar, investimento esse que não parou de crescer até 2005.

³⁰ Correio da Semana, 08 de janeiro de 1994, p. 4.

Em 1997, a Grendene-Sobral retomou seu crescimento, com a instalação, concomitante, das Unidades III e IV. Com a instalação da U-III, a produção de componentes para calçados expandiu 55%, passando de sete milhões de componentes fabricados para quase onze milhões, representando também um aumento no número de funcionários. Já a implantação da Unidade IV teve objetivo estratégico, pois esta passou a produzir grande parte do PVC, principal matéria-prima do processo produtivo, utilizada pela Grendene-Sobral. Tal investimento possibilitou a redução de custos gerais. Anteriormente, a empresa comprava o insumo no Pólo Petroquímico de Camaçari (BA), que seguia para Farroupilha (RS), onde era processado e só depois direcionado para Sobral. Com a instalação da U-IV, a filial sobralense passou a comandar a distribuição desse insumo para as filias de Fortaleza e Crato, expandindo sua escala de relação com os diversos subespaços.

De “pólo” calçadista, a cidade de Sobral conhece a hegemonia de uma só empresa do setor. A Grendene passou a representar o Município na divisão espacial da produção calçadista nacional, como o maior produtor de calçados do Ceará e do Nordeste brasileiro. As constantes ampliações da capacidade produtiva da empresa durante os anos só se completaram em 2005.

Em 1998, foram instaladas as Unidades-V, com 14.000 metros quadrados e a Unidade-VI, com 16.000 metros quadrados. Já em 2004 tem início a construção da Unidade VII, marcando até o momento a configuração atual da empresa. A instalação da U-VII se materializou com o financiamento do PRODECON, como salientamos anteriormente, com a expectativa de gerar mais 1.500 postos de trabalho diretos.

A conformação dessa estrutura produtiva, distribuídas em sete fábricas, não poderia ocorrer sem alterar a dinâmica da produção do espaço urbano-regional. A cada aumento da capacidade produtiva, com a instalação das novas unidades, mais trabalhadores eram recrutados, mais o município mobilizava força de trabalho, tanto no espaço urbano sobralense como nos municípios vizinhos. Os fluxos de troca também eram intensificados, sendo representados pela dinâmica dos caminhões que penetravam a Sede do Município via BR-222 e cruzavam o espaço urbano até alcançar a sede da empresa.

A consolidação dessa nova dinâmica exigiu transformações do espaço urbano sobralense, como podemos constatar na matéria veiculada no dia 30 de agosto de 1997, no Correio da Semana, em virtude da visita à Sobral do presidente da empresa calçadista, Alexandre Grendene. A matéria relata, que além da instalação da III e IV, já estavam nos planos da empresa transformar a Unidade II em um grande centro de expedição do produto final e a construção da Unidade V, que passaria a concentrar todas as funções desempenhadas

naquela unidade, com a expansão de 2.200 postos de trabalho, totalizando 7.000 empregos diretos.

Como relata o Correio da Semana:

Por outro lado, esse universo de pessoas, mais os prestadores de serviços e a frota de carros utilizada no escoamento da produção já começam a preocupar a empresa, em função da falta de vias que dê vazão a tantos fluxos. O prefeito Cid Gomes disse ao Dr. Alexandre Grendene que era do maior interesse do município de Sobral viabilizar todas as condições de infra-estrutura urbana, para que a GREDENE pudesse continuar operando e crescendo. “Os inúmeros benefícios para nossa cidade e região são inegáveis”, declarou Cid Gomes. **Além disso, Cid afirmou que já era projeto da prefeitura desestrangular o caótico trânsito interno de Sobral. “A prefeitura vai construir avenidas e abrir ruas e, com certeza, o acesso à Grendene será melhorado”, tranquilizou o prefeito** (Correio da Semana, 30 de agosto de 1997, p. 1) [grifo nosso].

Com isso, em 1998, a Prefeitura de Sobral iniciou a construção da ponte José Euclides Ferreira Gomes Jr e da avenida Mons. Aloísio Pinto, continuação da ponte, inauguradas no ano 2000, ligando a BR-222 ao centro da Cidade, desafogando o tráfego da ponte Otto de Alencar, anteriormente a única ligação que cruzava o rio Acaraú, unindo a BR-222 aos principais bairros sobralenses. Em 2003, também foi iniciada a reforma da ponte Otto de Alencar, com sua duplicação, ampliando a capilaridade e densidade do sistema viário sobralense.

As transformações na materialidade do espaço foram somadas à construção da *avenida Pericentral* e o *Acesso às Áreas Industriais*, como enfatiza o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do ano 2000, ao se referir à implantação de novos sistemas de engenharia no espaço urbano:

Desse quadro destacam-se como prioritários o Anel Pericentral e o Acesso às Áreas Industriais. Considerando-se que o sistema completo alcança um horizonte de 20 (vinte) anos, optou-se por implantar-se, inicialmente, somente uma etapa do Anel Pericentral e o **Acesso à Área Industrial da Grendene. Dentre as três áreas industriais propostas, essa é a de acesso mais precário.** No caso do anel, o setor selecionado foi aquele que tem como diretriz a via férrea, iniciando-se na Rua Oriano Mendes e indo até a Rua Idelfonso Cavalcante. Optou-se, ainda, por uma seção reduzida, que atenderá ao volume de tráfego a curto prazo (SOBRAL, 2008. p. 70).

Como vimos, as preocupações de Alexandre Grendene, consoante relatado na matéria do Correio da Semana de 30 de agosto de 1997, foram contempladas no PDDU de 2000. Iniciada em abril de 2001, os dois primeiros trechos da obra foram inaugurados em 2003, sendo o primeiro uma extensão de 1.880 metros, da rua Otton de Alencar até a Viriato

de Medeiros e o segundo, medindo 1.820 metros, da rua Des. Moreira Rocha até a Grendene-Sobral.

Está claro que o Poder Público municipal não poupou esforços para produzir um espaço que atendesse as necessidades da empresa e tentasse ordenar a expansão urbana que tomava novo impulso com o intenso processo de proletarização da força de trabalho local e movimento de carga e descarga.

Como explicitado, a instalação de um fixo da magnitude da Grendene não se materializa sem impor uma nova dinâmica ao espaço urbano, sem exigir reestruturações, como também impor novos conflitos no uso do espaço. A construção dos sistemas de engenharia retrocitadas foi atrelada à desapropriações/remanejamentos de famílias e (re)valorização do solo urbano da Cidade.

Outro fato que pode ser relatado é a polêmica instalação da linha de alta tensão que passou a suprir a demanda energética da Grendene-Sobral. Iniciada em 2001, como relatado nos meios de comunicação local, o “Linhão”, da Companhia de Energética do Ceará (COELCE), de 69.000 kw para atender a Grendene-Sobral foi movimento de intensa polêmica na Cidade, pois a rede de transmissão cortava vários bairros, causando preocupação à saúde dos moradores.

A construção da linha de transmissão foi ponto de pauta em audiência pública na Câmara dos Vereadores de Sobral, posteriormente analisada pelo Ministério Público, que impôs a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta à COELCE e Grendene-Sobral. Caso comprovado danos à saúde da população, a transmissão deveria ser interrompida.

Como enfatiza Luciano Linhares, em declaração ao Correio da Semana, então vereador do município e principal articulador da denúncia:

Alguém pode dizer que ao facilitar a instalação de linhas para a Grendene indiretamente se está beneficiando a população, que terá mais oferta de emprego naquela indústria. Aparentemente é verdade. Mas verdade mesmo é que os prejuízos causados a essa mesma população, com a implantação desta linha de transmissão de alta tensão (69kv) nos percursos pretendido, que corta cinco bairros de Sobral, todos com altíssima densidade populacional e de pequenos negócios, é bem maior que o benefício. As pessoas que moram ou trabalham próxima a essa linha de transmissão estão sujeitos à ação dos seus campos eletromagnéticos de baixíssima frequência, [...] sem contar que desorganizam o espaço urbano da cidade e trazem outros riscos. Portanto, a construção deste linhão, no fundo, no fundo, está atendendo apenas os interesses empresariais (Correio da Semana, 09 de junho de 2001, p. 9).

Ratificamos, assim, a noção de que a instalação da Grendene-Sobral foi acompanhada por transformações do espaço urbano sobralense, sejam diretas para atender a empresa, como a construção de vias de acesso e a linha de transmissão de energia, com seus

rebatimentos no cotidiano do lugar, ou indiretas, com a intensa dinamização da economia urbana, via expansão do trabalho formal e aumento do consumo no comércio e serviços e do espaço.

O papel desempenhado por esse novo fixo industrial foi somado às funções comerciais e de serviço, que já exerciam forte papel na dinamização da produção do espaço urbano-regional, com destaque para a Universidade Vale do Acaraú, os serviços de saúde e o comércio, que historicamente desempenharam uma função de polarização de Sobral em relação à região norte do Estado. Podemos destacar, contudo, que a Grendene-Sobral não veio apenas intensificar e se sobrepôr a esses eixos da dinâmica urbana sobralense, sendo apenas mais um elemento, mas passou a dividir o papel de comando na produção do espaço urbano-regional.

O processo que ora se consolida tem como o mais novo motor da produção do espaço a nova indústria de calçados. Essa afirmação é percebida na análise dos indicadores econômicos e, sobretudo, pode ser apreendida na fala dos sobralenses, das diversas classes, origens e atuação na divisão social do trabalho – políticos, trabalhadores, comerciantes, representantes de instituições públicas. Como destaca o Correio da Semana, na matéria intitulada “A Grendene mudou o perfil econômico da pequena Sobral”.

A 220 quilômetros de Fortaleza, Sobral é uma típica cidade do interior. A única grande indústria local é a Grendene, do setor calçadista, que emprega 4,8 mil trabalhadores e cuja folha de pagamento, R\$ 1,5 milhão por mês, é 25% superior à arrecadação de impostos da prefeitura, de R\$ 1,2 milhão mensais. Enquanto o faturamento da Grendene foi de R\$ 293,6 milhões, em 1996, o orçamento da prefeitura está estimado em R\$ 48 milhões, para este ano. Em menos de quatro anos de funcionamento, a fábrica mudou o perfil sócio-econômico da cidade de 140 mil habitantes. Antes do início da operação da Grendene, em 1993, e da duplicação da fábrica de cimento do grupo Votorantim, Sobral ocupava o quarto lugar no ranking do Ceará em repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS). Agora já é a terceira colocada e continua crescendo afirma o prefeito Cid Gomes, irmão do ex-ministro Ciro Gomes. A cidade tem 150 pequenas indústrias, quase 90% com menos de cem funcionários. [...]A mudança no padrão de vida é facilmente verificada entre os funcionários da empresa. A maioria trabalha pela primeira vez com carteira assinada e ganha R\$ 125. Antes, recebiam até meio salário mínimo em outras empresas ou, no caso das mulheres, como empregadas domésticas. Maria do Socorro Nascimento Santos, 26 anos, conta que está há dois anos e meio na Grendene e já conseguiu colocar uma caixa d'água no banheiro, substituir o fogão de lenha por um a gás, comprar geladeira e TV em cores. Seu colega José Edvaldo do Nascimento, 26 anos, ganha RS 300. passou de uma casa de aluguel de R\$ 50 para uma de R\$ 100, adquiriu uma moto e eletrodomésticos (Correio da Semana, 22 de fevereiro de 1997, p. 10).

Esta passagem anuncia a centralidade que a Grendene-Sobral exerce na economia urbana sobralense, representada, principalmente, pelo grande número de trabalhadores que dinamizavam o consumo *na e da* Cidade.

Devemos frisar que o setor secundário sempre teve papel de destaque nos indicadores econômicos locais. Conforme exposto anteriormente, Sobral tem relativa diversidade industrial, ficando, ao lado da região do Cariri, como a mais importante cidade no setor secundário no interior do Estado, embora bem distante da Região Metropolitana de Fortaleza, analisada em seu conjunto.

A importância da indústria em Sobral pode ser percebida no indicador de consumo de energia elétrica. Embora o número de consumidores comerciais, residenciais e rurais, sempre fossem superior a quantidade de consumidores industriais, como podemos perceber na tabela 16, desde 1990 o consumo de energia elétrica da indústria, mesmo quando comparado ao somatório dos três outros setores, sempre foi superior. Tal fato merece destaque, pois Sobral, considerada cidade de porte médio na rede urbana cearense, com cerca de 150 mil habitantes, tem no setor industrial seu maior consumidor de energia elétrica.

TABELA 16: Consumo de energia elétrica Sobral (mwh)

Município	Residencial			Industrial			Comercial			Rural		
	1990	1995	2005	1990	1995	2005	1990	1995	2005	1990	1995	2005
Sobral	20.350	30.297	56.084	62.911	119.415	243.281	8.829	12.298	24.274	3.150	3.163	5.878

Fonte: IPECE - Anuário Estatístico – 1990-1995-2005.

Ainda de acordo com a tabela 16, podemos perceber a evolução do consumo industrial durante o recorte temporal. De 1990-2005, conheceu um aumento de mais de 300%. Tal fato pode justificar a necessidade de instalação de uma nova rede de transmissão da COELCE para Grendene-Sobral, como relatamos.

A participação da indústria também é hegemônica na arrecadação do ICMS, da mesma forma que é central a participação da Grendene-Sobral no montante dessa arrecadação. Como relatava o PDDU, de 2000,

Comprovando o descrito, afere-se que 80% do ICMS arrecadado pelo Estado no Município de Sobral é proveniente da indústria, 14% pelo comércio e apenas 6% pela agricultura. **Contudo, o município é altamente dependente de uma única empresa, pois 65% do ICMS atualmente arrecadado em Sobral é proveniente da Grendene (empresa de calçados)** assim como 59% do total de postos de trabalho formais (7.100 empregos) ofertados pelo setor industrial de Sobral, conforme informações da Prefeitura Municipal (SOBRAL, 2008, p. 23).

A evolução da arrecadação o ICMS é um fato que merece destaque. Os dados publicados pela Prefeitura afirmam que a arrecadação de ICMS, em Sobral, no período de 1993-2001, aumentou em 491,2 % e conseqüentemente o repasse de imposto para o Município conheceu um incremento, no mesmo período de 200,1%, como podemos observar

na tabela 17. Se a Grendene-Sobral sozinha participa com 65% dessa arrecadação, podemos derivar a importância da empresa para o Município. Essa importância se revela quando comparamos a arrecadação total do Município e a arrecadação do ICMS de Sobral no ano de 2001. A última variável representa 83% do valor arrecadado pelo Município.

TABELA 17: Evolução do ICMS de Sobral

Ano	Repasse do ICMS do Estado a Sobral	Arrecadação do ICMS de Sobral	Acréscimo percentual em relação a 1993	Receita municipal efetivamente arrecadada
1993	5.284.498,00	13.147.616,00		20.249.138
1994	5.838.818,00	25.907.498,00	97,10%	15.596.805
1995	9.113.707,00	42.494.533,00	223,20%	22.313.276
1996	10.936.105,00	57.499.533,00	337,30%	27.600.600
1997	12.313.924,00	55.761.862,00	324,10%	36.350.473
1998	13.322.383,00	56.685.852,00	331,10%	77.539.685
1999	13.395.325,00	51.139.876,00	289,00%	84.972.171
2000	14.258.721,00	63.593.630,00	383,70%	94.382.525
2001	15.858.470,00	77.734.297,04	491,20%	93.153.219

Fonte: Manual do Investidor, Prefeitura de Sobral.

Quando tratamos do PIB-industrial, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), como podemos observar no gráfico 2, no intervalo de 1985-2005, o PIB do referido setor mais do que dobra, fazendo com que Sobral ocupe, atualmente, o terceiro maior PIB-industrial do Estado, atrás de Fortaleza e Maracanaú. Tal indicador revela a centralidade de Sobral no parque industrial cearense, ultrapassando até mesmo importantes aglomerações industriais da RMF, como, Horizonte, Pacajus e Eusébio³¹.

Quanto à participação da indústria em relação aos demais setores da economia sobralense, percebemos também uma hegemonia, assim como a do consumo de energia. Como observamos no gráfico 2, segundo dados do Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará (IPECE), a indústria concentra 64,93% do valor adicionado, a preços básicos, restando a agropecuária 1,3% e serviços 33,77%.

Estamos certo de que a Grendene-Sobral possui papel de destaque na evolução de tais indicadores, perfazendo o maior e mais importante fixo industrial instalado nos últimos 15 anos no Município. Com sua força dinamizadora, impôs uma transformação na economia sobralense, que também se revela nas relações que o Município passa a estabelecer com as demais escalas do globo, seja via exportação do seu pronto final ou importação de insumos necessários a produção.

³¹ Segundo dados do IPECE, ano 2000, referentes ao montante do PIB-industrial do Estado, Fortaleza participa com 45,01%; Maracanaú, 17,12%; Sobral, 6,33%; Eusébio 4,7%, seguidos por Pacajus e Horizonte, na casa de 2,8%.

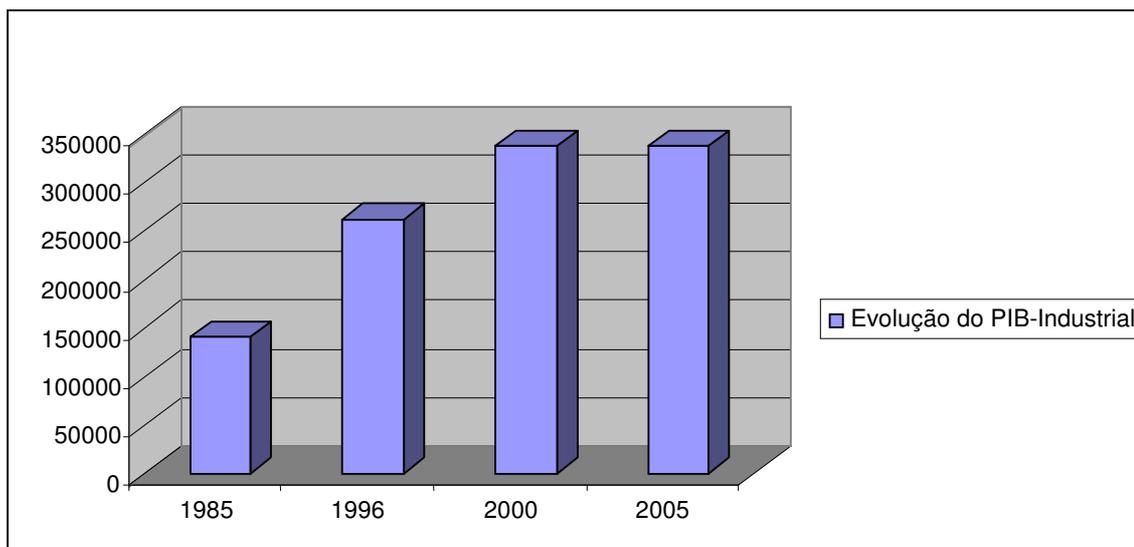


GRÁFICO 2: Evolução do PIB-Industrial – 1985-2005

Fonte: IPEA

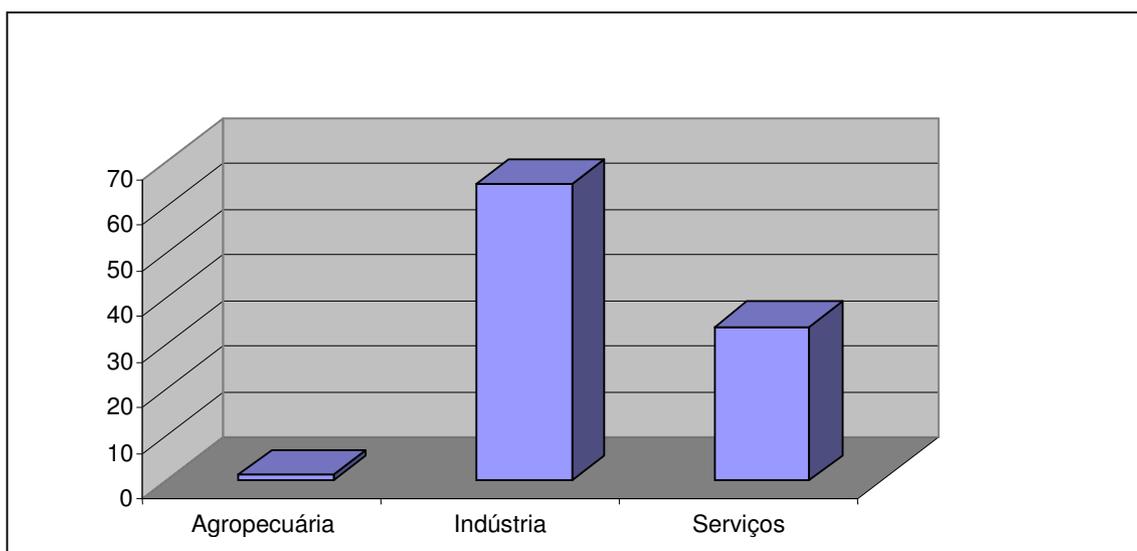


GRÁFICO 3: Estrutura Setorial do Valor Adicionado, a preços básicos – 2000

Fonte: IPECE

A Grendene-Sobral tem capacidade de produzir 138 milhões de pares de calçados por ano, número que situa o Município como o maior produtor de calçados do Ceará, concentrando sozinho mais de 60% da produção estadual.

O fato que merece destaque é, sem dúvida, o papel que a Grendene-Sobral desempenha na exportação do seu produto final. Segundo dados da SECEX (Secretária do Comércio Exterior), para o ano 2000, as unidades da Grendene-Sobral foram responsáveis por 50% das exportações cearenses de calçados, aparecendo no seleto *ranking* estadual de empresas com o valor de exportação acima de US\$ 50 milhões. Como percebemos, a

centralidade da fábrica sobralense é imposta também na escala do Estado, mas é na escala do Município que a participação na pauta de exportação impressiona. Ao observar a Tabela 18, constatamos que a Grendene-Sobral foi responsável, em 2007, por 99,46% do valor das exportações de Sobral.

TABELA 18: Principais Empresas Exportadoras – Sobral

Empresas	2007 (Jan/Dez)		2006 (Jan/Dez)		Var %
	US\$ F. O.B.	Part %	US\$ F. O.B.	Part %	US\$ F.O.B 2007/2006.
TOTAL DAS PRINCIPAIS EMPRESAS	91.959.751	100	77.363.600	100	18,87
1 GRENDENE S A	91.462.743	99,46	70.892.640	91,64	29,02
2 S2 BRAZIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.	352.996	0,38	0	0	0
3 F. P. COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	73.342	0,08	386.240	0,5	-81,01
4 FRANCISCO EVARISTO BEZERRA	48.588	0,05	62.408	0,08	-22,14
5 MARCOTEX MINERACAO LTDA	22.082	0,02	0	0	0
6 CIMENTO POTY S.A.	0	0	6.022.312	7,78	0

Fonte: SECEX

Não é só no âmbito da exportação, porém, que a Grendene-Sobral comanda a economia urbana. Quando analisamos a importância da empresa para a variável importação, percebemos também sua hegemonia, pois em 2007 participou com 65,11% do valor das importações do Município, como podemos observar na tabela 19. Toda essa centralidade nos ajuda a justificar a evolução nos indicadores relacionados à indústria na escala municipal, bem como a necessidade de reestruturar a materialidade do espaço sobralense para garantir fluidez e eficácia à produção.

TABELA 19: Principais Empresas Importadoras – Sobral

Empresas	2007 (Jan/Dez)		2006 (Jan/Dez)		Var %
	US\$ F. O.B.	Part %	US\$ F. O.B.	Part %	US\$ F.O.B 2007/2006.
TOTAL DAS PRINCIPAIS EMPRESAS	13.990.150	100	12.617.050	100	10,88
1 GRENDENE S A	9.108.647	65,11	6.994.785	55,4	30,22
2 COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND POTY	4.136.448	29,57	2.066.074	16,4	100,21
3 CLINICA DE RESSONANCIA MAGNETICA E IMAGEM S/S LTDA.	430.327	3,08	0	0	0
4 SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SOBRAL	158.500	1,13	0	0	0
5 BEPLAST NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	92.075	0,66	0	0	0

Empresas	2007 (Jan/Dez)		2006 (Jan/Dez)		Var %
	US\$ F. O.B.	Part %	US\$ F. O.B.	Part %	US\$ F.O.B 2007/2006.
6 TALES P. LINHARES	64.153	0,46	37.015	0,29	73,32
7 CIMENTO POTY S.A.	0	0	3.303.463	26,2	0

Fonte: SECEX

Essa porcentagem hegemônica revela duas realidades: (i) a Grendene-Sobral é o principal elo de ligação de Sobral com o mundo, inserindo o Município na divisão internacional do trabalho; (ii) as demais indústrias sobralenses, em sua maioria, não ultrapassam a escala regional e, com exceções, alcançam a totalidade do Território nacional com seus *circuitos espaciais e círculos de cooperação*. Enfim, é uma hegemonia sem concorrência na escala local, ofuscando a importância das demais indústrias, instaladas ao longo do processo histórico, no quesito exportação.

4.2 Grendene-Sobral e sua trama de relações

Com ano de fundação em 1971, na cidade de Farroupilha - Rio Grande do Sul, a Grendene não tem na sua gênese a produção de calçados, mas sim de embalagens plásticas para garrações de vinho. Em 1976, a empresa começou a diversificar a produção no segmento de materiais plásticos para máquinas e implementos agrícolas e, logo depois, para componentes de calçados fornecidos para empresas do polo calçadista do vale dos Sinos (RS).

O ano de 1979 marcou a definitiva inserção da empresa no setor calçadista, com o lançamento da sua primeira sandália plástica, passando em poucas décadas a dividir posição como maior produtora nacional de calçados sintéticos. No intervalo de 1980-1990, a Grendene instalou uma “matrizaria” própria, no Município de Carlos Barbosa (RS), bem como, conheceu um crescimento na produção e o lançamento de modelos de calçados, diversificando sua linha de produção.

No começo da década de 1990, com a instalação da sua primeira unidade fabril além da fronteira do Rio Grande do Sul, temos a conformação de uma nova estrutura produtiva espacialmente dispersa. Com isso, a empresa ampliou sua escala de relação no Brasil, relocando sua produção inicialmente no Ceará, nos Municípios de Fortaleza, Crato e Sobral, expandido atualmente para a Bahia, no Município de Teixeira de Freitas.

A divisão espacial da produção da empresa pode ser assim descrita e espacializada na figura 1.

(i) Estado do Rio Grande do Sul, Farroupilha (1971), duas fábricas de calçados e sede administrativa, e Carlos Barbosa (1980) “matrizaria”;

(ii) Estado do Ceará, Fortaleza (1990), duas fábricas de calçados e componentes de PVC, com capacidade atual de produção de cinco milhões de pares. Sobral (1993), matriz (sede social) e maior planta, composta por sete unidades produtoras, responsáveis por 85% da produção total de calçados, e Crato (1997), uma fábrica de calçados e de componentes, com capacidade atual de produção de 12 milhões de pares anuais de produtos de EVA (estireno vinil acetato).

(iii) Estado da Bahia, Teixeira de Freitas (2007), uma fábrica de calçado, principalmente do segmento mais popular da empresa, fechando a divisão espacial da produção calçadista intraempresa.

A divisão do trabalho não se expressa apenas na repartição da atividade no espaço nacional, mas também na difusão hierárquica das normas que incidem na produção. Apesar da atual concentração das atividades produtivas no Estado do Ceará, as ordens de como, o quanto e para quem produzir têm como ponto de partida a matriz administrativa do Rio Grande do Sul. É no sul que tem início o processo produtivo, como descreveremos com detalhes posteriormente. É ainda nesta região que encontramos os centros de pesquisas, de moda e tecnologia, reafirmando a hierarquia da divisão do trabalho na empresa.

Restam às unidades produtoras no Ceará executar as ordens da matriz, respeitando as normas especificadas no pedido, tudo conectado em rede, graças aos atuais sistemas de informação que garantem a fluidez da produção no território.

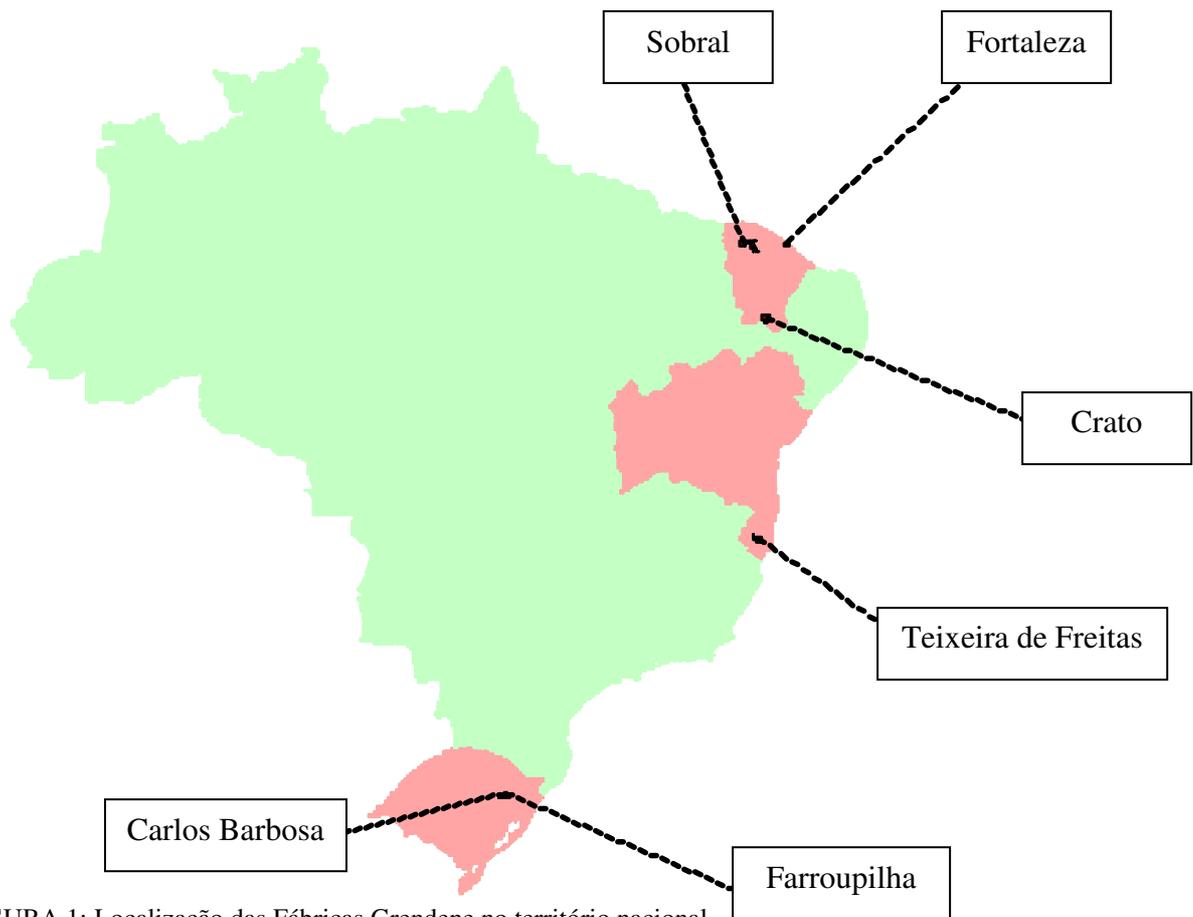


FIGURA 1: Localização das Fábricas Grendene no território nacional
 Fonte: Pesquisa Direta

A divisão do trabalho também se impõe quantitativamente pelo número de trabalhadores. Segundo dados do sítio da empresa, para o ano de 2004, ela era composta por 21.493 trabalhadores, sendo o Estado do Ceará responsável por contratar 19.991, restando para as duas unidades do Rio Grande do Sul, apenas, 1.502 funcionários. Os números demonstram um grande peso do novo espaço da produção instalado no Ceará, especificamente, no recrutamento da força de trabalho, fato legitimado por uma débil organização sindical, de salários inferiores aos pagos no Sul/Sudeste e, ainda, de uma fiscalização branda das condições de trabalho.

Com esse panorama geral, devemos destacar a importância da unidade produtiva de Sobral na divisão espacial da produção. Como já frisamos, as sete fábricas instaladas no Município compõem a maior área produtiva da empresa no Brasil, responsáveis por 85% da produção total de calçados, concentrando o maior número de trabalhadores, número este que já alcançou 17 mil, no ano de 2006, e, em junho de 2007, encontrava-se em 15.426, revelando a importância desse Município na divisão do trabalho da empresa.

Com base na tabela 20, que compara a estrutura total da empresa e a fábrica-Sobral, podemos perceber a centralidade que o Município desempenha na divisão espacial da produção intraempresa, concentrando sete das suas 13 fábricas, 87,5% da capacidade instalada e 70% do número de trabalhadores para o ano de 2004.

Com isso, a Grendene-Sobral é o nó mais denso da articulação da empresa na escala nacional no envio de mercadorias e informação que integram as fábricas dispersas no território, por meio de um complexo sistema de telecomunicações, proporcionados pela crescente informatização no território brasileiro sob o imperativo do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2004a).

TABELA 20: Participação da Grendene-Sobral na estrutura da Empresa

Dados para 2005	Grendene	Filial Sobral
Início das atividades	1971	1993
Número de fábricas	13	7
Área construída	266 mil m ²	166 mil m ²
Capacidade instalada	176 mm de pares	154 mm de pares
Número de Trabalhadores	20,5 mil	14,8 mil

Fonte: Grendene Calçados S/A.

Apesar da atual difusão de paradigmas organizacionais de “empresa- enxuta” e flexível, o que marca a estrutura produtiva da Grendene-Sobral é sua verticalização. Esta se expressa tanto no tamanho das plantas industriais como na centralização de toda a produção dos calçados no espaço interno da produção. As relações de troca com as demais empresas ocorre apenas na compra de insumos necessários à produção do calçado, principalmente produtos químicos (colas, tintas, resinas); coverline e tecidos; embalagens para o produto final, brindes vinculados aos calçados. No mais, tudo é centralizado pela empresa na suas fábricas dispersas pelo país, inclusive a fabricação do EVA, na fábrica do Crato (CE) e o PVC na fábrica de Sobral (CE), produzidos com base em insumos químicos adquiridos de terceiros.

A verticalização é expressa, também, na concepção do produto, no treinamento da força de trabalho e na comercialização do calçados, pois a empresa conta com uma equipe própria de representantes comerciais, que atuam no Território nacional e internacional na venda do produto final.

Tudo isso faz com que as fábricas da Grendene dispersas pelo Brasil tenham intensa articulação para efetivar a produção do calçado e, reiteramos, Sobral é o nó mais denso dessa divisão do trabalho intraempresa. Por sua capacidade produtiva, a Grendene-Sobral, opera numa *solidariedade organizacional* (SANTOS, 2004a) de dupla ordem: (i) entre suas fábricas dispersas no Brasil e sua rede de representantes e (ii) com os fornecedores de

insumo e equipamentos industriais, as transportadoras, os sistemas de engenharia responsáveis pela fluidez territorial e o consumidor final.

Esses fluxos têm como motor a fábrica instalada no Município de Sobral, embora o controle dessa articulação escape à escala do lugar, numa relação de complementaridade-dependência da matriz administrativa localizado em Farroupilha (RS).

Dessas articulações trataremos adiante, tentando revelar a trama de relações efetivas nas diversas escalas, tendo como motor a Grendene-Sobral. Sabemos que não vamos dar conta de todas as relações, mas o objetivo é evidenciar o *espaço industrial* da empresa (GEORGE, 1968) e as principais solidariedades organizacionais efetivas para a produção do calçado.

Começamos afirmando que o processo produtivo não se inicia na Grendene-Sobral. Este tem início no Rio Grande do Sul, na cidade da Farroupilha, matriz administrativa da empresa, que inclui duas unidades fabris e um centro administrativo, ocupando aproximadamente 54.000 metros quadrados de área construída em cerca de 90.600 metros quadrados de terreno. Nessa cidade, a empresa centraliza o setor de vendas, financeiro e de suprimentos.

Ainda em Farroupilha, a Grendene conta com um departamento de desenvolvimento de produtos – *designs*, modelos de calçados e cartelas de cores. São cerca de 120 trabalhadores (administradores de empresas, arquitetos, estilistas de moda, modelistas, *designers*, químicos, costureiras, técnicos, especialistas em *marketing*) responsáveis pela criação e modernização dos produtos, sempre vinculados às tendências normativas do mundo da moda nacional e internacional.

A criação consiste na apresentação de projetos de modelos que são encaminhados para: (i) o desenvolvimento do *layout* do novo produto, (ii) a confecção de unidade experimental do produto e sua respectiva aprovação, (iii) a definição das especificações técnicas do produto; e (iv) a produção de seu protótipo (molde piloto). Caso aprovados, os novos modelos são produzidos para posterior teste e, logo em seguida, são enviados para a fábrica de matrizes localizada em Carlos Barbosa (RS), que produz os moldes dos novos calçados. Sobral recebe o protótipo do calçado, com as especificações necessárias à produção; e a matriz para molde dos calçados, isto é, uma verdadeira divisão espacial do trabalho entre *concepção e execução* da produção.

A essa estrutura organizacional duas características se impõem – primeiro, a antecedência do trabalho intelectual ao trabalho manual, que incorre na segunda característica; a matriz de Farroupilha é responsável por pensar e ordenar, enquanto a

Grendene-Sobral executa as ordens que viajam num complexo sistema de comunicação intraempresa. Aqui a metáfora usada por Santos e Silveira (2008) – *espaços que mandam e espaços que obedecem* – na divisão espacial do trabalho ganha concretude.

É também no Rio Grande do Sul que a Grendene negocia com os fornecedores de matérias-primas, com os representantes comerciais, que executam as vendas no País, bem como no mercado internacional, restando a Sobral a função de produzir. Toda e qualquer operação de compra e venda não parte da fábrica sobralense; esta só recebe o pedido, especificando quantidade, prazos e destino.

Cabe à Grendene-Sobral repassar suas demandas de insumo e o cronograma de produção. Por meio do seu setor de Planejamento e Controle da Produção (PCP), localizado na Unidade-II, a fábrica tem o controle do estoque de matéria-prima e os prazos de produção, repassados em tempo real para a Matriz Administrativa (RS), que coordena todo o processo virtualmente, a quilômetros de distância. Mesmo com alguns fornecedores de insumos localizados no Ceará, não há relação direta com a fábrica sobralense. Esta sempre estabelece relações com Farroupilha, que negocia a compra do insumo.

Com a função de executar as ordens, produzir, Sobral integra o *círculo de cooperação* da empresa na escala nacional, recebendo um conjunto de ordens, mensagens e normas, que constituem o *sistema de ações*, propagadas *no* e *por meio* do espaço, regulando, direcionando e autorizando o funcionamento dos *circuitos espaciais da produção*, isto é, da produção em si.

A Grendene-Sobral recebe essa *etapa imaterial da produção* na sua Unidade-II, onde está localizado o setor de Planejamento e Controle da Produção (PCP). É no PCP onde essas informações são processadas, resultando numa ficha de programação da produção de acordo com a estrutura organizacional da Grendene-Sobral. Esse setor é responsável por planejar e controlar toda a produção na escala local, a saber: receber as ordens da Matriz Administrativa (RS), monitorar o estoque de matérias-primas e solicitar sua compra diretamente com o Setor de Suprimentos, também localizado em Farroupilha, coordenar a articulação das sete unidades para a produção do calçado de acordo com a disponibilidade de máquinas e trabalhadores.

Com isso, em Sobral, a produção começa no PCP, apontado como o “cérebro” da Grendene-Sobral. Aqui se repete a divisão entre concepção e execução orquestrada entre Matriz Administrativa (RS) e Unidades-Sobral (CE), isto é, o PCP representa a esfera da concepção, enquanto as demais unidades localizadas em Sobral executam as ordens planejadas.

A produção em si tem duas origens. A primeira diz respeito à fabricação para estoque, expressa na figura 2, que opera com base em estudos e tendência de mercado realizados na Matriz Administrativa (RS), autorizando a produção de certa quantidade de calçados que ficam estocados esperando os pedidos. Já a segunda tem como base os pedidos feitos por lojistas (figura 3), direcionados ao setor vendas na Matriz Administrativa (RS), que envia as informações para o PCP (Sobral) ordenando a produção.

Emitida a programação da produção via PCP, tem-se início o processo produtivo no chão da fábrica. Cada modelo tem uma estrutura de fabricação e montagem diferente, o que implica múltiplos processos operando ao mesmo instante no interior das sete unidades. Estas ocupam aproximadamente 154 mil metros quadrados de área construída, em cerca de 500 mil metros quadrados de terreno, como expresso na figura 4.

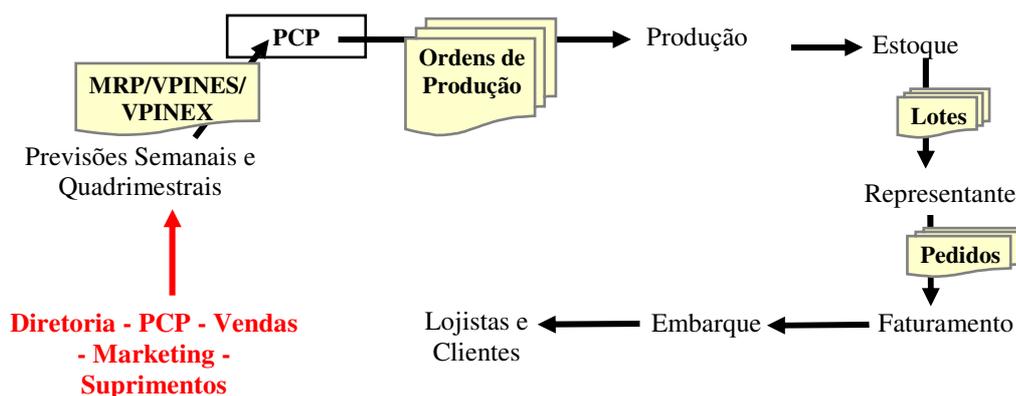


FIGURA 2: Origem da produção: lote para estoque
Fonte: Grendene

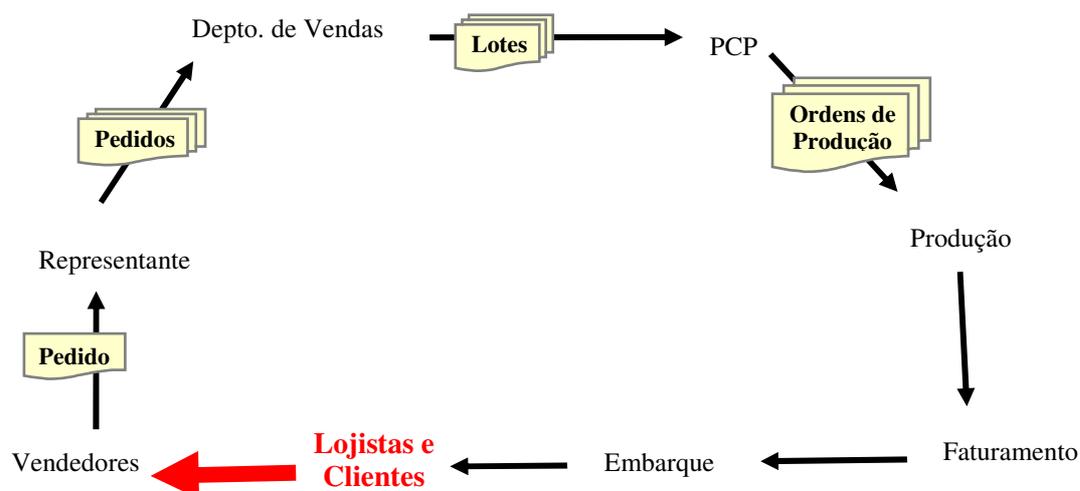


FIGURA 3: Origem da produção: lote sob pedido ou exportação
Fonte: Grendene

As unidades possuem funções pré-estabelecidas classificadas em três grandes grupos, como podemos perceber no quadro 1: (i) as responsáveis pela montagem do calçado e fabricação de componentes, 1, 3, 5, 6 e 7; (ii) a unidade 2, responsável por planejar e gerir a produção no espaço interno da fábrica e por armazenar o produto final; (iii) a unidade 4, responsável por produzir o PVC utilizado na fabricação do calçado.

UNIDADES	FUNÇÕES	PROCESSOS ENCONTRADOS
Unidade-1	Fabricação de Componentes e Montagem	Costura – Montagem – Embalagem - Estoque
<u>Unidade-2</u>	<u>Organização da Produção e Expedição do Produto Final</u>	<u>Centro de Distribuição PCP</u>
Unidade-3	Injeção de Componentes e Montagem	Injeção Full Plastic –Montagem – Fabricação de Componentes – Embalagem – Estoque
<i>Unidade-4</i>	<i>Fabricação do PVC</i>	<i>PVC- Estoque</i>
Unidade-5	Fabricação de componentes	Costura – Balancim – Frequência – Serigrafia – Pintura – Estoque
Unidade-6	Montagem – Injeção	Injeção Expandida – Pintura –Serigrafia – Embalagem – Estoque
Unidade-7	Montagem – Injeção	Injeção Expandida – Pintura – Serigrafia – Embalagem – Estoque

QUADRO 1: Divisão interna do trabalho

Fonte: Pesquisa Direta



FIGURA 4: Espacialidade da Grendene-Sobral
Fonte: Grendene Calçados S/A

A organização interna das unidades é variada. Dependendo da função a ser desempenhada, encontramos minifábricas, células de produção e a clássica esteira fordista, que se articulam numa mescla de rigidez e flexibilidade na confecção do calçado. No caso da Grendene-Sobral, não podemos dizer que há uma estrutura organizacional fixa. Sobretudo a partir de 2000, a empresa passa por constantes reorganizações no seu processo produtivo, na busca de otimizar a produção e garantir maior fluidez na articulação das sete unidades para a fabricação do calçado.

São em média 180 modelos de calçados em atividade por ano, e cerca de 40-50 modelos rodando por dia nas unidades produtivas. Por produzir somente calçados sintéticos, isto é, com matérias-primas de PVC e EVA, as etapas do processo produtivo podem ser simplificadas em quatro fases: *injeção, tratamento de superfície (pintura, serigrafia, costura), montagem e embalagem*. De acordo com o modelo do calçado, este pode ser produzido em uma só unidade, principalmente a U-III, ou requisitar a participação de várias unidades, para, enfim, ser montado nas U-VI e U-VII.

A figura 5 expõe a articulação entre as sete unidades para a produção do calçado, revelando o microespaço do *circuito espacial da produção*. É da U-II que parte a ordem do PCP, o qual verifica o estoque de suprimentos, necessários à produção, e dá a ordem para sua fabricação.

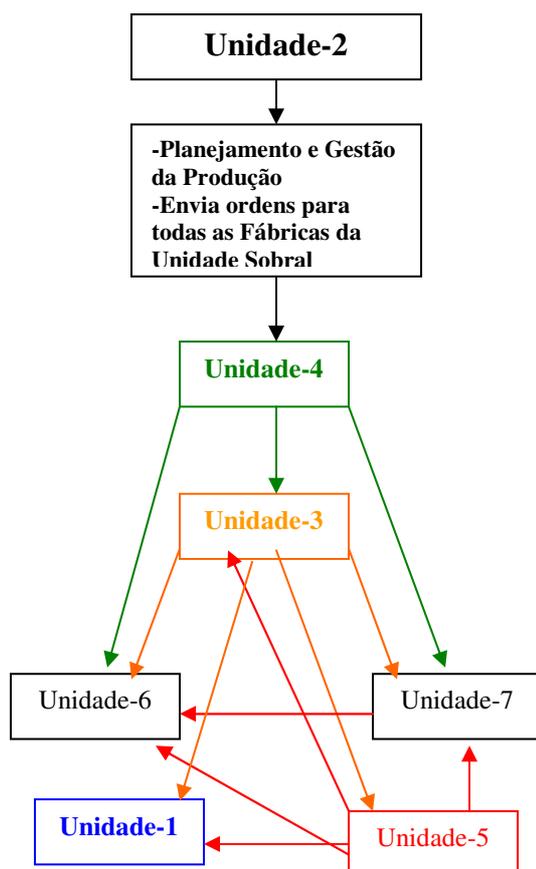


FIGURA 5: Articulação das unidades produtivas
Fonte: Pesquisa Direta

A matéria-prima para a injeção do calçado, o PVC, é produzida na U-IV, enviando em seguida para a U-III, U-VI e U-VII, onde encontramos as máquinas de injeção para fabricar os solados e componentes. Feito isto, a U-III, além de produzir solados, é responsável por fabricar outros componentes para o calçado, gáspea e enfeites, por exemplo, enviando estes para a U-I, U-V, U-VI, U-VII, onde recebem operações, como pintura, costura e serigrafia, reunindo valor ao produto final. A U-V é especializada só no tratamento de superfície, estabelecendo relações com as U-I, U-III, U-VI, U-VII; todas recebem componentes prontos para serem acoplados ao calçado, seguindo, enfim, para o estoque de cada unidade e posteriormente direcionado ao Centro de Distribuição (CD), localizado na U-II, onde são empilhados por lotes e embarcados nos caminhões.

O detalhe dessa complexa trama é que nem todos os calçados seguem esse percurso, pois, dependendo do modelo, ele pode ser fabricado inteiramente na U-III, pois é a única que conta com máquinas para injeção da sola e componentes; como também ele pode passar só por duas unidades, isto é, a organização da produção depende da natureza do calçado, dos processos necessários a sua produção, da disposição de máquinas e

trabalhadores. A figura 6 ilustra bem as etapas da produção de determinado calçado, que necessita da articulação de quatro unidades para a produção.

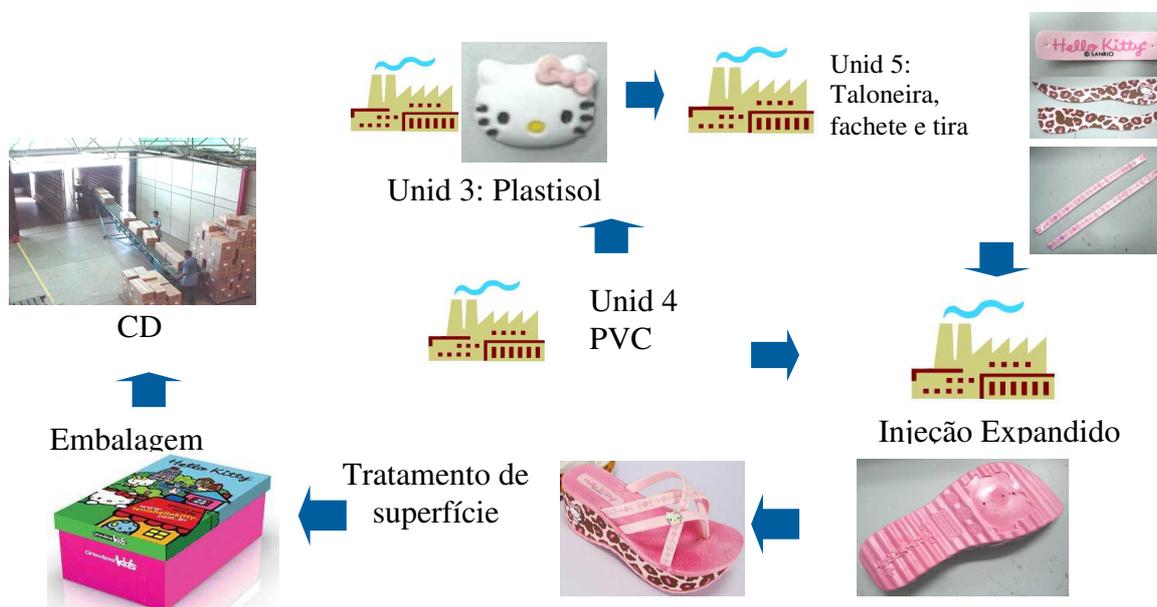


FIGURA 6: Etapas da produção
 Fonte: Grendene Calçados S/A

Como observamos, o processo em si começa na U-IV, que envia o PVC para a U-III, onde são injetados o enfeite e outros componentes, taloneira, facheiro e tira, que seguem para U-V, onde são trabalhados (pintura, costura, serigrafia). Da U-IV, também parte o PVC para ser injetado a sola na U-VI ou U-VII, que recebe, também, componentes da U-V, que serão utilizados para a montagem final do calçado ainda na U-VI ou U-VII, onde, por fim, é embalado o produto final numa esteira, seguindo para a U-II, o Centro de Distribuição, para ser escoado.

Devemos assinalar que a descrição da organização da empresa deve ser historicamente datada. Estamos falando de processos que funcionam em 2008; nem sempre foi assim e breve não será mais. Como podemos perceber em nossa pesquisa, a Grendene-Sobral desde sua instalação passou por constantes transformações, que vão desde a ampliação da capacidade instalada (as sete fábricas foram surgindo com a lucratividade do investimento) à organização em si do processo produtivo. A crescente informatização do processo produtivo se intensificou no ano 1997, com a modernização da rede de Intranet e Internet da empresa, possibilitando maior controle dos processos em operação. A circulação eficaz da informação, assim como na escala dos círculos de cooperação da empresa, também é fundamental na microescala do processo produtivo. Tudo o que circula no espaço interno da produção tem um

código de barra, que, controlado por leitores ópticos distribuídos nas sete fábricas, pode ser rigidamente rastreado pelo PCP. Este atua monitorando o ritmo de produção, quantidade produzida e prazos de entrega, inclusive o traslado dos caminhões, seja trazendo insumos ou enviando o calçado pronto, tudo operando sob o imperativo da *tecnologia da informação*, central no atual período, garantindo precisão, fluidez e eficácia à produção, seja no espaço interno da produção ou no *espaço industrial* das múltiplas articulações para completar a produção do calçado.

Embora intensiva em trabalho vivo, a empresa vem incorporando cada vez mais máquinas modernas, que automatizam parte da produção. A informatização do processo produtivo já é realidade em determinados processos, requisitando, também, uma força de trabalho com conhecimentos técnicos que vão além do trabalho manual, como destaca a seguinte entrevista: “Agora botaram a ‘Hot Stamp’ que é uma máquina que pinta. Antes 10 pessoas pintavam um produto e agora essa máquina faz tudo sozinha” (E2, feminino, seis anos de empresa).

Somado a isso, outro destaque da organização da produção é a necessidade de flexibilidade do *layout* das máquinas e disposição dos trabalhadores. Dependendo do calçado a ser produzido, temos uma disposição diferente das máquinas. Estas são facilmente transportadas para formar um novo *layout*. Com a mudança da organização das máquinas, muda também a disposição dos trabalhadores para controlá-las (ou serem controlados).

Em entrevista trabalhadores da empresa revelam que a mudança de organização é frequente, pois, finalizada a produção de um modelo, logo em seguida tem-se a montagem de um novo *layout* para atender as demandas do modelo que será iniciado, como relatam os entrevistados a seguir:

A estrutura da esteira muda sempre. Depende do material muda tudo neh. Cada material tem um processo diferente. Tem um que é só cola, tem um que é montagem de plastisol, outro que é plastisol e Eva, velcro. Ai de acordo com o modelo, o que o modelo exigir, ai a estrutura é montada pra ele. Quem monta a esteira é o abastecedor e o auxiliar. Tem um almoxarifado lá que guarda as máquinas. Na parte de cima. Ai a gente pede e eles descem as máquinas. Ai tem um carrinho lá, chamado patinho neh, que a gente leva as máquinas para o lugar da esteira. O material que eu to trabalhando são dois materiais neh, ai quando passa de um material pro outro muda alguns processos neh, ai a gente deixa as máquinas que vai usar logo do lado da esteira pra não precisar ir buscar. Ai depende muito de material. Tem material que roda 7 meses com a mesma esteira, tem outras que roda 1 mês. Depende do programa neh. (E23, masculino, 2 anos e 7 meses de empresa)

Dependendo do modelo da sandália muda a esteira. Tem sandália que precisa de arrebite, tem outra que precisa velcro, dependendo do processo a esteira muda. A gente sai pro almoço se tiver terminado o material a esteira ta diferente na volta. É

rápido, é de 10 a 20 minutos para montar uma nova esteira. (E15, feminino, 7 anos e 6 meses de empresa)

Como costumam dizer os trabalhadores, “saímos para almoçar e quando voltamos temos uma nova organização da produção”, isto é, uma nova esteira é montada; o número de trabalhadores por esteira varia de acordo com o processo; novas células de produção são formadas, outras desfeitas ou reestruturadas, enfim, uma dinâmica que se contrapõe à rigidez sempre atribuída ao setor calçadista de trabalho intensivo.

A articulação da produção intraempresa se completa na relação que as filiais instaladas, inicialmente no Ceará, e agora na Bahia, estabelecem. Sobral, por concentrar toda a produção de PVC da empresa e a maior parte da fabricação de componentes desempenha centralidade nessas trocas. Como podemos observar nas figuras 7 e 8, no Rio Grande do Sul temos a participação da Matriz Administrativa de Farroupilha e a “matrizaria” de Carlos Barbosa, na etapa inicial do processo produtivo, e, na escala do Ceará, a relação ocorre entre as três filiais.

Crato, por concentrar a produção do EVA, envia componentes desse produto para Sobral. A Grendene-Sobral, por sua vez, também envia componentes para o Crato. A fábrica de Fortaleza envia componentes para a fábrica instalada em Sobral. Esta, por sua vez, envia componentes e sola para Fortaleza. A divisão do trabalho intraempresa se completa com a relação Sobral-Horizonte (CE) e Sobral-Teixeira de Freitas (BA). No primeiro grupo, a Grendene-Sobral envia componentes para Vulcabrás, empresa pertencente ao grupo Grendene, instalada em Horizonte, Região Metropolitana de Fortaleza. Com a Bahia, a relação é com a mais nova fábrica da Grendene, que iniciou suas operações no final de 2007, passando a receber PVC de Sobral.

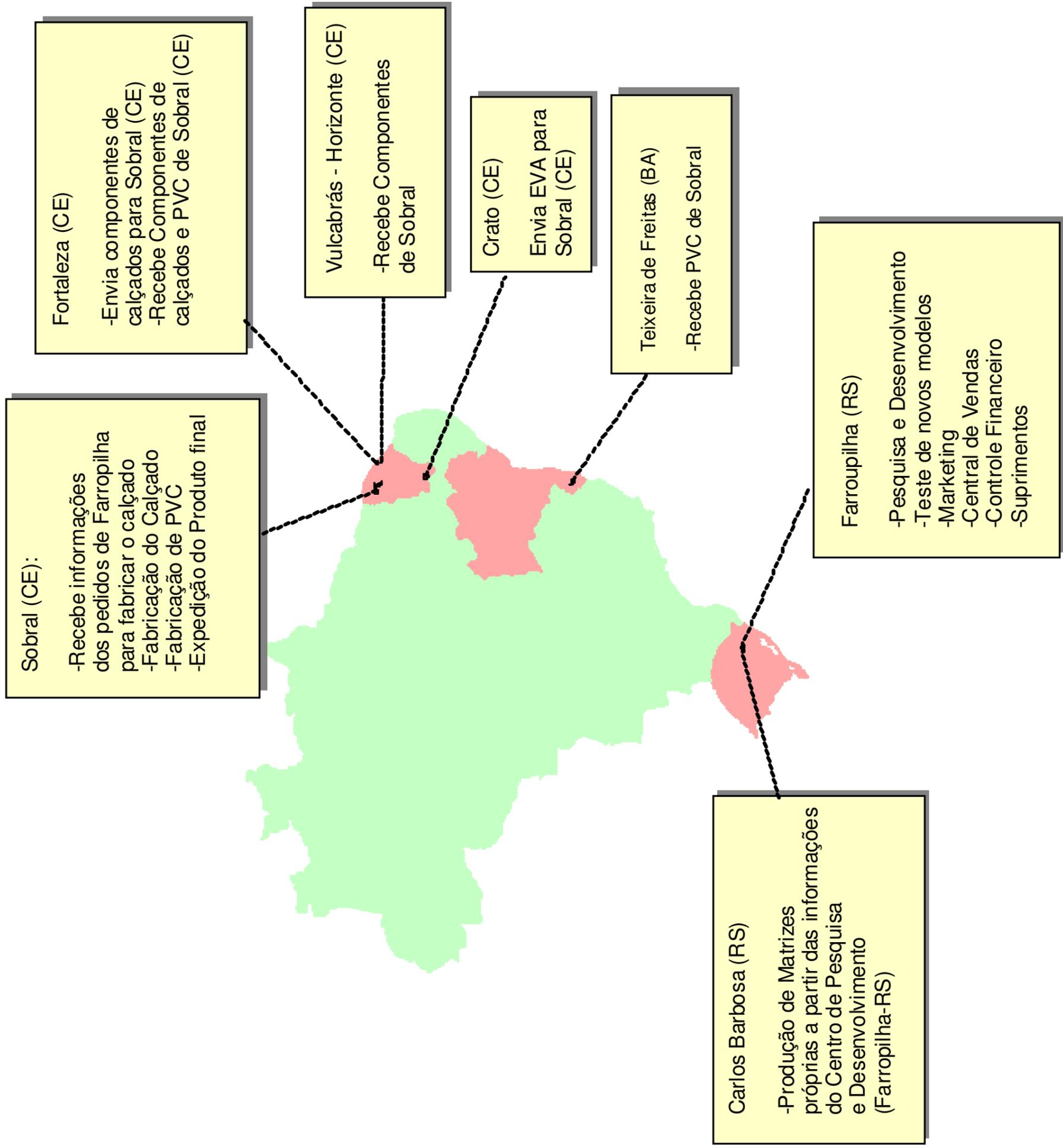


FIGURA 7: Divisão espacial do trabalho intra-empresa
 Fonte: Pesquisa Direta

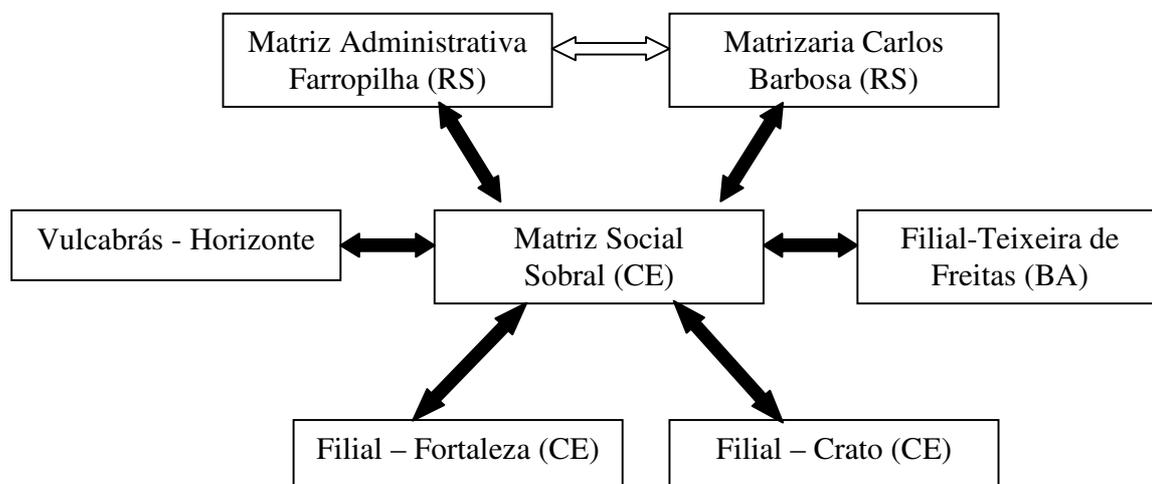


FIGURA 8: Síntese das relações entre fábricas
Fonte: Pesquisa Direta

A densidade de relações escalares que o Município passa a desempenhar pós-instalação da Grendene é mais um elemento das transformações por que passou Sobral nos últimos 15 anos. Sem dúvida, porém, é quando tratamos da trama de relações que a Grendene-Sobral exerce na aquisição do insumo e no envio do produto final que a escala de relação que o Município passa a estabelecer se intensifica, não respeitando a fronteira nacional.

No que diz respeito à aquisição da matéria-prima, na escala do Brasil, como podemos observar na figura 9, três das cinco regiões brasileiras enviam insumos para Sobral. É da região Sudeste que a Grendene-Sobral recebe a maior quantidade de insumos, 60% do total. A região Sul fica responsável por 10% e o Nordeste por 8%. No Sudeste, temos destaque para o Estado de São Paulo, aparecendo como o recorte territorial que mais participa do sistema de trocas com a Grendene-Sobral; no Sul, o destaque fica para o Rio Grande do Sul; e, no Nordeste, podemos salientar a participação da Bahia e do Ceará, este último, principalmente, a partir de fornecedores instalados na Região Metropolitana de Fortaleza. O Município de Sobral também participa dessa etapa do circuito espacial da produção. Aproveitando o gigantismo da Grendene-Sobral, duas empresas fornecedoras também migraram para o espaço urbano sobralense. A Belplast, indústria de capital gaúcho, se instalou no Município no ano de 1998, contando com todo o apoio da Prefeitura Municipal no que diz respeito à doação do terreno e infraestrutura de funcionamento (energia e água). A fábrica instalada em Sobral tem como objetivo a produção de pigmentos corantes, fornecendo diretamente para a Grendene-Sobral, como destaca o proprietário Antônio

Santos da Silva ao Correio da Semana, no dia 02 de novembro de 1997: “Estamos vindo para Sobral abastecer a Grendene. Nós iremos suprir as suas necessidades, já que a mesma será nosso principal cliente do Ceará” (Correio da Semana, 02 de novembro de 1997, p. 5).

Outra fornecedora foi a Embacel, fábrica de embalagens de papelão, de capital cearense, que instalou uma filial no Município em 2003, também com o objetivo de fornecer diretamente para a Grendene-Sobral. Soma-se a essas duas empresas a Liko-Tintas, instalada no Município de Massapê, no ano de 2006³², de capital gaúcho, que já dispunha de uma filial em Maracanaú, mas instalou outra naquele Município para garantir maior competitividade no fornecimento do insumo para a Grendene-Sobral.

Como percebemos, o volume de produção e, conseqüentemente, de insumos necessários pela filial de Sobral justificando a migração de alguns fornecedores para a escala local, fazendo com que o Município participe com 8% do fornecimento de matéria-prima para a fábrica sobralense.

A etapa inicial do circuito espacial da produção, isto é, a compra de insumos, se completa com a escala internacional. A Grendene-Sobral adquire 14% do que consome além da fronteira do País, principalmente, Estados Unidos e China, com o fornecimento de resinas e tecidos sintéticos. A China é responsável, também, pelo fornecimento de brindes (ursos, carrinhos, relógios). Algumas linhas de calçado infantil são vinculadas a brinquedos para atrair esse segmento de consumidores. Como revelamos anteriormente, na tabela 19, as importações da Grendene-Sobral perfazem, em 2007, 65, 11% de todo o valor de importação do Município, demonstrando a centralidade da empresa na escala local.

³² Devemos frisar que a Liko Tintas, instalada em Massapê, finalizou suas atividades em 2007, quando a Grendene cortou a aquisição do insumo, alegando preço mais barato na concorrência. A fábrica encontra-se fechada, tendo dispensado todos os trabalhadores.

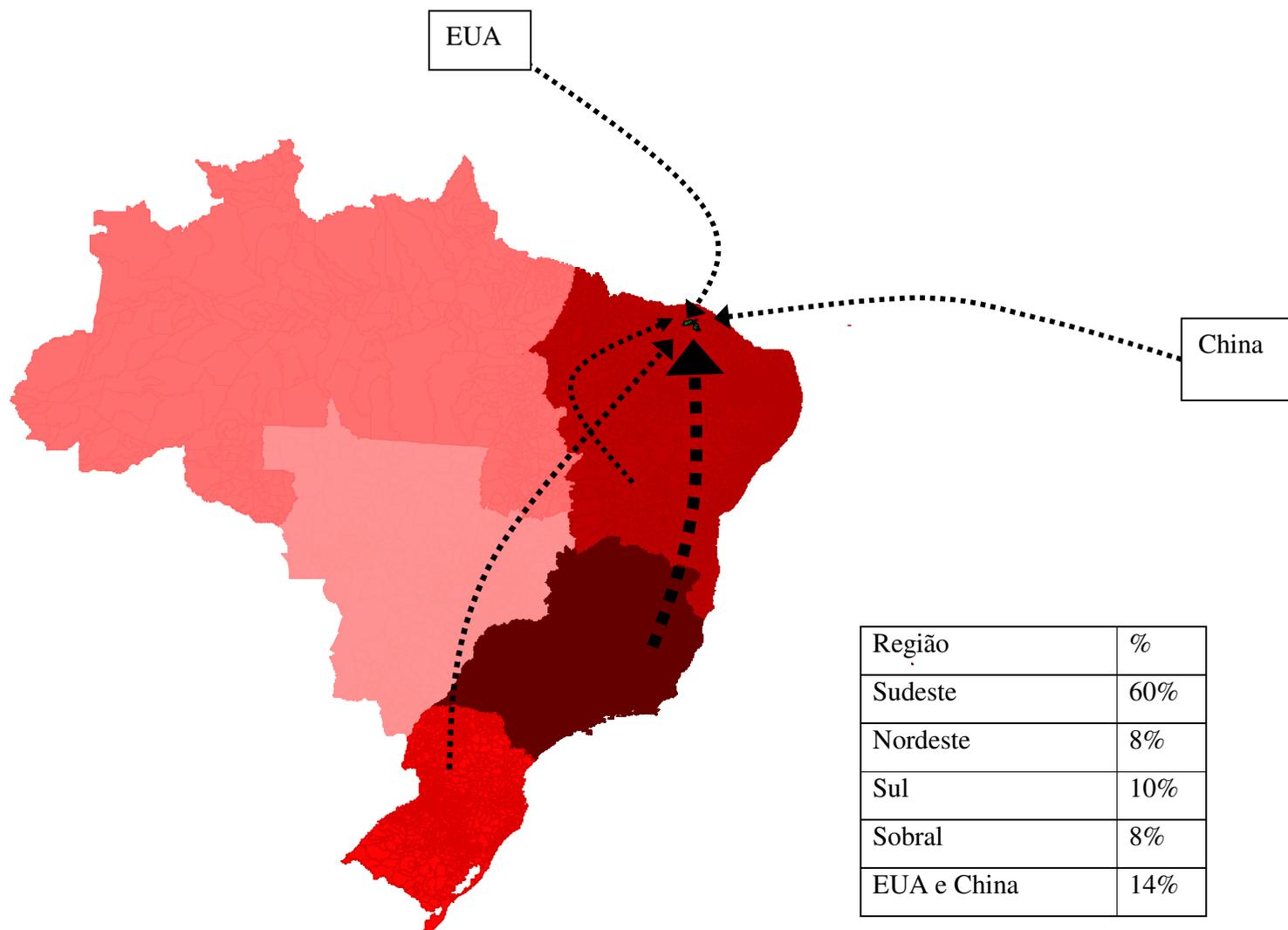


FIGURA 9: Origem da Matéria-Prima - 2008
Fonte: Pesquisa Direta

É no envio do produto final, no entanto, que a relação de Sobral com os diversos subespaços tem maior intensidade. A Grendene-Sobral tem como maior consumidor o mercado nacional. A exportação tem uma participação oscilando entre 15 a 25%, dependendo das condições vigentes no mercado, principalmente a cotação do dólar e concorrência asiática na escala internacional. A sazonalidade é uma marca da demanda por calçados. Por trabalhar com calçados abertos, principalmente sandálias, as estações do ano tanto no mercado interno e externo influem na demanda, como podemos constatar no gráfico 4. Os períodos de menor dinâmica produtiva são abril, maio e junho, começando a recuperar produção em julho. Essa sazonalidade tem implicações diretas na escala local, seja na dinâmica do fluxo de caminhões que cruzam o espaço urbano sobralense para atender a fábrica ou na contratação da força de trabalho, que se concentra principalmente nos meses de julho e agosto, dependendo do volume dos pedidos.

Volume total de vendas - Pares (X 1000)

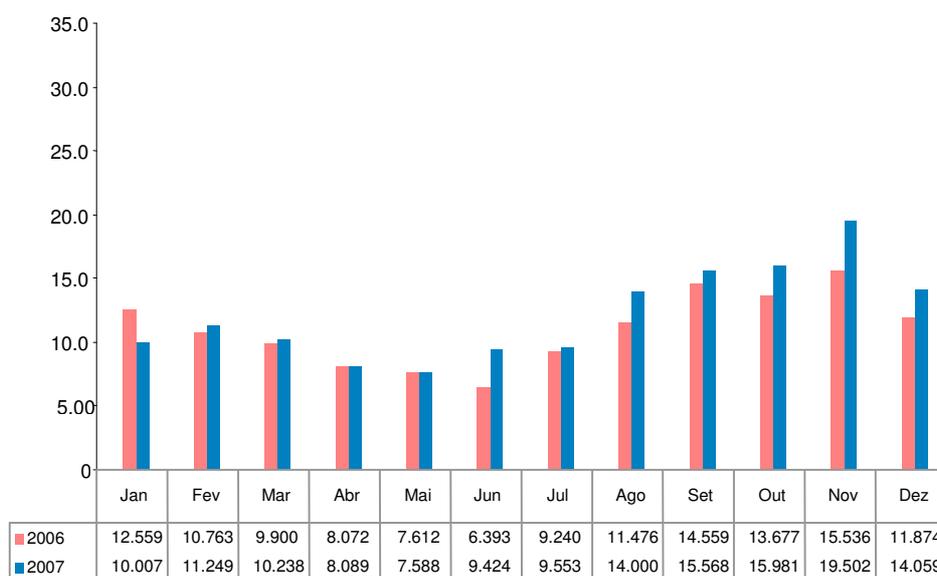


GRÁFICO 4: Sazonalidade da produção da Grendene-Sobral
Fonte: Grendene Calçados S/A

As exportações de calçado se concentram nos três primeiros meses do ano, chegando nesse período a perfazer quase 50% das vendas da empresa, mas de abril até dezembro o mercado interno tem sua hegemonia garantida, como podemos observar no gráfico 5. Conforme a referida ilustração, no ano de 2007, foram embarcados 105.524 pares de calçados para o mercado interno,

contra apenas 39.734 para o mercado externo, demonstrando a importância do consumo nacional no total das vendas.

Pares Embarcados (X 1000) - 2007

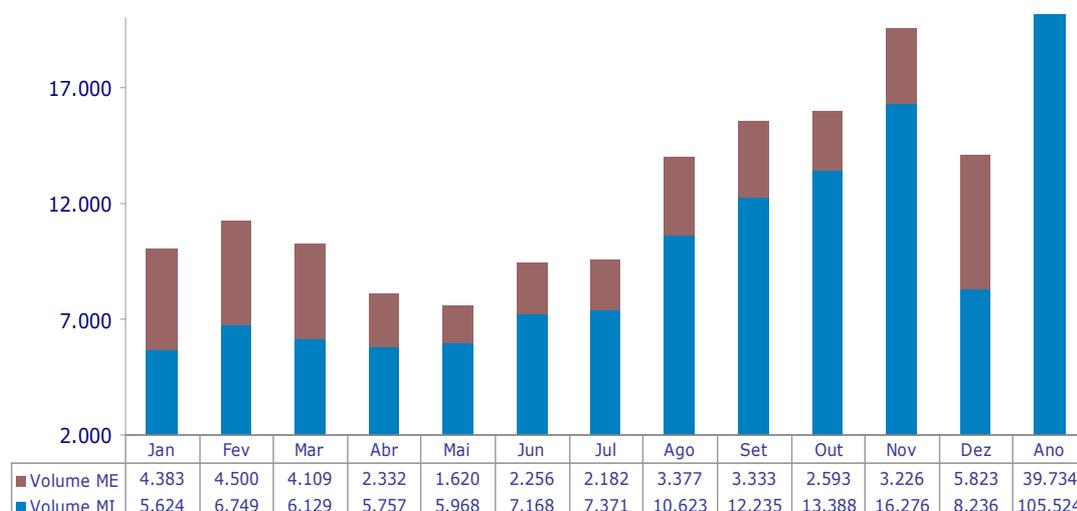


GRÁFICO 5: Destino da produção: mercado interno e externo
Fonte: Grendene Calçados S/A

Como já enfatizamos, a comercialização do produto final ocorre via representantes comerciais, ligados à empresa. Cada representante tem sede e área de atuação territorial. São cerca de 50 representantes comerciais distribuídos tanto no Brasil, como nos principais países exportadores, que ficam responsáveis diretos pela venda do produto final e busca de mercados. Embora a Grendene-Sobral não mantenha relações diretas de comercialização com os representantes comerciais, nas trocas dos *círculos de cooperação*, as vendas dos representantes é que direcionam para onde a fábrica deve enviar o produto final, completando o *circuito espacial da produção*.

No mercado interno, a Grendene-Sobral envia o produto final para todas as regiões brasileiras. Assim como na compra de insumos, como podemos observar na figura 10, é com a região Sudeste que o Município estabelece uma relação de troca mais intensa, consumindo 50% de tudo o que é direcionado para o mercado interno. A região Nordeste, por ser um mercado de

relativa estabilidade, pois faz sol o ano inteiro, sai em vantagem, se comparada ao consumo da região Sul. A primeira região consome 18%, enquanto a segunda 15%. Fecham o circuito o Norte com 8%, e o Centro-Oeste com 7%. Devemos frisar que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais são responsáveis por consumir a média de 40% de toda a produção, demonstrando que a realização do consumo não se efetiva na fronteira da região Nordeste, quanto mais da escala local, reforçando o fato de que Sobral é um mero espaço da produção, tendo ínfima participação no consumo, resta-lhe produzir.

No Brasil, os principais compradores da Grendene-Sobral são as grandes redes de supermercado, como o Carrefour, lojas de departamento, como a C&A e Renner, e lojas especializadas em calçados.

Embora o mercado externo tenha menor participação no volume total de vendas, o raio de ação da Grendene-Sobral é difuso nos diversos subespaços do globo. Estados Unidos, Paraguai e México já chegaram a representar cerca de 60% do total de exportações, oscilando nos últimos anos numa média de 30% do total consumido. Uma média de 80 países participam do consumo do produto final da Grendene-Sobral. Na distribuição total por grandes regiões do globo, a América Latina fica responsável pela média de 70% do consumo total, enquanto a União Européia 15%, os Estados Unidos, sozinho, com 10% e as demais regiões do globo com 5%. Com isso, a Grendene-Sobral chega a responder por cerca de 8 a 9% das exportações brasileiras de calçado, em termos de volume físico exportado. Não custa lembrar, como revelamos na tabela 17, que as exportações da Grendene-Sobral são responsáveis, no ano de 2007, por 99,46% do valor total das exportações do Município.

As operações da empresa no Exterior podem ser efetuadas, de maneira geral, por duas vias. Primeiro, exportações diretas de consumidores consolidados, como a Calzado Andréa, empresa mexicana, que não possui fábrica própria, atuando no mercado subcontratando a produção da Grendene-Sobral. Nessa relação, o produto final sai com a marca da empresa mexicana, que dispõe de um galpão no Município de Maracanaú, para onde a Grendene-Sobral envia toda a encomenda feita, para um rígido controle de qualidade da Calzados Andréa e posteriormente direcioná-la ao mercado externo.

Segundo, por intermédio das subsidiárias da Grendene Calçados S/A no Exterior. A empresa dispõe da Saddle Corporation, localizada no Uruguai, em forma de *holding*, que detém participações societárias nas empresas Saddle Calzados, na Argentina, distribuindo o produto

final nesse país, e na Grendha Shoes, localizada no Estado de Delaware, Estados Unidos, distribuindo os calçados no mercado desse País, tendo como principais compradores a grande rede Wal-Mart e as grifes Payless e GAP.

Para dar conta da logística da distribuição, a Grendene-Sobral terceiriza transportadoras, que ficam responsáveis pela entrega do produto final. Induzidas pela intensa dinâmica de relações, três empresas de transporte de carga instalaram filias dentro da planta da industrial da Grendene-Sobral: - Mercúrio, Cometa e MAQ, - atraídas para o Município pós-instalação das unidades fabris, mais um efeito desencadeado pela força desse fixo industrial.

Não que somente as três empresas participem da articulação da Grendene-Sobral com as diversas parcelas do espaço, mas elas são as principais. Há uma divisão do trabalho entre as três: a Mercúrio tem o raio de ação nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, tanto na distribuição do produto final como no transporte de matéria-prima, principalmente da articulação entre a Matriz, em Farroupilha (RS), e a “matrizaria” em Carlos Barbosa (RS), mas também trazendo os demais insumos necessários à produção. A Cometa é responsável pela distribuição nas regiões Norte e Nordeste, como também pelo transporte de insumos adquiridos nessa porção do Território nacional. Já a MAQ tem como papel a articulação das três filiais instaladas no Ceará, transportando insumos de uma para a outra, bem como algumas matérias-primas que chegam via porto do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, RMF, ou Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza.

O transporte rodoviário é responsável por 100% das trocas na escala nacional e 5% do internacional, principalmente países próximos da América do Sul. São cerca de 600 a 700 caminhões por mês na porta da fábrica para garantir a continuidade da produção.

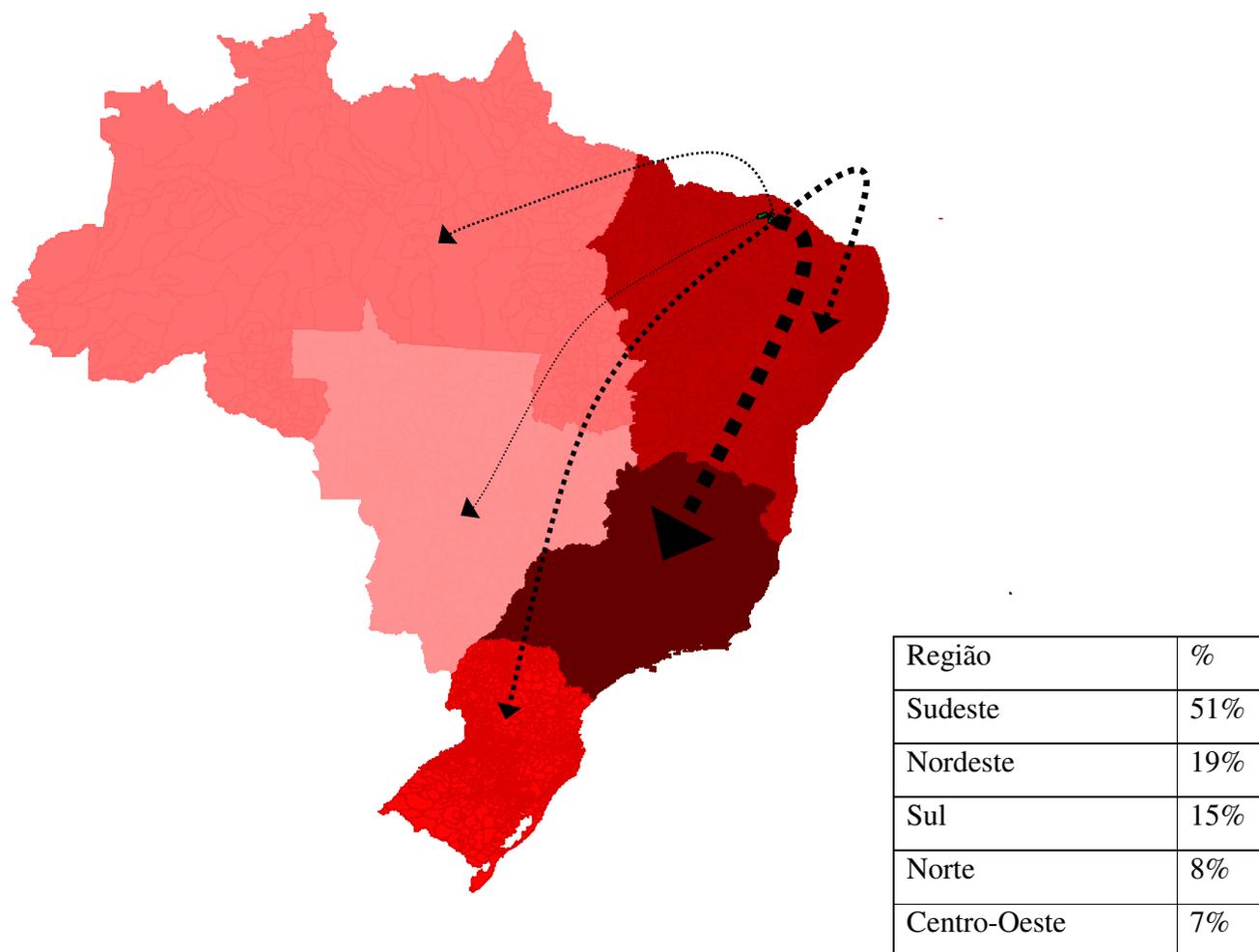


FIGURA 10: Destino do produto final, conforme as regiões - 2008
Fonte: Pesquisa Direta

A paisagem próxima ao portão de embarque e desembarque de matérias-primas e produto final é marcada por uma fileira de caminhões com placas de diversos lugares do Brasil na espera de uma ordem para cumprir sua função. Na segunda posição temos o transporte portuário, responsável por 75% das trocas internacionais e, por fim, com transporte aéreo com participação de 20% nessa última escala do globo.

Percebemos, assim, que a Grendene-Sobral usa o espaço sobralense apenas como um suporte para sua produção. A fábrica usa o espaço como recurso, aproveitando dois principais fatores locais: o preço da força de trabalho (e a ausência de sua organização) e os incentivos fiscais. Quanto à proximidade do mercado consumidor (última etapa do circuito espacial da produção), Sobral oferece vantagem competitiva para a parcela da produção exportada, por estar próximo ao porto do Pecém, São Gonçalo do Amarante, com menor tempo de traslado para escoar a mercadoria na escala internacional. Se, porém, analisarmos o fato de que 65% da produção é consumida no Sul e Sudeste do País e 70% dos insumos também são oriundos das duas regiões, percebemos que as isenções fiscais e o preço da força de trabalho se impõem como determinantes para compensar os custos de transporte e justificar a produtividade alcançada pela empresa nesse período de uso intenso da rentabilidade espacial sobralense.

Não obstante, além das redes, transpondo a opulência que a Grendene impõe a Sobral, situando o Município em papel de destaque na análise dos dados macro-econômicos nacionais, apropriados como símbolos do sucesso da política industrial, há o *espaço banal*, o espaço de todas as relações, onde a força dinamizadora da indústria também impõe uma transformação.

Tal rebatimento se materializa na reprodução do espaço urbano-regional, via periferização, aumento do preço do solo, deslocamento espacial dos trabalhadores, formação de um mercado de aluguéis, isto é, um conjunto de processos que fogem de controle da empresa e de sua responsabilidade, mas que são impulsionados a partir dela.

A análise desses e de outros processos completam a investigação da reestruturação socioespacial do Município, impulsionada pela Grendene. Seu reconhecimento evidencia o que realmente fica no lugar, o que é socializado para todos, já que o lucro, isto é, o fruto do trabalho alheio, é escoado na *sangria do território* (SOUZA, 2003).

4.3. A dinâmica do mercado de trabalho

A instalação de um fixo industrial da magnitude da Grendene no Município não poderia ocorrer sem impor nova dinâmica de fluxos ao espaço urbano-regional. Os fluxos até agora apresentados, seja do processo produtivo ou dos circuitos espaciais da produção, e círculos de cooperação, são controlados a distância, por ordens externas ao lugar, razão por que representam as relações verticais que o lugar estabelece com os diversos subespaços para efetivar a produção, isto é, relações em *redes*.

Como nos ensina Milton Santos, todavia, “além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns” (SANTOS, 2005, p.139).

O *espaço banal*, esse espaço de todos, de todos os processos, é marcado pela horizontalidade dos acontecimentos, em que a nova dinâmica é materializada na escala do lugar. Sem dúvida, a consolidação da produção calçadista no Município de Sobral não alterou apenas os componentes da materialidade do lugar, para garantir a fluidez da produção, as contas municipais, além da inserção do lugar por meio dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação na divisão espacial da produção calçadista. O processo de proletarianização que se iniciou em Sobral pós-instalação da fábrica da Grendene, impondo uma nova mobilidade da força de trabalho, é um evento que merece destaque na leitura da reestruturação socioespacial por que passa o Município nos últimos anos.

Como vimos anteriormente, o perfil da indústria local até a década de 1990 foi marcado por estabelecimentos de médio e pequeno porte, que recrutavam um número reduzido de trabalhadores, em sua maioria, do próprio município.

A composição da população ocupada no setor, entre 1985-1990, retrata que o emprego industrial já tinha sua importância na economia local. Em 1990, segundo dados da RAIS, Sobral contava com 2.604 trabalhadores ocupados formalmente na indústria de transformação, posicionando-se no contexto estadual, atrás apenas de alguns municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. O peso de tais números, no entanto, na divisão dos setores de economia ainda eram inferiores aos gerados no terciário. Enquanto, em 1990, a indústria

concentrava 2.604, o comércio e os serviços juntos agregavam 4.302 trabalhadores, uma relativa hegemonia em relação ao setor secundário.

Em contrapartida, com a instalação da Grendene em 1993, os números do mercado de trabalho passaram a gravitar numa nova ordem. Se o Município polarizava (e continua polarizando) a região norte do Ceará no comércio e serviços, tanto na oferta de produtos como no recrutamento de força de trabalho, com a consolidação da produção industrial no lugar, Sobral conhece hoje uma nova dinâmica no mercado de trabalho, via trabalhador industrial.

Como podemos observar no gráfico 6, no intervalo de 1990-2000, o emprego industrial saltou, em apenas dez anos, de 2.640 para 10.948. Tal crescimento tem como principal motor a grande força de trabalho consumida pela Grendene-Sobral. Só a empresa recrutou, no ano de 2000, 8.596 trabalhadores, restando para os demais estabelecimentos a participação em apenas 2.352 postos de trabalho.

Os números apontados por este gráfico ainda revelam uma inversão na população ocupada por setor da economia. Se, em 1990, o terciário comandava o recrutamento de força de trabalho, em 2000, o emprego industrial foi maior do que a soma de todos os outros setores³³, confirmando a nova polarização industrial no Município.

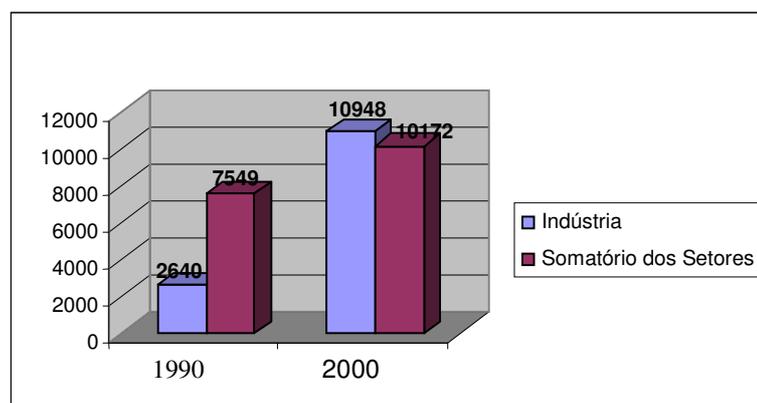


GRÁFICO 6: Participação do emprego industrial na economia – 1990-2000
Fonte: MTE/RAIS

Essa nova lógica é impulsionada pela força dinamizadora da Grendene-Sobral, evidenciada, tanto por sua participação nos indicadores econômicos locais como por sua grande

³³ Os demais setores são extrativismo mineral, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, Administração Pública e agropecuária.

capacidade de geração de emprego. Com a expansão das unidades produtivas em Sobral, totalizando em 2004 sete plantas industriais, que se articulam para a produção do calçado, a empresa totalizou no ano de 2007 17.224 trabalhadores, aumentando sua participação no total da população ocupada no Município, inserindo uma grande parcela da força de trabalho na lógica racional da produção industrial. Como podemos analisar no gráfico 7, com suporte nos dados da RAIS para o ano de 2007, a indústria de transformação aumenta sua hegemonia ante os demais setores da economia. Ela foi responsável por 55,83% do trabalho formal do Município. O importante desse indicador é revelar, que dos 19.958 trabalhadores da indústria de transformação do Município, 17.224 foram da Grendene-Sobral. No Município, estavam registrados junto à RAIS 171 estabelecimentos industriais. Comparando os números entre o total da indústria de transformação e os trabalhadores calçadistas, percebemos a centralidade da Grendene, restando aos outros 170 estabelecimentos a geração de apenas 2.734 empregos. Essa centralidade se impõe também ao plano municipal, pois a empresa foi responsável por 48,18% do trabalho formal do Município, ultrapassando inclusive o somatório dos empregos gerados por todos os outros setores da economia, como percebemos no gráfico 8.

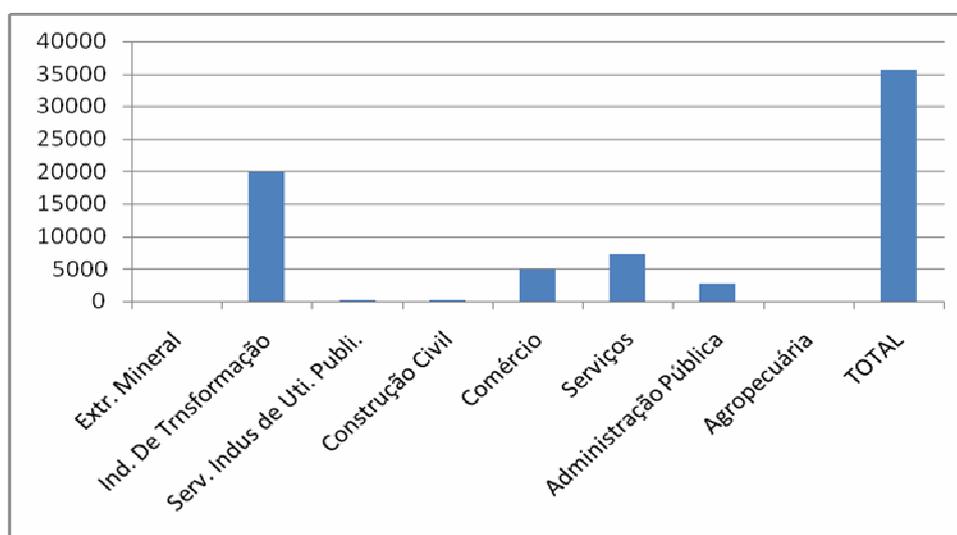


GRÁFICO 7: Distribuição do emprego formal por setor da economia - 2007
Fonte: RAIS/TEM

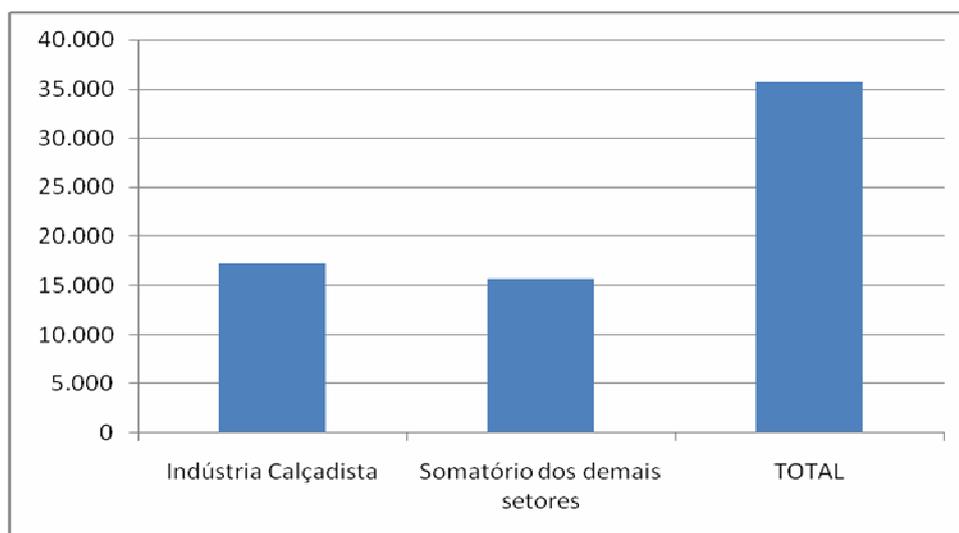


GRÁFICO 8: Participação do trabalhador calçadista no mercado de trabalho
Fonte: RAIS/TEM

Embora a Grendene, em seu sítio na Internet, disponibilize uma seção de cadastro para recrutamento, onde os trabalhadores podem preencher todos seus dados e escolher a função a que aspiram desenvolver dentro da empresa, desde o chão de fábrica até cargos especializados de nível superior, o processo de contratação ocorre via SINE/IDT, que passou a desempenhar papel fundamental na intermediação empresa-trabalhador.

Para ser contratado, o requisito básico exigido pela empresa é o ensino fundamental II (antigo primeiro grau completo) e ser aprovado numa prova de raciocínio lógico e Matemática básica. Os operários do chão de fábrica entram como ajudante de produção, sendo treinados no espaço interno da fábrica, ocupando funções específicas no processo produtivo. Os meses de julho a agosto concentram as contratações, acompanhando um crescimento da produção para atender os pedidos das festas do final de ano e as exportações.

O perfil da força de trabalho é caracterizado por trabalhadores jovens, concentrados, principalmente, no intervalo de 18-29 anos, com um equilíbrio entre homens e mulheres na linha de produção, com ínfima superioridade do sexo feminino, segundo dados revelados pelo cadastro do RAIS no ano 2007. O que marca a força de trabalho consumida pela Grendene-Sobral é sua falta de tradição no trabalho industrial. Com base em nossas entrevistas, a maioria dos operários jamais havia ocupado um posto na indústria e uma boa parte sequer exercia alguma atividade produtiva ou, se exercia, esta não era formal.

A incorporação da população local à lógica do trabalho fabril foi sempre apontada como a maior dificuldade encontrada na escala local pela empresa, como informa Dalcides Portolan, Gerente Industrial da empresa, em entrevista ao *Correio da Semana*: “O que nos preocupa é a falta de cultura industrial. A cidade está voltada para a cultura comercial. Assim sendo teremos que trabalhar na reciclagem das pessoas” (Correio da Semana, 06 de novembro de 1993, p. 4).

Devemos destacar aqui o papel, no Município, das seguintes instituições de ensino para a formação da força de trabalho: CENTEC, na formação de técnicos, com turmas específicas para trabalhadores da Grendene; do CDL, que oferece curso de pós-graduação em parceria com a Universidade Vale do Acaraú (UVA), grau de especialização, também para trabalhadores da empresa, formando um grande contingente de trabalhadores incorporados ao trabalho fabril; e do SENAI, com cursos de curta duração, atuando na formação da força de trabalho industrial.

Tal processo de proletarização inseriu um grande número de trabalhadores num cotidiano vigiado, repetitivo e intensivo do trabalho fabril. A fragmentação é a marca do trabalho. Cada operário ocupa função específica no espaço da produção. Em entrevista, os trabalhadores relatam que aprender a função não é difícil. Usando processos simples e repetitivos, executar a função é mero exercício prático, como evidenciam os entrevistados:

As funções são simples de aprender. Na mesma hora tu aprende, quando tu aprende eles vão aumentando o tempo da esteira. Tudo lá é prática. (E27, masculino, 3 anos de empresa).

Aprender é fácil, qualquer um passa cola, qualquer um monta, qualquer um faz qualquer coisa, o problema é o tempo da esteira. (E9, feminino, 7 meses de empresa).

Se nos esquemas clássicos de organização do trabalho, porém, a fixação do trabalhador numa função específica era eterna, pois a prática e a repetição garantiam aumento da produtividade, o que observamos na empresa pesquisada é uma tentativa de rotação de funções. Tal rotação é proporcionada pela simplificação dos movimentos. Como dizem alguns trabalhadores, “até criança consegue fazer nosso serviço”. A descrição a seguir das etapas da produção de uma esteira evidencia essa simplificação da atividade:

O “Hot Wheels” o processo dele é limpeza, montagem de velcro, passagem de cola, Eva e rolinho. Pra limpar são duas pessoas, uma de cada lado da esteira, ai solta na esteira, ai quatro pessoas pega o material da esteira e passa cola ai solta de novo, ai mais na frente tem uma que soltam o velcro e o plastisol na esteira, ai tem outra que só faz montar o

velcro e plastisol na peça, ai outra pessoa prensa, ai solta na esteira de novo, ai mais na frente, tem uma que passa o rolinho no nome do modelo, ai passa a tinta lá, ai tem mais embaixo a passagem de cola na parte que vai ser injetado, ai pronto, vai pra revisão. (E23, masculino, 2 anos e 7 meses de empresa).

Fragmentação e simplificação dos movimentos, sem dúvida, são a marca do processo produtivo. Com essa característica, os trabalhadores podem ser constantemente remanejados para outras funções e fábricas. É comum no cotidiano do trabalho sair de colagem e passar para a prensa, sair da frequência e ir para pintura, de acordo com as necessidades da produção, marcando a mobilidade do trabalhador no espaço interno da produção. Quando uma esteira termina seu processo e não tem programação para continuar produzindo, os trabalhadores são emprestados para outras esteiras ou fábricas, onde aprendem outra função.

A mobilidade do trabalho dentro da fábrica é constante. De acordo com nossas entrevistas, em grande parte os trabalhadores nunca ficaram numa só função ou na mesma unidade. Móveis, livres, adaptáveis são as palavras de ordem da mobilidade do trabalhador sob o controle do capital. O trabalhador deve ser flexível, atender aos imperativos da organização da produção, estar apto a ser usado em qualquer processo ou turno para garantir seu emprego, como explicita Gaudemar (1977, p. 219):

[...] o operário deve adaptar-se a uma modificação periódica do lugar do seu tempo de trabalho, no decorrer do dia; uma semana, trabalha de manhã, outra à tarde, outra ainda à noite, e conseqüentemente deverá conciliar com esse ritmo a sua vida fora do trabalho. A mobilidade da força de trabalho surge assim como a sua capacidade, não só de ser utilizada durante um máximo de tempo, mas além disso em qualquer momento do dia, apenas segundo as exigências do capital investido, na total indiferença do seu ritmo individual ou familiar de vida. Se a mobilidade teve até aqui a forma de indiferença ao trabalho propriamente dito, a partir de agora vai ter a de uma indiferença forçada ao ambiente exterior do trabalho, repouso, tempos livres, etc., indiferença a qualquer outra vida que não seja a de trabalho.

Em nossas entrevistas, constatamos essa exigência à mobilidade. A troca de turno é comum. Alguns trabalhadores já passaram por todos os turnos e funções, como revelam as entrevistas a seguir:

Entrei em 2006 na fábrica 7, na função de preparador de sola, passei 6 meses passando um produto lá nas solas. Depois de 6 meses, fui transferido para outro setor chamado “flocos”, dentro da fábrica 7 mesmo, numa máquina que deixa o calçado com um aspecto de veludo, sabe como é? Lá eu passei 7 meses. De lá fui transferido para a 6, por causa da baixa produção na 7. Na 6 eu pintava, empilhava, revisava, passei 3 meses fazendo isso no primeiro turno, não tinha função fixa, se eles precisassem de alguém

numa dessas funções eu ia, porque sabia fazer tudo. Depois desses 3 meses, aí eu passei para o terceiro turno, por causa da baixa produção. Aí eu fui para montagem do terceiro turno, na fábrica 6, montagem e colagem. Aí minha função lá eu ficava numa máquina chamada sorveteira. Depois disso, eu fiz seleção para o controle de qualidade. Quando eu fiz eram 149 candidatos para uma vaga. Aí fui para a fábrica 3 no terceiro turno, ainda no terceiro turno fui transferido pra 1, ser controle. Aí depois disso, a montagem e pintura da 1 acabou, aí fui transferido para o primeiro turno, montagem da fábrica e já fui emprestado para a fábrica 5 por alguns dias. Só não trabalhei até agora na 4. (E27, masculino, 3 anos de empresa).

Trabalhei na 2, na 3, na 1, na 7, na 6, só não na 5. Na 2 foi encaixotamento, na 3 na montagem, como reserva. Na 1 passando cola e no encaixotamento também. Na sete eu trabalhei fazendo tampa, dobrando as tampas. Passei mais tempo na 3 e na 6. (E15, feminino, 7 anos e 6 meses de empresa).

Entre na fábrica 7 no setor de expedição, na embalagem. Trabalhei na injetora da 7, na embalagem da 1, na pintura da 6, na embalagem da 6, fui para 2, carregar caminhão, preparando lote, aí voltei para 7 de novo. (E13, masculino, 1 ano e seis meses de empresa).

Tava terceiro aí fui pro segundo, aí voltei pro terceiro, aí voltei pro segundo de novo, aí depois terceiro eu fui para o primeiro e passei pela fábrica 1, 3 e 5. (E30, feminino, 1 ano de empresa).

Essa mobilidade interna do trabalhador ainda não é completa. Principalmente os trabalhadores mais velhos ficam com funções mais simples e fixas, enquanto outros, por se destacarem numa função, sempre são requisitados para exercê-la. Na entrevista com trabalhadores que organizam a produção, isto é, os cargos mais superiores do chão de fábrica, no entanto, revelam que há uma orientação geral da empresa para incentivar a rotação de funções, impondo o fato de que o trabalhador conheça todo o processo produtivo e esteja apto a cumprir qualquer função quando requisitado por outra fábrica ou esteira que demande trabalho. A expressão *trabalhador polivalente*, ícone do sistema flexível, é usada constantemente no espaço da fábrica entre os trabalhadores e gestores. Preferimos classificar esse processo como *multifuncionalidade*, isto é, pela simplificação do processo produtivo, os trabalhadores estão aptos a aprender várias funções, mas não exercem diversas funções ao mesmo tempo, pois aprendem a colar, pintar, injetar, serigrafar e freqüenciar, e exercendo tais funções quando requisitados.

A fragmentação do processo de trabalho é materializada na hierarquia no espaço da produção. A divisão do trabalho é expressa nas fardas dos trabalhadores, chamada entre eles de “bata”. Cada função no processo produtivo tem uma tonalidade diferente de bata. A *azul-clara* representa os trabalhadores do chão de fábrica, a maioria; a *azul-escura* é usada pelos funcionários responsáveis pela manutenção das máquinas; a *cinza* representa os auxiliares de

setor e analistas técnicos de produção; a *bege* marca o olhar atento do supervisor técnico, este responsável por controlar o ritmo da produção, fiscalizar o trabalho, “incentivar” ganhos de produtividade, muitas vezes sob pressão. Já a bata *azul-clara com gola vermelha* é usada pelos trabalhadores de controle da produção e qualidade do produto; a *azul-clara com gola azul-escura* representa os trabalhadores do setor de engenharia de processos, responsáveis pela constante reorganização do *layout* da fábrica; a bata *azul-clara com gola laranja* pelos trabalhadores da leitura óptica e, por fim, os trabalhadores com bata *azul-clara com gola amarela* são os líderes de seção, responsáveis diretos pela pontualidade e qualidade dos pedidos. O símbolo da “bata” reflete também o nível de formação de cada trabalhador e seu tempo de serviço na empresa, pois representam ascensão funcional e, o mais importante, a diferença no valor do salário que cada um recebe em troca do uso da sua força de trabalho.

O uso da força de trabalho é intenso. Em entrevistas com os trabalhadores, estes revelam que, ao se aproximar o final do ano, o ritmo de produção aumenta e se intensifica a pressão no espaço da produção para dar conta dos pedidos no prazo e com qualidade. A pressão é intensificada também nos lotes para exportação, a vigilância dos trabalhadores do controle de qualidade, auxiliares, líderes e supervisores sobre os trabalhadores da produção propriamente dita – os batas-azuis – dobra para garantir pontualidade na entrega e qualidade do produto. A jornada de trabalho é de oito horas, de segunda a sábado. A fábrica funciona em três turnos e os domingos, caso necessário, são usados para horas extra ordinárias. Segundo entrevistas, os trabalhadores do chão de fábrica recebem 24 reais por dia extra de trabalho.

Esse processo de proletarização é usado nas propagandas governamentais como o sucesso da política industrial cearense. Gerar emprego, isto é, medir quantitativamente o número de postos de trabalho abertos, é tido como o maior benefício deixado nos municípios que recebem novos fixos industriais. Não obstante, a qualidade desse emprego, isto é, a situação da classe trabalhadora nunca é questionada. Com amparo no argumento da formalidade do trabalho, na carteira assinada, em cumprir teoricamente a legislação trabalhista vigente, nunca é questionada a saúde do trabalhador, o impacto desse cotidiano vigiado, repetitivo e intenso. Não é nosso interesse entrar a fundo nessa discussão, afinal, não é objetivo da nossa pesquisa, mas precisamos dizer que por trás de toda essa opulência dos indicadores econômicos e do papel de destaque que Sobral ocupada, hoje, na divisão do trabalho calçadista, tem como base o uso e

abuso da força de trabalho local. É ela que produz o valor, que põe toda a engrenagem em movimento.

Afirmar que estamos diante de um *trabalhador precarizado* seria incoerente para alguns, pois a *precarização* do trabalho sempre é mais associada aos trabalhadores informais, terceirizados ou que se submetem a trabalhos de extremo esforço. Embora o trabalhador da Grendene exerça sua função dentro de todas as prerrogativas legais, a pressão no espaço interno da fábrica por produção e qualidade, o ritmo da esteira, a necessidade de ser móvel e ir para onde for requisitado e no turno indicado, os problemas de saúde por esforço e toda a instabilidade que marca seu vínculo empregatício, sempre ameaçado de ser demitindo de acordo com o comportamento do mercado, nos leva a assinalar que o trabalhador da Grendene é um *trabalhador precarizado*.

As entrevistas a seguir revelam um pouco da natureza dessa precarização, seja pela intensidade do trabalho, pela pressão ou por problemas de saúde.

Já cheguei a trabalhar um mês direto, sem nem um dia de folga, mas isso quando ta em alta. Fazendo extra todo domingo. Foi ano passado, um mês todo. A gente era perdidim, que dia é hoje mesmo? Sabia nem que dia era. Ai a extra se não me engano era 24 reais. (E23, masculino, 2 anos e 7 meses de empresa).

A pressão vem lá de cima. O auxiliar chega pra mim, eu tinha que fazer em torno de 5 mil bixinha, se eu não fizesse eu não tava dando produção. A produção por hora era 980 pares, de hora em hora eles marcam a produção. Tem um quadro lá que quando dá produção eles botam verde e quando não dá eles botam vermelho, por causa de 1 par eles colocam vermelho. A esteira aumenta de ritmo de uma hora pra outra, depende da produção, se a produção tiver alta a esteira ta voando. (E9, feminino, 7 meses de empresa).

Tem dia que você pede para sair, como hoje eu pedi. Antes eu tomava de conta só da montagem, ai eu passei para a Plastisol, eu não entendo muito bem e plastisol dá muito problema, ai eu falei por supervisor que não dava conta. E dois já pediram para sair também da empresa porque não dá conta. Sabe o que é, é a pressão. (E27, masculino, 3 anos de empresa).

Tem muita gente doente lá. Inchaço. Você fala, ai bota 1 mês de licença. Você ta trabalhando naquela função direto pegando um bucato de material, isso aqui teu já tudo cansado. As pessoas tem medo de falar e os supervisor achar que ta fazendo corpo mole. (E6, feminino, 2 anos de empresa).

Rapaz, na tela é pior que nas máquinas, dói tanto a minha coluna. Dói lá e quando eu to em casa. Dói os braços, dói as costas. Faz três anos que eu estou na serigrafia, mas eu vim sentir a pouco tempo, ta com mais ou menos 8 meses. A maioria das mulheres que trabalham nas telas sente dor na coluna e nos braços. (E8, feminino, 4 anos e seis meses de empresa).

A minha esposa ta muito estressada. Minha mulher trabalha na esteira, montagem. Tem o tempo neh, se a pessoa não pegar aquele tempo lá, ai muda de setor, vai chamado na sala. A mão dela ta dormente do esforço. Ai tem que montar naquele tempo lá, ela chega em casa estressada. Ai teve um tempo ai que folgou três dias, porque não agüentava mais. Ela disse que tem uma mulher lá afastada da Grendene porque não tem mais movimento do braço. Ai ela tem medo. (E24, masculino, 6 anos e seis meses de empresa).

Esse meu braço aqui oh, eu não sinto ele. Até para pegar meu filho eu tenho pena. Movimento muito repetitivo, por muito tempo. As vezes falta força na mão. Aquele rodo desse tamanho. Tem que acompanhar neh, deu padrão vai pra uma modelo, deu padrão vai pro outro. Olha como é minha mão oh, só de tinta preta. Na fábrica 5 é o setor que tem mais veterano, a mais nova na minha esteira é de 3 anos, tudo de 6, 8, 10 anos ai tem muita gente com dor. (E30, feminino, 14 anos de empresa).

Essa é a face encoberta das propagandas governamentais, que não revelam o uso e o abuso da força de trabalho, a situação da classe da trabalhadora. A única preocupação é com a estatística de empregos gerados, a qualidade desse emprego. O impacto desse cotidiano vigiado e repetitivo na saúde e no dia-a-dia do trabalhador é objeto de esquecimento.

A precarização, todavia, não se refere só a esses processos. Sem dúvida, a instabilidade do vínculo empregatício deve ser destacada. A marca da indústria calçadista é sua sazonalidade da produção. Como evidenciamos anteriormente, os meses de maior contratação decorrem de junho a agosto, podendo se prolongar até outubro, dependendo na situação do mercado. Para dar conta do aumento dos pedidos, a empresa recorre a contratações temporárias. É comum encontrar trabalhadores sob contratos de três meses para cumprir a produção de um grande lote para logo depois serem dispensados. Mesmo os que não estão sob a vigência de contratos temporários estão com seu emprego constantemente ameaçados pela instabilidade do setor calçadista.

Já relatamos que a concorrência asiática, a taxa de câmbio e a “saúde” do mercado interno e externo são os principais elos de instabilidade desse setor. Basta o desequilíbrio de um destes fatores para incorrer numa retração da produção. Os trabalhadores da Grendene-Sobral já presenciaram três grandes crises de demissão, como relatam os entrevistados, uma em 1998, outra em 2006 e a última, que ainda estão vivenciando, a de 2008.

Sobre a crise de 2006, o relato do periódico local *Expresso do Norte* é contundente sobre as constantes demissões em massa:

A Grendene Sobral, uma das maiores indústrias de calçados e uma das mais admiradas do Brasil, já demitiu 2.800 funcionários de novembro do ano passado até agora, para se

adequar aos custos operacionais. Na segunda-feira 6, a fila dos demitidos em busca do salário desemprego girava quarteirão no Centro de Convenções. O relações públicas da Grendene, Herbert Rocha, explicou que parte desse pessoal será readmitido no segundo semestre (*Expresso do Norte*, 11 a 17 de fevereiro de 2006. Ano III. Nº 173, p.1).

Já em 2008, as demissões que acompanhamos no decorrer da pesquisa foram desencadeadas pela crise no mercado financeiro dos EUA, agravada em meados de setembro de 2008 e difundida para todo o mundo. A maioria dos setores da economia foi afetada com a instabilidade mundial incidindo diretamente na produção industrial. Na Grendene-Sobral, as consequências foram imediatas, pois a retração dos pedidos, principalmente de exportação, impôs uma série de demissões mês a mês, totalizando em torno de 2.800 trabalhadores demitidos em dezembro de 2008, segundo matéria do *Expresso do Norte*.

A Grendene demitiu cerca de 2.800 funcionários durante o mês de dezembro. Os dados são fornecidos pelo Sindicato dos Calçadistas de Sobral. O presidente, Ranieri Araújo, disse que, na tentativa de diminuir o número de demissões, o Sindicato propôs férias aos funcionários. Mesmo assim, as demissões continuaram. [...] O Sindicato dos Calçadistas de Sobral atribui boa parte das demissões na Grendene a dois fatores: a crise econômica mundial que vem afetando principalmente as indústrias que trabalham com exportação; e a sazonalidade [...]. “No setor de calçados todos os anos, pelo fato da sazonalidade, existem estas demissões. Geralmente, a indústria de calçado se prepara para o segundo semestre, onde na verdade deveria aumentar as contratações, mas conta da sazonalidade e por conta também desta crise, vieram as dispensas dos funcionários”, explicou o presidente Ranieri Araújo. [...] Entre os demitidos está Marcos Antônio Ramos que trabalhou na Grendene durante três anos. Desempregado, ele diz que as coisas vão ficar difíceis a partir de agora. E mesmo recebendo o seguro desemprego, se diz preocupado com o futuro. “Eu tenho uma família para dar de comer. Já não sou mais nenhum garoto e as coisas dificultam ainda mais para quem tem idade avançada. Conseguir um trabalho é bem mais complicado. Não sei como serão as coisas. O seguro vai acabar, e como será minha vida? Não posso fazer mais nada a não ser confiar em Deus e esperar dela uma saída”, disse Marcos Antônio (*Expresso do Norte*, 2 a 9 de janeiro de 2009. Ano V. Nº 326, p. 11).

Durante nossas entrevistas nos meses de setembro a novembro de 2008, constatamos um medo generalizado entre os trabalhadores por causa da dita crise. A expressão “crise mundial” passou a fazer parte do vocabulário desses trabalhadores que remetiam as demissões a esse fenômeno havido como abstrato que só ouviam falar dos seus superiores. Muitos de nossos entrevistados foram demitidos. As fábricas 1 e 3 foram as mais afetadas no início das demissões. A cada dia os que ficavam até o final do turno comemoravam mais um dia de trabalho, pois diariamente companheiros de esteira eram demitidos. O mero caminhar do supervisor perto das

esteiras ou da secretária do setor era motivo de pânico, sempre achando que seguravam mais uma lista de demissões como evidenciam as entrevistas a seguir:

Quem vai é a secretária neh, ela vai com as folhas, as fichas com as fotos, ai chega na sala ta os supervisors neh. Ai quando ela ta vindo neh, é todo mundo com medo, quem será, quem será que vai. Ai você vai pra sala e nem volta pra esteira pra se despedir neh, vai logo embora. Ai um povo sai chorando e só diz tchau pro povo que ta perto mesmo. Ta aí, uma mulher foi demitida de manhã, ai quando eu fui almoçar ela tava lá fora chorando, 14 anos de Grendene. (E22, feminino, 2 anos e seis meses de empresa).

Quando a secretária passava neh, a gente ficava logo pensando, é eu, é eu, é eu que vou agora. Desde que começou as demissões, a gente trabalha todo dia com pressão, achando que vai embora no final do turno. (E17, masculino, 3 anos de empresa)

Refém de ordens, eventos, que fogem à escala do lugar, restava aos trabalhadores torcer para não estarem incluídos nas famosas listas que rodavam no espaço da fábrica. Os que não tiveram sorte de ser transferidos para outras fábricas ou de turno depararam o desemprego e uma carta de demissão com possibilidade de retorno após seis meses, caso a produção aumentasse e a dita “crise mundial” cessasse.

Com uma ausência de organização da classe trabalhadora, não presenciamos nenhuma manifestação contrária às demissões. Silenciosa, a cada dia, um grupo era dispensando para não chamar muita atenção da sociedade local. A entidade que deveria articular a resistência, o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas de Sobral, não organizou nenhuma mobilização durante o período em que acompanhamos as demissões, de outubro a dezembro. O Sindicato foi instalado no ano de 1995. Em 2007, a entidade acumulou 6.214 sindicalizados, quase a metade do número total de funcionários, que em julho de 2007 chegou a 13.607, com base nos dados do próprio Sindicato. Como já poderíamos esperar, a política sindical combativa, está ausente do Sindicato dos Trabalhadores de Calçadistas de Sobral, acompanhando tendência nacional de desmontagem dos sindicatos, que, assim como a classe trabalhadora, agoniza sua mais profunda crise, com um processo de esvaziamento da luta política e das reivindicações por melhores condições de trabalho e salários, em nome da submissão ao sindicalismo de empresa (ANTUNES, 2003; 2005).

A única mobilização por parte dos trabalhadores calçadistas de Sobral aconteceu em 1994. O resultado desse processo foi a demissão de todos aqueles que participaram direta ou indiretamente do movimento, que tinha como pauta: aumento salarial e maiores benefícios, como cesta básica. Para enfrentar a possível mobilização dos trabalhadores a empresa iniciou um

intenso processo de propagação da sua imagem na sociedade sobralense, exaltando todos os benefícios que eram concedidos aos trabalhadores, como também os impactos de sua instalação na economia local. O primeiro passo foi uma nota de repúdio à greve coordenada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), seção Fortaleza, como demonstramos na figura 11.

Logo após essa edição de “informe” sobre a greve a empresa firmou contrato com o principal órgão de imprensa da Cidade, que passou a contar com uma seção exclusiva para divulgar suas ações corporativas: treinamentos da força de trabalho, benefícios sociais concedidos aos trabalhadores, parceria com instituições locais. No intervalo temporal de 1994-1998, podemos encontrar em todas as edições do referido semanário a propagação da imagem da empresa na tentativa de referendar sua importância para o Município. A estratégia parece que deu certo, pois a paralisação de 1994 foi a única da história da empresa em Sobral e falar sobre tal temática é sempre motivo para desviar a conversa quando se entrevistam os trabalhadores que vivenciaram esse processo.

Todos esses fatores fizeram com que a Grendene-Sobral se instalasse num profícuo espaço para efetivar com eficácia seus interesses. Gozando de incentivos públicos, a empresa ainda encontrou um “reservatório” de força de trabalho sem muitas opções, a não ser se submeter ao imperativo da disciplina do trabalho industrial e a sua intensa jornada de trabalho. Ao mesmo tempo, não encontrou nenhuma organização efetiva dos trabalhadores para fiscalizar os usos e abusos no consumo da força de trabalho local.

O resultado desse sistema normativo encontrado no Ceará foi, segundo a empresa, um crescimento no faturamento de 11 vezes e no lucro de dez vezes, no intervalo de 1994-2005. Como afirma a empresa,

Isto só foi obtido por meio de muita ousadia, quando decidimos migrar praticamente toda nossa produção do sul do País (RS) para o nordeste (CE), inicialmente na capital Fortaleza, e posteriormente em duas áreas com **pouca infra-estrutura à época** – Sobral e Crato, no interior do Estado do Ceará, em busca de condições mais competitivas em termos de **custo de mão-de-obra e das vantagens de incentivos fiscais** (GRENDENE, 2005, p.5) [grifo nosso].

Esta passagem reforça nossa hipótese de que o conjunto de normas encontradas no Ceará, no primeiro momento, foram determinantes, mais do que a infraestrutura local, para a escolha dos respectivos lugares e que a contínua produção de um espaço para atender aos

interesses dos atores hegemônicos se mostrou bastante eficiente para a ampliação da rentabilidade dos fixos industriais que por aqui se instalam.

A GRENDENE SOBRAL S/A
INFORMA À SOCIEDADE SOBRALENSE

1ª - NA QUINTA-FEIRA DIA 27 DE OUTUBRO A CUT, O SINDICATO DOS TRABALHADORES RECUSOU-SE A NEGOCIAR COM O PATRONAL E COM OS REPRESENTANTES DA GRENDENE, ALEGANDO QUE PARTIRIAM DIRETO PARA A GREVE.

2ª - DEVIDO A ESTE COMPORTAMENTO RADICAL E IRRESPONSÁVEL A GRENDENE EM DEFESA DE SEUS FUNCIONÁRIOS TOMOU AS SEGUINTE ATITUDES:

- PEDIU APOIO AO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR, DEVIDO AS AMEAÇAS RECEBIDAS.
- COLOCOU CAMINHÕES FURGÃO PARA GARANTIR A ENTRADA COM SEGURANÇA AO LOCAL DE TRABALHO DE TODOS OS SEUS FUNCIONÁRIOS.

3ª - PREOCUPADOS COM ESTE ROMPIMENTO NAS NEGOCIAÇÕES A GRENDENE INFORMA:

- A CESTA BÁSICA JÁ FOI CONCEDIDA POR LIVRE E ESPONTÂNEA VONTADE DA EMPRESA E PELA VALORIZAÇÃO DOS SEUS FUNCIONÁRIOS E SERÁ DISTRIBUÍDA A PARTIR DE 23 DE NOVEMBRO PRÓXIMO A TODOS.
- QUANTO AO SALÁRIO PISO (BASE) A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 1994 SERÃO MAJORADOS EM 21% ATINGINDO O VALOR DE R\$ 85,00 (OITENTA E CINCO REAIS). OU SEJA ACIMA DOS 15% DA INFLAÇÃO OFICIAL.
- PARA OS DEMAIS SALÁRIOS SERÁ CONCEDIDO UM AUMENTO DE 15% SOBRE OS SALÁRIOS DE OUTUBRO.
- ENTRETANTO A EMPRESA DECIDIU PREMIAR OS FUNCIONÁRIOS QUE FORAM LEAIS E COMPARECERAM NORMALMENTE, OU SEJA, MAIS DE 99%, COM UM ABONO NÃO COMPENSÁVEL DE R\$ 20,00 (VINTE REAIS). A SER PAGO NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 1994.

QUEM É QUE PERDE COM A GREVE:

- O SINDICATO? NADA!!!
- O EMPREGADO? DIAS NÃO TRABALHADOS
- A EMPRESA? PRODUÇÃO

PENSE E NÃO SE DEIXE LEVAR POR PESSOAS QUE SÓ VISAM SEUS INTERESSES POLÍTICOS/PESSOAIS

FIGURA 11: Resposta da empresa à Greve
 Fonte: Correio da Semana, 06 de novembro de 1994, p. 8.

A importância da fábrica-Sobral também pode ser constada em matéria vinculada pela Revista *Exame* (1996), três anos após o início do funcionamento da empresa no Município. Como nome da matéria – *Chimarrão com Macaxeira* – para indicar que a mistura Rio Grande do Sul e Ceará foi mais do que eficiente, por todas as condições que já mostramos, a fábrica-Sobral aparece na pesquisa como a mais importante no setor de confecções-calçados com base numa combinação de variáveis: liderança de mercado, rentabilidade, crescimento, liquidez, endividamento, vendas por empregado, alcançando pela segunda vez o primeiro lugar da média

das variáveis analisadas, ficando a frente da sua maior concorrente São Paulo Alpargatas, que só alcançou o sétimo lugar do setor.

Além do aumento da rentabilidade, a empresa conquistou no passar dos anos um papel significativo no montante da produção calçadista nacional, fechando o ano de 2006 com 19,1% de participação no mercado brasileiro de calçados e 17,5% das exportações nacionais, reiterando a noção de que suas operações fora da fronteira do Rio Grande do Sul não só representaram uma estratégia de sobrevivência da empresa como também garantiram um crescimento exponencial de seu capital.

Enquanto o capital privado é acumulado exponencialmente e *sugado do território* sobralense para outras fronteiras, resta ao Município um conjunto de transformações na escala local, entre elas, a proletarização da força de trabalho local e sua inserção na lógica do trabalho fabril precarizado. A imagem difundida de Sobral como o “paraíso” do emprego industrial numa região sem grandes opções para subsistência de sua população não poderia ocorrer sem mobilizar uma gama de trabalhadores, migrantes, acompanhando a ciranda do capital na busca da sonhada carteira assinada.

4.3.1 Mobilidade Espacial da Força de Trabalho

Com a concentração de uma média de 14 a 17 mil funcionários nos três turnos, o rebatimento da proletarização da força de trabalho local não ocorre apenas no espaço interno da produção. O espaço urbano do Município também se (re)produz com a instalação da Grendene-Sobral. A possibilidade do emprego de carteira assinada, numa região marcada pela agricultura tradicional e ampla população latente, exalta a polarização exercida por Sobral na dinâmica regional.

No período de 1991-2000, segundo dados do IBGE, o Município conheceu um acréscimo na sua taxa de urbanização, passando de 81,58% para 86,63% e ainda contou com um incremento na população de 27.961 para o mesmo período. Sabemos que tais números não são somente creditados à instalação da empresa calçadista no Município, mas, sem dúvida, ela tem uma participação importante na atração de força de trabalho para a zona urbana de Sobral, fato comprovado em entrevistas com antigos moradores dos bairros da periferia, que relatam o

expressivo crescimento no número de moradias e o aquecimento no mercado imobiliário pós-instalação da Grendene.

Nesse sentido, o incremento no número de habitações, aumento do preço do solo e um lucrativo mercado de aluguéis são três variáveis encontradas na maioria dos bairros da periferia da Cidade. Tais processos são sempre atrelados, pelos próprios moradores, à atração de um grande contingente de força de trabalho para o Município.

Como podemos perceber na tabela 21, para o ano de 2008, Sobral concentra 11.185 trabalhadores no total de 14.452 listados pelo Departamento de Recursos Humanos da Grendene-Sobral. Em outros 31 municípios, porém, principalmente da região Noroeste do Estado do Ceará, constam trabalhadores da Grendene, com destaque para Massapê e Forquilha, com mais de mil trabalhadores.

TABELA 21: Origem dos trabalhadores da Grendene – Ceará - 2008

Resumo por Localidade	Total
ALCÂNTARAS	13
BARROQUINHA	1
CAMOCIM	11
CARIRÉ	44
COREAÚ	6
FORQUILHA	1.049
FORTALEZA	7
FRECHEIRINHA	1
GRANJA	4
GROAIRAS	185
IRAUÇUBA	7
ITAPAJÉ	2
ITAPIPOCA	1
JAIBARAS	18
MARCO	2
MARTINÓPOLE	14
MASSAPÊ	1.607
MERUOCA	120
MORAÚJO	9
MORRINHOS	1
PACUJÁ	1
PATRIARCA	7
SANTA QUITÉRIA	9
SANTANA DO ACARAÚ	105
SÃO BENEDITO	1
SENADOR SÁ	25
SOBRAL	11.185
TIANGUÁ	1
UBAJARA	2

Resumo por Localidade	Total
UMIRIM	1
URUOCA	11
VARJOTA	2
Total Global	14.452

Fonte: Grendene Calçados S/A

Já quando analisamos a espacialização desse trabalhador na zona urbana de Sobral, percebemos que este se encontra disperso. Os bairros com maior número de trabalhadores são os considerados da periferia, com exceção do centro da Cidade, que concentra 1.445 trabalhadores. Sinhá Sabóia, com 1.124 trabalhadores, Alto da Expectativa, com 780, Alto da Brasília, 1.112 trabalhadores e Parque Silvana, com 722, são os maiores concentradores de operários, como podemos observar na tabela 22. Estes dois últimos, vizinhos, se destacam ainda por localizarem as sete unidades produtoras da Grendene-Sobral.

TABELA 22: Espacialização dos trabalhadores por bairros de Sobral

Bairros de Sobral	Total
José Euclides	987
Junco	483
Dom José	445
Nossa Senhora de Fátima	142
Padre Ibiapina	160
Alto da Brasília	1112
Campos Velhos	195
Parque Silvana	722
Centro	1445
Sinhá Sabóia	1124
Cohab I	151
Cohab II	165
Cohab III	64
Colina	75
Coração de Jesus	87
Distrito Industrial	9
Sumaré	561
Vila União	286
Alto da Expectativa	780
Alto do Cristo	522
Jeronimo Prado	195
Derby	37
Dom Expedito	331
Domingos Olimpico	56
Não identificados em bairros oficiais	1410

Fonte: Grendene - 2008

Tal destaque é evidenciado por dois processos. Primeiro, os dois bairros passaram por transformações com a incorporação de um conjunto de fixos, principalmente ruas e avenidas, para escoar a produção e facilitar o acesso à empresa, redefinindo a circulação de pessoas e meios de transportes em sua direção. Segundo por uma transformação do cotidiano do lugar que ganhou novos elementos – moto-taxistas, caminhões, ônibus e um grande deslocamento de trabalhadores da empresa, seja de bicicleta, a pé e moto, marcando os novos elementos da dinâmica local.

É na troca de turnos que os fluxos ganham velocidade formando uma paisagem particular no espaço urbano de Sobral. Nos dois portões de acesso à empresa, a movimentação é intensa: são familiares esperando trabalhadores de moto ou bicicleta, mototaxistas e, ainda, uma concentração de trabalhadores informais, que aproveitam para vender produtos diversos, como podemos observar nas figuras 12, 13, 14, 15, 16, 17.

No horário pré-estabelecido da troca de turnos, os portões se abrem e uma grande leva de “batas-azuis” deixa a fábrica. A saída de trabalhadores ocorre por duas portarias, a dois e a seis; a primeira fica no bairro Parque Silvana I e a segunda no bairro Vila Recanto. Ambas contam com ambulantes nas calçadas, que aproveitam os fluxos dos trabalhadores para vender seus produtos.

A concentração de carros de som anunciando diversas lojas de Sobral é comum. Lojas de roupas, eletrodomésticos e consórcio de motos são os mais presentes, entregando seus panfletos nas duas portarias. Em frente à portaria seis, já é possível encontrar uma loja fixa de motos, aproveitando o enorme mercado consumidor gerado pela empresa.



FIGURA 12: Comércio Ambulante I, portaria 2
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).



FIGURA 13: Comércio Ambulante II, portaria 2
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).



FIGURA 14: Comércio Ambulante III, portaria 6
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).



FIGURA 15: Comércio Ambulante IV, portaria 6
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).



FIGURA 16: Comércio Ambulante V, portaria 6
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).



FIGURA 17: Comércio Ambulante VI, portaria 6
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).

As moradias que ficam nas imediações da portaria também aproveitam o enorme fluxo diário. Algumas transformaram-se em comércio, principalmente de “lanche” rápido, inclusive uma pousada para os caminhoneiros, que esperam sua hora de carga e descarga conversando na lanchonete embaixo da hospedaria. O que mais chama a atenção, no entanto, é a estratégia de moradias adaptadas a “bicicletários”, como podemos observar na figuras 18, 19, 20, 21.

Embora a empresa disponibilize um local específico para colocar as bicicletas e motos dos trabalhadores, estes revelam que, na hora da troca de turno, acontecem roubos ou trocas de veículos e, principalmente, perdiam muito tempo esperando na fila para pegar seu transporte e deixar a fábrica.



FIGURA 18: Bicletário Residencial I
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).

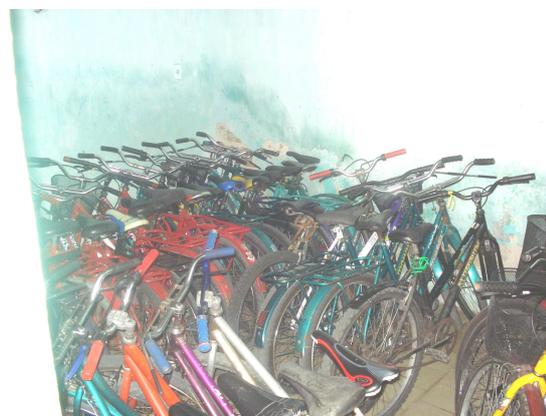


FIGURA 19: Bicletário Residencial II
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).



FIGURA 20: Bicletário Residencial III
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).



FIGURA 21: Bicletário Residencial IV
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).

Sabendo disso, alguns moradores que habitam na frente dos portões passaram a cobrar de 3 reais por quinzena por bicicleta e seis por moto para disponibilizar um espaço na sua casa que oferecesse uma acomodação segura e prática para os transportes, sendo uma estratégia de reforço da renda familiar. Conseguimos identificar sete bicicletários no bairro Parque Silvana I. São de porte variado, alguns chegando a guardar até 100 bicicletas. Três estão funcionando há mais de 14 anos, isto é, começaram junto com a primeira unidade da Grendene no bairro, enquanto os demais possuem a média de dois a três anos de funcionamento. Interessante nesse processo é que um “bicicletário” de mais de 100 bicicletas consegue ganhar no final do mês 600 reais, um valor bem superior ao salário de um operário do chão de fábrica.

Acompanhar o momento da troca de turnos dos trabalhadores é ter a dimensão fenomênica do impacto da Grendene na dinâmica urbana local. É nesse momento que temos a imagem do movimento de 14 mil trabalhadores indo e vindo para cumprir seu horário no turno específico. Nos três turnos, o movimento é intenso. As trocas acontecem as 6h da manhã, do terceiro para o primeiro turno, 14h20min do primeiro para o segundo turno e 22h35min do segundo para o terceiro turno. Os dois primeiros turnos concentram a maior parte dos trabalhadores.

Caminhar pelos bairros do entorno ou ficar observando nas portarias é exercício para perceber o fluxo dos trabalhadores pelo espaço urbano sobralense. Um número significativo faz o percurso a pé, infiltrando-se pelos bairros do entorno, principalmente, Parque Silvana I, Alto da Expectativa, Alto da Brasília e Vila Recanto. As bicicletas tomam as ruas, num “mar” de batas-azuis pedalando em direção às suas residências. Os mototaxistas disputam passageiros, marcando uma territorialidade específica que logo se desfaz minutos depois da troca de turnos.

O ininterrupto movimento da força de trabalho, contudo, não se fecha na escala dos bairros próximos à Grendene. Como observamos na tabela anterior, vários bairros da Cidade concentram trabalhadores da empresa. Já o quadro 2 demonstra que o deslocamento cotidiano dos trabalhadores transcende a fronteira da zona urbana e ganha *status* regional. São vários os municípios e distritos da região norte do Estado que dispõem de trabalhadores da Grendene. Embora Sobral domine a maioria dos empregos, principalmente a Sede do Município, os números expressam a nova polarização que o lugar desempenha na região.

Destino	Principais pontos de parada	Número de transportes	Média de passageiros	Turnos	Valor por trabalhador
Sobral: Bairros					
Grendene-Sumaré	Sumaré, Padre Palhano, Alto Novo e Pitor Lemos	5 ônibus	160 pessoas por turno	Em todos os turnos	36 reais
Grendene-Sinhá Sabóia	Cohab I, II, Conjunto Santo Antônio, Sinhá Sabóia, Dom Expedito	4 ônibus e duas topics	40 pessoas por ônibus e 20 por topic	Em todos os turnos	36 reais
Grendene-Terrenos Novos	Vila União, José Euclides II, Terrenos Novos, Junco	4 ônibus	70 pessoas por turno	Em todos os turnos	36 reais
Sobral: Distritos					
Salgado dos Machados e Varjota dos Machados	Praça Principal	1 Topic	29 pessoas divididas nos três turnos	Em todos os turnos	40 reais
Jaibaras	Praça Principal	2 ônibus	91 pessoas divididas nos três turnos	Em todos os turnos	45 reais

Destino	Principais pontos de parada	Número de transportes	Média de passageiros	Turnos	Valor por trabalhador
Sobral: Distritos					
Jordão	Praça Principal	1 Topic	10 pessoas	1 turno	30 reais
Municípios					
Meruoca	Sítio Camilos, Sítio São Francisco Praça principal da cidade	4 Caminhonetas e um ônibus	A Caminhoneta transporta 20 passageiros e o ônibus 40	Em todos os turnos	60 reais
Forquilha 1	Distrito de São Lourenço Distrito de Rasteira Sede de Forquilha	6 ônibus	Entre 50 pessoas por turno	Em todos os turnos	65 reais 60 reais 40 reais
Forquilha 2	Fórum de Forquilha	1 ônibus	Entre 20-40 pessoas por turno	Em todos os turnos	40 reais
Forquilha 3	Sede do Município	4 ônibus	Entre 20 a 40 pessoas por turno	Em todos os turnos	40 reais
Groaíras	Sede da cidade Distritos de Itamaracá, Salgado dos Machados, Varjota dos Machados	2 ônibus	Entre 160 pessoas divididas nos três turnos	Em todos os turnos	55 reais
Santana do Acaraú	Sede	1 ônibus	40 pessoas	1 turno	55 reais
Massapê	Sede Distritos Mumbaba de Cima, Mumbada de baixo, Ipaguaçu-Mirim, Localidades de Salgadim e Fazendinha	13 ônibus	1500 pessoas	Todos os turnos	40 reais

QUADRO 2: Rotas dos transportes dos trabalhadores da Grendene
Fonte: Pesquisa Direta, entre setembro e dezembro de 2008

O maior destaque desse processo é o Município de Massapê, seguido de Forquilha e Jaibaras, distrito sobralense. Cabe destacar que em Massapê, 12 ônibus são de um só proprietário, que faz o transporte há 11 anos para os trabalhadores da Grendene, montando sua empresa. Caminhar por Massapê nos horários de saída e chegada de ônibus da Grendene é estar em dúvida se estamos nessa cidade ou em Sobral pela quantidade de trabalhadores que aparecem a cada momento nas ruas que levam aos pontos dos ônibus.

Assim, para atender o deslocamento de todos funcionários, outro elemento foi inserido na paisagem dos bairros do entorno da empresa – a fila de ônibus e carros alugados para transportar os trabalhadores, como podemos observar nas figuras 22, 23, 24, 25, 26, 27.

O valor pago é recolhido quinzenalmente, variando de acordo com a rota de cada ônibus, como podemos observar no quadro 2. Pontualmente, os ônibus estacionam ao lado das portarias de saída. Os trabalhadores saem no mesmo ritmo da esteira, como se ainda precisassem

responder a velocidade da produção. Mesmo sem identificação nos transportes, cada qual já sabe para onde deve ir. As rotas são pré-determinadas, cada ônibus tem seu local certo de parada, seja na saída da fábrica ou quando faz o caminho inverso para apanhar os trabalhadores que estão indo cumprir seu turno.



FIGURA 22: Dinâmica dos transportes I
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).



FIGURA 23: Dinâmica dos transportes II
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).



FIGURA 24: Dinâmica dos transportes III
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).



FIGURA 25: Dinâmica dos transportes IV
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).



FIGURA 26: Dinâmica dos transportes V
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).



FIGURA 27: Dinâmica dos transportes VI
Fonte: Foto do Autor (fevereiro, 2008).

Outro grande destaque dessa mobilidade espacial da força de trabalho foi a valorização que os bairros do entorno conheceram nos últimos anos. Por se encontrar próxima à empresa o preço do solo urbano e do aluguel aumentou significativamente. Em grande parte, os trabalhadores que habitam os bairros Alto da Brasília, Alto da Expectativa e Parque Silvana I, os mais próximos à empresa, pagam aluguéis. A coabitação, também, é comum, pois algumas casas funcionam como verdadeiras repúblicas de trabalhadores, sobretudo aqueles que migraram para Sobral, como podemos observar nas passagens abaixo.

Tem a casa do meu amigo, que faz faculdade comigo, que moram 7 pessoas, tudo da Grendene. Tem uma outra casa de amigos de Martinópole que moram 8, quem fazem faculdade e trabalham na Grendene. (E27, masculino, 3 anos de empresa).

Tem um pessoal aqui perto da minha casa são do Camocim, 2 irmãos. Tem um pessoal de Granja, aqui perto também, de 3 a 4 pessoas na casa. (E2, feminino, seis anos de empresa).

Eu morei 1 mês num outra casa aqui no Alto da Brasília, ai depois eu vim morar aqui. Aqui são 4 pessoas, são 2 de Tianguá, 1 de Granja e outro de Irauçuba. Todos da Grendene. O vizinho daqui de baixo também é da Grendene, de Cariré. Aqui perto tem outra república, ali na frente tem outra, tem muita republica aqui no Alto da Brasília. (E19, masculino, 2 anos e 6 meses de empresa)

A primeira casa que eu morei eram 11 pessoas comigo. Eram 2 quartos. Eram 3 em cada quarto, o resto na sala e só eu na cozinha. Todos da Grendene. O primeiro aluguel que paguei foi 23 reais, ai depois eu fui pagando 30. Tinha gente de Itapajé, Coreaú, Moraújo. Tinha bem uns cinco de Coreaú. E eu de Umiri. Os apartamentos ali todos eram Grendene. São 10 apartamentos, 5 embaixo e 5 em cima. Passei lá 7 meses. Ai eu sai com meu primo. Ai ele conheceu uma namorada, ai eu fui morar com ele e mais 4 pessoas. Ai eu morei mais de 1 ano com eles. Ai depois eu fui pro bequim ali, um quartim bem miudinho, com mais duas meninas. Uma de Graça, outra de Sobral mesmo.

Passamos um mês lá. Lá era 160, mas ele deixou só por 150. Eram 7 casas no beco, tudo do mesmo dono, eram 4 do lado e 3 do outro. A maioria era Grendene também. O aluguel que dá aqui em Sobral só dá Grendene mesmo. (E23, masculino, 2 anos e 7 meses de empresa).

A coabitação como percebemos acima, é bem comum entre os trabalhadores migrantes que moram nos bairros do entorno da empresa. Em busca de pagar menor preço pelo aluguel, dividem a casa com os companheiros de trabalho. Caminhar, principalmente, pelos bairros Alto da Brasília e Parque Silvana I é reconhecer inúmeros apartamentos e casas repletas de trabalhadores da Grendene. Pequenos apartamentos de dois andares são comuns nesse entorno. Segundo entrevistas com os trabalhadores inquilinos, alguns proprietários chegam a ter mais de 100 imóveis todos alugados no entorno da Grendene.

Matéria veiculada no *Expresso do Norte* também nos ajuda a descrever o papel da Grendene na transformação dos bairros do entorno.

De frente um ao outro, a pobreza e o luxo as grandes empresas e os pequenos bordéis, o parque ecológico e o esgotos a céu aberto, a certeza e a dúvida. Esse foi o cenário encontrado no chamado cinturão da Grendene. É a região formada pelos bairros Expectativa, Brasília, Parque Silvana e Colina. Também estão na redondeza o Paraíso das Flores e a Vila Recanto que não são reconhecidos como bairros oficiais, mas o são de fato considerados pela população. São 16 mil pessoas morando numa área de ruas apertadas, colocando-a como a mais densamente povoada do município. A chegada da Grendene em 1993 contribuiu ainda mais para o aumento da especulação imobiliária e mais crescimento desordenado. Uma parte das casas foi construída onde ficava um antigo lago, ao lado da Fábrica Coelho. Era o Pantanal do Alto da Brasília, que por este motivo, ficava quase totalmente dentro da lama. Cerca de 265 famílias foram retiradas e construíram em regime de mutirão um novo bairro: o Paraíso das Flores. As casas são de alvenaria, com energia, água e uma área de lazer, mas é o local com mais presença do tráfico de drogas. Segundo cálculos das associações, 40% dos moradores são oriundos das cidades vizinhas e trabalham na Grendene. A indústria que traz empregos também trouxe a prostituição e o tráfico, motéis e casas de massagem se proliferaram nas proximidades (*Expresso do Norte*, 3 a 9 de julho de 2004. Ano II. N°88. p. 11).

Assim, não seria demais afirmar que são bairros operários, que concentram em sua maioria trabalhadores da Grendene. Tal fato pode ser percebido com meras caminhadas pelas ruas e becos. É comum encontrar batatas estendidas nos “varais” em frente às casas, nas janelas e portas. Trabalhadores sentados na frente das suas casas esperando a hora de ir trabalhar ou descansando depois de uma longa jornada.

Conversar com os donos das inúmeras mercearias que se encontram nos bairros é reconhecer a importância dos trabalhadores para movimentar esses pequenos comércios. Até mesmo nos sacos de lixo, podemos encontrar a presença de trabalhadores da Grendene. Caminhar

no final do mês pelos bairros em dia de coleta de lixo é visualizar inúmeros sacos de cestas básicas com o nome Grendene servindo de depósito para o lixo das residências. São os famosos sacos brancos e azuis que ficam sobre as calçadas esperando a coleta.

Percebemos, assim, que o entorno da fábrica passou por uma transformação pós-instalação das unidades produtivas da empresa. O intenso deslocamento de trabalhadores alterou o cotidiano nos bairros já citados e formou uma paisagem urbana particular que pode ser observada na tipologia das casas, no arruamento, na infraestrutura, nos equipamentos de consumo coletivo e no fluxo diário dos trabalhadores que cruzam cotidianamente esses bairros no trajeto casa-trabalho.

Podemos destacar o fato de que a indústria com sua trama de relações desempenha um importante papel na produção do espaço urbano sobralense. Todos afirmam a seguinte frase: – “há uma vida econômica antes e depois da instalação da empresa” – fruto da circulação do capital oriundo do novo mercado de trabalho formal. É uma fala de orgulho e aflição, pois boa parte dos entrevistados reconhece a dependência econômica do Município ao mercado de trabalho oferecido pela empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar o processo de reestruturação da indústria calçadista brasileira, que se expressa tanto na organização da produção como na nova divisão espacial do trabalho, foi ter a concretude de que o espaço, como já sinalizavam Harvey (2005) e Soja (1993) sempre foi usado como estratégia de acumulação do capital. Impelidos por uma concorrência intercapitalistas por mudanças macroeconômicas nacionais, o empresariado do setor recorreu a dupla estratégia de reestruturação. Uma de *intensificação* da extração de mais-valia relativa e absoluta, por meio de uma nova organização da produção, com incorporação pontual e seletiva do receituário da produção flexível. E outra de *extensificação*, com a redefinição da divisão espacial do trabalho, com a apropriação dos *espaços de reserva*, principalmente no Nordeste brasileiro, aproveitando a *diferenciação espacial* do Brasil, buscando lugares que apresentassem *virtualidades* seletivas, como incentivos fiscais, baixo preço da força de trabalho, débil organização sindical e proximidade dos mercados exportadores, para recuperar os patamares de acumulação.

Reconhecemos que o uso da produtividade diferencial do espaço, por parte das empresas hegemônicas do setor tem como condição fundante a produção de um espaço cada vez mais fluído e integrado, via modernização dos sistemas de comunicação e de transporte, que possibilitam a *anulação do espaço pelo tempo* (HARVEY, 2005) e o *controle remoto* (SILVEIRA, 1999) da produção nos diversos subespaços do território. Afinal, o tempo de transporte, como evidencia Harvey (2005), é uma extensão da linha de produção, e minimizar o tempo circulação das mercadorias e informação no espaço geral da sociedade é tão importante como os ganhos de tempo na linha de produção.

A inserção dos espaços de reserva na ciranda de acumulação do capital, cumprindo um papel específico na divisão espacial do trabalho, não ocorreu sem reestruturar a dinâmica do lugar. As empresas que migraram para o Nordeste perfizeram estabelecimentos de grande porte, em sua maioria, de mais de mil trabalhadores, num sistema de integração matriz-filial rigidamente hierarquizado conformando *espaços do mandar* e *espaços do fazer*.

A Grendene Calçados S/A é a materialização desse processo. Na busca de novos lugares para efetivar sua produção, encontrou no Ceará e no Município de Sobral os objetos e normas para consecução dos seus interesses privatistas.

Em nosso estudo, percebemos que a escolha de Sobral entre os diversos subespaços do País decorreu muito mais do conjunto de normas, isto é, dos benefícios fiscais nas esferas federal, estadual e municipal, do baixo preço da força de trabalho e da ausência de uma tradição sindical combativa, do que dos sistemas de engenharia incrustados no território.

Não obstante, a instalação, no Município, de sete unidades produtivas ao longo desses dezesseis anos, imprimiu grandes transformações na forma-conteúdo do lugar. Podemos sintetizar essas transformações em dois grandes eixos do nosso trabalho: o espaço industrial e a mobilidade da força de trabalho.

A análise do espaço industrial revelou os seguintes processos:

- a incorporação de Sobral na divisão espacial da produção calçadista materializou-se numa rígida fragmentação entre concepção e execução, já que todas as ordens de como, quanto e como produzir partem da matriz administrativa instalada no Município de Farroupilha, Rio Grande do Sul. Tal característica evidencia espaços do mandar e espaço do fazer;

- os *circuitos espaciais e círculos de cooperação* da Grendene-Sobral têm como principal origem e destino as regiões Sul e Sudeste. Como já citamos, todas as ordens partem da matriz administrativa do Rio Grande do Sul. Já nas trocas materiais, o destaque é a região Sudeste; 60% das matérias-primas consumidas pelas fábricas instaladas em Sobral têm origem nessa região, sendo responsável ainda por 51% do consumo do produto final. Essa estrutura conforma um modelo de industrialização que tem em Sobral um mero espaço da produção. Tanto as ordens são externas ao lugar, como também todo o consumo do que é produzido ocorre em outros subespaços;

- a Grendene-Sobral aparece como o maior elo de ligação do Município com os diversos subespaços do globo. Tal fato é comprovado com a análise dos indicadores de exportação e importação: segundos dados da SECEX, 99,46% das exportações sobralenses têm como motor a indústria calçadista e 65,11% das mercadorias que chegam a Sobral do Exterior são para atender à produção da Grendene, ratificando a centralidade da empresa nas transformações da forma-conteúdo do lugar; e

- somado à hegemonia nos indicadores de importação e exportação, a Grendene-Sobral é ainda responsável por 65% da arrecadação de ICMS do Município, apontada como principal motor da dinâmica da economia urbana, pelas transformações de indicadores como PIB industrial, consumo de energia industrial e por colocar Sobral no papel de destaque na divisão

espacial da produção calçadista por concentrar sozinha 50% das exportações cearenses de calçados, uma média de 18% na participação no mercado brasileiro de calçados e de 17% das exportações nacionais desse produto.

Quanto à mobilidade dos trabalhadores e a organização da produção, podemos evidenciar que:

- a organização interna da empresa é notadamente fordista, marcada por sua verticalização do processo produtivo, hierarquização e fragmentação das funções no espaço interno da produção. Não obstante, percebemos de maneira contingente e seletiva a incorporação de processos que quebram um pouco a rigidez fordista, com destaque para a *multifuncionalidade* dos trabalhadores, a mudança rápida de *layout* das máquinas para atender a multiplicidade de modelos fabricados pela empresa, o acúmulo de funções em alguns processos produtivos, a incorporação da tecnologia da informação e da automatização de processos antes manuais;

- a centralidade do trabalhador calçadista no mercado de trabalho local. A Grendene-Sobral com seus 17.224 trabalhadores, é a maior empregadora do Município. Ao analisar os números fornecidos pela RAIS, para o ano de 2007, no que se refere ao emprego por setores da economia no Município, constatamos que a indústria de transformação é responsável por 55,83% do trabalho formal. São 19.958 trabalhadores na indústria de transformação, contra 15.785 dos demais setores da economia³⁴. O que mais impressiona ao detalhar esses indicadores é que a Grendene-Sobral, sozinha, é responsável por 17.224 empregos formais, isto é, resta aos outros 170 estabelecimentos industriais encontrados no Município a geração de 2.734 empregos. Se comparada com ao somatório dos demais setores da economia, a indústria calçadista ultrapassa em 1.439 empregados, isto é, a empresa é responsável 48,18% do trabalho formal do Município. Ampliando a escala de comparação, a Grendene-Sobral concentra, ainda, 32,52% dos trabalhadores calçadista cearenses. Toda essa centralidade situa Sobral como a terceira maior bacia de empregos formais na indústria de transformação, ficando atrás apenas de Fortaleza e Maracanaú, ultrapassando tradicionais centros industriais da RMF, como Horizonte e Pacajus e, no interior do Estado, a região do Cariri;

- apesar dessa hegemonia do emprego industrial, mote das propagandas governamentais, nunca se questiona a situação dessa classe trabalhadora, a incorporação desse

³⁴ Extrativismo Mineral, Comércio, Serviço, Administração Pública, Construção Civil, Serviço Industrial de Utilidade Pública e Agropecuária.

enorme contingente de força de trabalho à lógica do tempo industrial. Por trás de todos os números apresentados está o *trabalhador precarizado* inserido num cotidiano de trabalho intensivo, repetitivo, repleto de pressões, sempre ameaçado por demissões, seja da sazonalidade da produção ou da instabilidade do mercado, trazendo consequências para a saúde do trabalhador, para seu cotidiano, produzindo uma nova sociabilidade regida pelos ditames do trabalho fabril;

- os 17.224 postos de trabalho impulsionaram intensiva mobilidade espacial do trabalho no espaço urbano-regional do Município. Primeiro, pela migração de trabalhadores em busca da sonhada carteira assinada, em que Sobral aparece como o paraíso do emprego numa região marcada por falta de investimentos da agricultura camponesa, impondo como alternativa a busca do emprego na Cidade. Tal fato foi comprovado em entrevistas nos bairros da periferia, bem como com os trabalhadores que indicavam o rápido crescimento na morfologia do espaço urbano impulsionado pelos migrantes, notadamente no entorno das fábricas da Grendene, nos bairros Alto da Brasília, Alto da Expectativa, Parque Silvana I e Vila Recanto. Segundo, por um intenso movimento diário de trabalhadores na troca dos turnos, seja a pé, de bicicleta, moto ou nas várias rotas de ônibus que cortam o espaço urbano sobralense, e ainda alcançam municípios vizinhos tais como Santana da Acaraú, Groaíras, Meruoca, Forquilha e Massapê; e

- caminhar pelos bairros do entorno da Grendene é reconhecer que toda essa dinâmica formou uma paisagem urbana particular, principalmente nas portarias da empresa, com a presença de trabalhadores do comércio ambulante, casas transformadas em pequenos comércios, aproveitando o ininterrupto fluxo de trabalhadores e, principalmente, os bicicletários residenciais que se formaram aproveitando a dinâmica.

Com isso, revelamos que a incorporação de Sobral pela indústria calçadista ocorreu com profunda reestruturação socioespacial. Não há como questionar o grande dinamismo que o Município conheceu pós-instalação da Grendene Calçados, mas, também, não se pode esconder a contradição que se instala no lugar fruto desse processo. O *uso e abuso* da força de trabalho local e todas as transformações urbanas decorrentes da inserção dos novos lugares na divisão espacial da produção calçadista são faces encobertas nas propagandas governamentais que difundem o sucesso dos modelos de atração e desenvolvimento da atividade industrial, alardeando-a como um *modelo de desenvolvimento econômico sustentável*.

Até quando? A pergunta deve ser feita, pois, como se percebe, o que marca o setor calçadista é uma grande instabilidade de dupla origem: (1) do mercado interno, principal

comprador do produto final das empresas calçadistas nacionais; (2) e dos concorrentes internacionais, que ganham cada vez mais espaço no mercado nacional e ainda disputam diretamente com os calçados brasileiros no plano mundial. Por isso, a preocupação com as contas do setor não é exclusiva do empresário calçadista, mas agora, também, da Prefeitura de Sobral e da população sobralense, que buscam assegurar a permanência desse capital na sua fronteira.

No atual período, porém, a preocupação da sociedade sobralense não se refere somente à “saúde” do setor, mas também a outra concorrência, ou e, como ressalta Santos (2004a), uma *guerra*? Sim, uma *guerra dos lugares*, que disputam entre si a atração de investimentos e novas tramas produtivas, oferecendo um conjunto de *virtualidades*: isenções fiscais, terrenos, financiamentos, contratos de uso exclusivo da força de trabalho local etc; um verdadeiro leilão. Ganha quem oferecer a maior rentabilidade aos interesses privatistas, impondo profunda rendição do lugar, que passa a depender e defender o capital privado, sendo que este *usa e abusa* da produtividade local até que outro subespaço do globo ofereça proposta mais lucrativa.

Essa instabilidade é uma preocupação freqüente da população sobralense, legitimando a dependência do lugar ante a nova dinâmica econômica ensejada pela proletarização da força de trabalho local, que dinamiza todas as esferas da economia urbana. Até quando, Sobral, ostentará toda essa nova opulência que circula ao redor da indústria calçadista?

Como percebemos, as consequências são múltiplas para os lugares que aderem à corrida por investimentos de qualquer ordem. A coerência local é rompida, os nexos estabelecidos pelos eventos que se instalam não têm nenhuma ligação com a história local, e, assim, nenhuma preocupação com o destino da vida cotidiana local.

Finalizamos este ensaio reconhecendo que ainda há muito a ser revelado na relação empresas hegemônicas e uso do espaço; uso esse cada vez mais corporativo e alienador. Acreditamos, por fim, que o lugar não é só nexos das *redes*, de *verticalidades*. O seu uso também não é inclusivo dos atores hegemônicos. É no lugar que encontramos a dimensão do cotidiano, do trabalho coletivo, da “realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum” (SANTOS, 2005, p. 158), mas que criam horizontalidades e possíveis solidariedades, que abrem possibilidades para criar *projetos comuns*.

Assim, os mesmos dados constitutivos do atual período podem ser usados a favor do lugar e não só na produção de *especializações alienígenas alienadas* (SANTOS; SILVEIRA,

2008) Resta-nos um esforço de apropriação das oportunidades postas e a partir do lugar e da união horizontal do diversos subespaços do global confrontarmos o mundo e sua ordem hegemônica.

FONTES

Arquivo do Correio da Semana – Sobral- Ceará

Correio da Semana, 06 de março de 1993, p. 3.
Correio de Semana, 25 de setembro de 1993, p. 1.
Correio da Semana, 30 de outubro de 1993, p. 4.
Correio da Semana, 06 de novembro de 1993, p. 3.
Correio da Semana, 06 de novembro de 1993, p. 4.
Correio de Semana, 08 de janeiro de 1994, p. 4.
Correio da Semana, 06 de novembro de 1994, p. 8.
Correio de Semana, 22 de fevereiro de 1997, p. 10.
Correio da Semana, 30 de agosto de 1997, p. 1.
Correio da Semana, 02 de novembro de 1997, p. 5.
Correio da Semana, 09 de junho de 2001, p. 9.

Arquivo do Expresso do Norte – Sobral - Ceará

Expresso do Norte, 3 a 9 de julho de 2004. Ano II. Nº 88, p. 11.
Expresso do Norte, 11 a 17 de fevereiro de 2006. Ano III. Nº 173, p. 1.
Expresso do Norte, 2 a 9 de janeiro de 2009. Ano V. Nº 326, p. 11.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABICALÇADOS. **Resenha estatística 2005**. Disponível em:
<<http://www.abicalcados.com.br/doc/resenha.html>>. Acesso em: 13 set. 2008

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro. In: **Revista Políticas Públicas e Sociedade**. Ano 3. Nº 6. Fortaleza: UECE, 2003.

ALMEIDA, Maria Iselda Rocha. **A história da indústria de óleos vegetais no Ceará: 1900-1960**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989.

ALVES, Giovanni. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de; TEIXEIRA, José Soares (Org.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998. p. 109-161.

AMARAL FILHO, Jair do. Capital social, cooperação e alianças entre os setores público e privado no Ceará. In: **Políticas Públicas e Sociedade**, Fortaleza: UECE, ano 3, n. 6, jul/dez. 2003.

AMORA, Zenilde Baima. Aspectos Históricos da Industrialização do Ceará. In: SOUZA, Simone (Coord). **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994.

_____. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, J. B. et al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

AMORA, Zenilde Baima; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição** (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.

BECKER, Olga M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BESERRA, Fábio Ricardo Silva. **Espaço, indústria e reestruturação do capital**: a indústria de calçados na região do Cariri – CE. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) – 1985-2007**. Disponível em: CD-ROM. Acesso em: 13 set. 2008.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Expansão Urbana e organização do espaço em Fortaleza. In: SILVA, J. B. et al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

ENGLES, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. Edição de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FRANCA, Gilberto Cunha. **O trabalho no espaço da fábrica**: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP). São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FREITAS, Nilson Almino. **O sabor de uma cidade**: práticas cotidianas dos habitantes de Sobral. 2005. Tese (Departamento de Ciências Sociais e Filosofia. Programa de Pós-graduação em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GEORGE, Pierre. **A ação do homem**. São Paulo: Difel/Difusão, 1968.

GRENDENE. **Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Grendene – 2004**. Disponível em: <<http://www.grendene.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2008

_____. **Relatório Anual 2005 – online**. Disponível em: <<http://www.grendene.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2008

_____. **Relatório Anual 2006 – online**. Disponível em: <<http://www.grendene.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2008

_____. **Relatório Anual 2007 – online**. Disponível em: <<http://www.grendene.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2008

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004c.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

HOLANDA, Virginia Cavalcante de. **Sobral-CE: Dinâmicas e contradições de uma cidade média**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000.

_____. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste brasileiro**. Sobral: conexão lugar/mundo. 2007. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

IBGE. **Sobral e sua área de influência**. Rio de Janeiro, 1971.

LEITE, Ana Cristina. **O Algodão no Ceará**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto do Estado do Ceará, 1994.

LOURENÇO, Maria Salvelina Marques. **Trabalho Pleno**: construção do desenvolvimento local. Sobral: Edições UVA, 2003.

MARTHA JÚNIOR, Maria. **Cidades médias do Ceará**: Uma abordagem da urbanização cearense. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

MENELEU NETO, José. **Os novos sapateiros**: os trabalhadores e a reestruturação do capital. 2000. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?**: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 1v.

NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado**: a indústria calçadista de Franca (SP) – das origens artesanais à reestruturação produtiva. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos Sociais. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, José Maria Dias. **Flexibilização da produção e subcontratação do trabalho**: o caso da indústria gaúcha de calçados. 1998. Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

PEREIRA JÚNIOR, Edílson Alves. **Industrialização e Reestruturação do espaço metropolitano**: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE). Fortaleza: Eduece, 2005.

SANTOS, Milton. Da política dos Estados à Política das empresas. In: **Cadernos da Escola do Legislativo de Minas Gerais**, 1997.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004a.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004b

_____. **Da totalidade ao Lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região:** fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Francisco de Assis; ROCHA, Eurípedes Ewbank. O pioneirismo do Ceará em programas de industrialização. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 20, n. 3, p. 247-265, jul/set. 1989.

SOBRAL. Prefeitura Municipal. **Manual para investir em Sobral.** Disponível em: <<http://www.sobral.ce.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2008.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral-2000.** Disponível em: <<http://www.sobral.ce.gov.br/sec/splam/pddu.php>>. Acesso em: 13 set. 2008.

_____. **Evolução das Receitas de 1996 a 2007.** Disponível em: <<http://www.sobral.ce.gov.br/gestao/index.php>>. Acesso em: 13 set. 2008.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

SOUZA, Maria Adélia. **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira**: Origem e Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VIANA, Carlos Negreiros. **A indústria têxtil de algodão no Ceará (1881-1973)**: uma experiência de industrialização fora do Centro-Sul. 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1989.

_____. Os fatores determinantes do primeiro surto de investimentos em indústria têxtil no Ceará (1881-1895). In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 67-106, jan/mar. 1990.

_____. A indústria de óleo de caroço de algodão no Ceará: o surto de investimentos de 1919 a 1925. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 25, p. 385-437, jul/set. 1994.

ANEXO – Reconhecimento da Organização Industrial da Empresa

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Universidade Vale do Acaraú – UVA
Mestrado Acadêmico de Geografia – MAG-UECE
Conselho Nacional de Pesquisa e Qualificação - CNPQ

1) Motivos determinantes para instalação da empresa no município - Unidade-Sobral

proximidade da matéria-prima

mercado consumidor. Nacional; Internacional; Os dois. Especificar:

_____;

Acessibilidade aos sistemas de transportes

Infra-estrutura urbana (água, luz, rede de esgoto, energia, etc);

preço da mão de obra

Baixo preço do terreno

Doação do terreno

Incentivos Fiscais oferecidos pelo Estado e Federação. Quais?

Incentivos Fiscais oferecidos pelo município. Quais?

Outros. Quais? _____

2) Ano de instalação das unidades industriais - Unidade-Sobral

-Fábrica 1_____ Fábrica 5_____

-Fábrica 2_____ Fábrica 6_____

-Fábrica 3_____ Fábrica 7_____

-Fábrica 4_____

3) Quais atividades são terceirizadas - Unidade-Sobral

3.1- Assessoria jurídica; A empresa é de Sobral?

Sim. Nome: _____

Não. De onde? _____. Nome: _____.

3.2- Serviços de Contabilidade; A empresa é de Sobral?

() Sim. Nome: _____

() Não. De onde? _____. Nome: _____.

3.3-() Transporte de Cargas; A empresa é de Sobral?

() Sim. Nome: _____

() Não. De onde? _____. Nome: _____.

3.4-() Alimentação/Restaurante para funcionários; A empresa é de Sobral?

() Sim. Nome: _____

() Não. De onde? _____. Nome: _____.

3.5-() Limpeza e conservação predial; A empresa é de Sobral?

() Sim. Nome: _____

() Não. De onde? _____. Nome: _____.

3.6-() Portaria, vigilância e sistemas de segurança; A empresa é de Sobral?

() Sim. Nome: _____

() Não. De onde? _____. Nome: _____.

3.7-() Seleção da mão de obra; A empresa é de Sobral?

() Sim. Nome: _____

() Não. De onde? _____. Nome: _____.

3.8-() Serviços de treinamento da mão de obra; A empresa é de Sobral?

() Sim. Nome: _____

() Não. De onde? _____. Nome: _____.

3.9-() Manutenção de Equipamentos; A empresa é de Sobral?

() Sim. Nome: _____

() Não. De onde? _____. Nome: _____.

3.10-() Movimentação internas de cargas; A empresa é de Sobral?

() Sim. Nome: _____

() Não. De onde? _____. Nome: _____.

3.11-() Outros. Quais: _____;

A empresa é de Sobral?

() Sim. Nome: _____

() Não. De onde? _____. Nome: _____.

4) Organização da produção intra-empresa

-O que é produzido na Unidade-Sobral _____

-O que é produzido na Unidade-Crato _____

-O que é produzido na Unidade-Fortaleza _____

-A Unidade-Sobral envia o que para a Unidade-Crato _____

-A Unidade-Sobral envia o que para a Unidade-Fortaleza _____

-A Unidade-Crato envia o que para a Unidade-Sobral _____

-A Unidade-Crato envia o que para a Unidade-Fortaleza _____

-A Unidade-Fortaleza envia o que para a Unidade-Sobral _____

-A Unidade-Fortaleza envia o que para a Unidade-Crato _____

5) De onde compram a matéria-prima - Unidade-Sobral

() % Sudeste. Quais matérias primas? _____

() % Sul. Quais matérias primas? _____

() % Centro-Oeste. Quais matérias primas? _____

() % Nordeste. Quais matérias primas? _____

() % Norte. Quais matérias primas? _____

() % Outros Países. Quais matérias primas? _____

() % Ceará, com exceção de Sobral. Quais matéria primas? _____

() % Sobral. Quais matérias primas? _____

6) Destino da produção - Unidade-Sobral

() % Sudeste

() % Sul

- () % Centro-Oeste
() % Nordeste
() % Norte
() % Sobral
() % EUA
() % América Latina (especificar) _____;
() % Europa (especificar) _____;
() % Outros (especificar) _____;

7) Escoamento da produção – Unidade-Sobral

Transporte rodoviário - () % Nacional () % Internacional

Transporte aéreo - () % Nacional () % Internacional

Transporte portuário - () % Nacional () % Internacional

8) Divisão do trabalho – Unidade-Sobral

Quantos trabalhadores vinculados diretamente à linha de produção? _____

Quantos trabalhadores no escritório (na organização e gestão da produção, recursos humanos, etc.)? _____

9) Processos produtivos e função das fábricas

-Fábrica 1 _____

-Fábrica 2 _____

-Fábrica 3 _____

-Fábrica 4 _____

-Fábrica 5 _____

-Fábrica 6 _____

-Fábrica 7 _____